



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 85

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 11 de dezembro de 2014

Presidente: *Deputada Ana Luís (substituída no decorrer da sessão pelo Deputado Ricardo Cabral)*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos (substituído no decorrer dos trabalhos pelo Deputado Cláudio Almeida)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

A Reunião teve início com o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, tendo sido apresentados os seguintes votos:

- [Voto de Congratulação pelos 150 anos da Sociedade Harmónica Furnense](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Lido o voto pela Deputada Benilde Oliveira, o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pelos 150 anos da Sociedade Harmónica Furnense](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a sua leitura pelo Deputado José Andrade, o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pelo 25.º aniversário da queda do Muro de Berlim](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A leitura do voto coube ao Deputado Artur Lima, tendo, seguidamente, usado da palavra os Deputados Francisco Coelho (*PS*), António Ventura (*PSD*) e Paulo Estevão (*PPM*).

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por maioria.

- **Voto de Congratulação Declaração de Guadalupe - Biodiversidade e Mudanças Climáticas nas Regiões Ultraperiféricas (RUPs) e Países e Territórios Ultramarinos (PTUs)**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O voto em apreço foi lido pelo Deputado Paulo Borges, tendo sido, após votação, aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos níveis alcançados pelo Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O voto em apreço foi lido pelo Deputado Miguel Costa, tendo usado da palavra o Deputado Cláudio Lopes (*PSD*).

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pela atribuição do prémio “American Dream” a empresário jorgense**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pelo Deputado António Pedroso, usou da palavra o Deputado Rogério Veiros (*PS*).

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação ao atleta Tiago Rodrigues**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto pelo Deputado André Rodrigues, usou da palavra a Deputada Ana Espínola (*CDS-PP*).

Submetido à votação, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelo 25.º aniversário do Clube Naval de São Roque**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Lido o voto pelo Deputado Cláudio Lopes, participou no debate o Deputado Miguel Costa (*PS*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação ao Grupo Desportivo dos Toledos**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a sua leitura pelo Deputado Miguel Costa, participou no debate o Deputado Cláudio Lopes (*PSD*).

Submetido à votação, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pela conquista do título de campeão nacional de seniores pelo atleta do Judo Clube de São Jorge**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a sua leitura pelo Deputado António Pedroso, o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos 150 anos do início da exportação do ananás em São Miguel**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a sua leitura pelo Deputado Félix Rodrigues, o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos 150 anos do início da exportação do ananás em São Miguel**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a sua leitura pelo Deputado Renato Cordeiro, o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos 150 anos da primeira exportação do ananás em São Miguel**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a sua apresentação pelo Deputado José San-Bento, usou da palavra o Deputado José Andrade (*PSD*).

Submetido à votação, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos 75 anos do Grupo Desportivo Mocidade Praiense**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a sua leitura pelo Deputado Ricardo Cabral, o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Saudação pelos 75 anos do Grupo Desportivo Mocidade Praisense,**

apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a sua leitura pelo Deputado Valdemiro Vasconcelos, o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos 75 anos do Graciosa Futebol Clube,**

apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a sua leitura pelo Deputado José Ávila, o voto em questão foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos 75 anos do Graciosa Futebol Clube,**

apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a sua leitura pelo Deputado Valdemiro Vasconcelos, o voto em apreço foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos 500 anos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário das Lajes das Flores,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a sua leitura pela Deputada Arlinda Nunes, tomou a palavra o Deputado Bruno Belo (*PSD*).

Submetido à votação, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelas bodas de ouro do Futebol Clube Marítimo Velense,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a sua leitura pelo Deputado André Rodrigues, usou da palavra a Deputada Ana Espínola (*CDS-PP*).

Submetido à votação, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Saudação pelas bodas de ouro do Futebol Clube Marítimo Velense,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a sua leitura pelo Deputado António Pedroso, o voto em questão foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Saudação pelos 50 anos do Conservatório Regional de Ponta Delgada,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A sua leitura coube à Deputada Renata Correia Botelho.

Seguidamente, usou da palavra o Deputado José Andrade (*PSD*).

Submetido à votação, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Saudação pelo 25.º aniversário do Maia Clube dos Açores**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A sua leitura coube ao Deputado Joaquim Machado.

Seguidamente, usou da palavra a Deputada Marta Couto (*PS*).

Submetido à votação, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Saudação ao atleta Frederico Ferreira**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a sua leitura pela Deputada Ana Espínola, usou da palavra o Deputado Luís Rendeiro (*PSD*).

Submetido à votação, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

De seguida, entrou-se na Agenda da Reunião, tendo sido discutidos os seguintes pontos:

- **Petição n.º 24/X – “Pela alteração das prioridades de ordenação dos candidatos ao concurso externo extraordinário, na Região Autónoma dos Açores”**, apresentada por Sofia Heleno Roque Ribeiro.

A leitura do relatório esteve a cargo da relatora da Comissão dos Assuntos Sociais, Deputada Arlinda Nunes (*PS*).

- **Projeto de Resolução n.º 81/X – “Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas Globais”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Apresentado o diploma pelo Deputado Félix Rodrigues, intervieram no debate os Deputados Paulo Borges (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), a Deputada Zuraida Soares (*BE*), os Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Luís Rendeiro (*PSD*), bem como o Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*).

Submetido à votação, o diploma em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Petição n.º 21/X – “Injustiça originada com a aplicação do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho, à carreira especial de enfermagem na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentada por Maria José Garcia Goulart.

A leitura do relatório esteve a cargo da relatora da Comissão dos Assuntos Sociais, Deputada Arlinda Nunes (*PS*).

Participaram no debate a Deputada Zuraida Soares (*BE*), os Deputados Domingos Cunha (*PS*) e Luís Maurício (*PSD*), a Deputada Ana Espínola (*CDS-PP*) e o Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

- [Projeto de Resolução n.º 66/X – “Posição geoestratégica dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do diploma coube ao Deputado António Ventura.

Usaram, seguidamente, da palavra os Deputados André Bradford (*PS*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), a Deputada Zuraida Soares (*BE*) e o Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas (*Rodrigo Oliveira*).

Submetido à votação, o diploma em apreço foi rejeitado.

- [Apresentação do Relatório sobre a “Situação atual e perspetiva futura sobre as cooperativas de laticínios dos Açores”](#).

A apresentação do relatório supra mencionado esteve a cargo da Deputada Marta Couto, relatora do Grupo de Trabalho, tendo participado no debate os Deputados Renato Cordeiro (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), a Deputada Zuraida Soares (*BE*), os Deputados José Ávila (*PS*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Duarte Moreira (*PS*), bem como o Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*).

- [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 105/X – “Recomenda ao Governo Regional que, em cooperação com Governo da República de Cabo Verde, ative mecanismos](#)

de apoio às populações afetadas pela erupção do Pico do Fogo, na Ilha do Fogo", apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Justificada a urgência pelo Deputado Aníbal Pires, a mesma foi submetida à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

- Projeto de Resolução n.º 105/X – "Recomenda ao Governo Regional que, em cooperação com Governo da República de Cabo Verde, ative mecanismos de apoio às populações afetadas pela erupção do Pico do Fogo, na Ilha do Fogo", apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Lido o diploma pelo Deputado Aníbal Pires, intervieram no debate os Deputados Berto Messias (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e o Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas (*Rodrigo Oliveira*).

O diploma em questão foi aprovado por unanimidade.

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Anteproposta de Lei n.º 14/X – "Primeira alteração à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o Estatuto das Entidades Intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico", apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS-PP e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM.

O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

- Anteproposta de Lei n.º 14/X – "Primeira alteração à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o Estatuto das Entidades Intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico", apresentada pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS-PP e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM.

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 24 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Vai o Sr. Secretário fazer a chamada, por favor.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz da **Costa**

Paulo Alexandre Vieira **Borges**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria **Judite Gomes Parreira**

Paulo Henrique Parece Baptista

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto Espínola

Artur Manuel Leal de Lima

António Félix Flores Rodrigues

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 57 Sras. e Srs. Deputados. Significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã de trabalhos está reservada ao PTAP, e, como é habitual, vamos começar pelos votos.

O primeiro voto é de congratulação e refere-se aos 150 anos da Sociedade Harmónica Furnense.

Tem a palavra a Sra. Deputada Benilde Oliveira.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

150 Anos da Sociedade Harmónica Furnense

A Sociedade Musical Harmónica Furnense foi fundada por José Ferreira Seridónio e pelo Marquês da Praia e Monforte, em 1864, constituindo a mais antiga banda do Concelho da Povoação.

A Sociedade Harmónica Furnense é uma instituição cultural sem fins lucrativos, declarada como “Pessoa Coletiva de Interesse Público” em Novembro de 2000.

A filarmónia e o teatro foram as atividades de maior relevo ao longo destes 150 anos de existência, que nos deram a conhecer brilhantes compositores, maestros e executantes, assim como autores, encenadores e atores de saudosa memória.

A longa caminhada efetuada pela referida formação enche de orgulho os Povoacenses, uma vez que já alcançou diversos méritos e prémios, entre os quais se destaca o primeiro lugar no Certame de Filarmónicas Micaelenses.

Os acontecimentos festivos da celebração dos 150 anos da Sociedade Musical Harmónica Furnense contaram com o apoio da autarquia povoacense e decorreram ao longo de todo o mês de outubro do corrente ano. Um dos pontos altos desta celebração aconteceu na sede da própria Harmónica Furnense, onde o coletivo interpretou o hino que o atual Presidente da Direção e Maestro da Banda - José dos Santos Medeiros - escreveu para assinalar os 150 anos da mais antiga Banda Filarmónica em atividade no Concelho da Povoação.

Mas as atuações da Harmónica Furnense vão para além das habituais participações nas festas religiosas da freguesia ou do Concelho. A Sociedade

Harmónica Furnense já atuou em grande parte da Ilha de São Miguel, deslocou-se a Santa Maria, ao Pico, à Madeira, atuando na XVI Semana Gastronómica do Machico, e a Fall River, onde participou nas Festas do Espírito Santo realizadas por emigrantes.

Ao longo da sua história foram três os trabalhos editados por esta banda. O primeiro foi na década de 70, o segundo na década de 80 e o terceiro já em 2004; uma recompilação para CD dos dois trabalhos anteriormente realizados.

Atualmente, são cerca de 30 os executantes da banda, que está totalmente renovada e que é composta por cerca de 95% de jovens com idades até 18 anos.

Hoje, e apesar da filarmonia continuar a merecer lugar de destaque, a Sociedade Harmónica Furnense está aberta a todas as atividades que fomentem o desenvolvimento sócio cultural e artístico do Vale das Furnas e dos Açores.

A Sociedade Harmónica Furnense pauta-se pela sua abertura a todos quantos queiram desenvolver projetos e partilhar experiências nas áreas da música, teatro, dança ou qualquer outra forma de expressão e criação artística.

Assim, a Sociedade Harmónica Furnense desempenha um importante papel na formação informal artística dos jovens furnenses, um local por onde já passaram várias gerações de artistas ao longo destes 150 anos de vida da instituição. Graças ao grande empenho dos protagonistas da instituição e às atividades que desenvolvem, os jovens furnenses poderão continuar a usufruir desta oportunidade de se formarem e de aprofundarem o seu lado artístico por largos e bons anos.

Termino com este pensamento de «Aristóteles»: A música é celeste, de natureza divina e de tal beleza que encanta a alma e a eleva acima da sua condição.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove o presente Voto de Congratulação pelos 150 anos da

Sociedade Harmónica do qual, se dará conhecimento à Direção da Harmónica Furnense, saudando os seus cidadãos e legítimos representantes.

Mais se delibera que o presente Voto seja comunicado à Assembleia Municipal da Povoação, Câmara Municipal da Povoação, Assembleias de Freguesia e Juntas de Freguesia do Concelho da Povoação.

Horta, sala das sessões, 11 de dezembro de 2014.

Os Deputados: *Benilde Oliveira, Berto Messias, Marta Couto, Cecília Pavão, Catarina Furtado, Pedro Moura, (assinatura ilegível), (assinatura ilegível), Maria da Graça Silva e (assinatura ilegível)*

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos, então, votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também referente aos 150 anos da Sociedade Harmónica Furnense, para a apresentação de um voto de congratulação, tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade, por parte do PSD.

Deputado José Andrade (PSD):

Voto de Congratulação

150 anos da Sociedade Harmónica Furnense

As bandas filarmónicas são uma das manifestações mais representativas da cultura popular açoriana.

Existem mais de 100 em todas as ilhas. Cerca de 10 já completaram 150 anos de atividade. Três delas já na presente legislatura – a “Fraternidade Rural” de Água do Pau e a “Fundação Brasileira” dos Mosteiros em 2013, a “Liberdade Lajense” das Lajes do Pico já em 2014.

Temos agora o gosto e a honra de assinalar e homenagear mais uma banda filarmónica que comemorou este ano um século e meio de existência formal.

Na ilha de S. Miguel, no concelho da Povoação, na singular freguesia das Furnas, a Sociedade Harmónica Furnense foi fundada em 1864 pelo seu principal financiador e primeiro presidente, o Marquês da Praia e Monforte, António Borges de Medeiros Dias da Câmara e Sousa.

Foi graças ao seu envolvimento pessoal que a filarmónica arrancou e perdurou, embora com a designação inicial de “Harmonia Furnense”, depois de uma primeira experiência que ficou descontinuada por falta de meios – a “Melodia Furnense”, em 1862.

No Vale das Furnas, entre caldeiras, nascentes e lagoas, a Sociedade Harmónica Furnense resistiu e persistiu durante 150 anos de adversidades e boas vontades, incluindo a sua reabertura e reorganização há cerca de cinco anos, sob a presidência de Luís Quental.

Chega a esta importante efeméride com uma nova filarmónica inteiramente constituída por 40 jovens furnenses, agora presidida pelo maestro José dos Santos Medeiros, e com um espólio organizado pelo investigador Luís Rodrigues Martins, de mais de um milhar de peças, incluindo a velha partitura do hino belga com que a banda acolheu a visita oficial dos Reis da Bélgica.

Quando agora integra a notável galeria das filarmónicas veteranas dos Açores, a “Bandas Furnas”, como é popularmente conhecida, bem merece o nosso aplauso pelo seu passado e o nosso incentivo para o seu futuro.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Congratulação pelos 150 anos da Sociedade Musical Harmónica Furnense**, do qual deve ser dado conhecimento formal aos seus órgãos dirigentes, à Assembleia de Freguesia das Furnas e à Assembleia Municipal da Povoação.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2014

Os Deputados Regionais: *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Bruno Belo, José Andrade e Luís Garcia*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é do CDS e refere-se ao 25.º aniversário da queda do Muro de Berlim.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelo 25.º Aniversário da Queda do Muro de Berlim

“Mr. Gorbachev, Tear down this wall!” Foi este o desafio lançado, em 1987, pelo Presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, ao líder da União Soviética, Mikhail Gorbachev. Dois anos depois começava a ser desmantelado o Muro da Opressão, o Muro da Vergonha, o Muro Comunista, o Muro de Berlim!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Assinalou-se, no passado dia 9 de Novembro, o 25.º aniversário sobre a passagem do momento histórico que significou o derrube do Muro de Berlim.

Após o fim da II Guerra Mundial, a Alemanha e a cidade de Berlim foram divididas a meio, entre a União Soviética, no lado Leste, e os Aliados, no lado Oeste.

Entre 1945 e 1961, ano em que o Muro de Berlim começou a ser construído, havia um grande trânsito entre os dois lados da cidade.

(Diálogo inaudível entre os Deputados Aníbal Pires e Francisco César)

Presidente: Sr. Deputado, alguma questão?

O Orador: Eu não consigo ler, porque a conversa entre as bancadas do Sr. Deputado Francisco César...

Presidente: Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: ... e do Sr. Deputado Aníbal Pires incomoda-me, e, portanto, eu não consigo ler porque faz eco.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Deputado está muito sensível!

O Orador: Faz eco!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Deputado está muito sensível! Muito sensível!

(Risos do Secretário Regional da Educação e Cultura)

O Orador: Posso continuar, Sra. Presidente?

Presidente: Claro que sim, Sr. Deputado!

O Orador: No lado Ocidental da cidade vigorava a liberdade,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... a democracia, a prosperidade económica, o mercado e o consumo, o que atraía a população de Berlim Oriental, sob o jugo do poder comunista, submetida à planificação económica estatal e à privação das liberdades políticas individuais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Até 1961 milhares de Berlinenses Orientais migraram para Berlim Ocidental.

O Muro de Berlim foi idealizado pelo então líder do Partido Comunista Soviético, Nikita Krushev, e pelo líder da Alemanha Oriental, Walter Ulbricht, com os objetivos de interromper a ligação entre os dois lados da cidade de Berlim, impedir que a população do lado comunista migrasse para o lado Ocidental e bloquear a influência da economia de mercado e das liberdades políticas que Berlim Ocidental exercia sobre Berlim Oriental.

Na madrugada de 13 de Agosto de 1961, soldados da Alemanha Oriental comunista começaram a cercar, com arame farpado, os 45 quilómetros da fronteira com Berlim Ocidental. A 15 de Agosto, o muro da opressão, com cerca de 3 metros de altura, começava a ser construído com tijolos.

O muro da vergonha estendia-se por 156km e tinha mais de 300 torres de observação, redes eletrificadas e pistas para cães de guarda. Era patrulhado por militares da Alemanha Oriental comunista com ordens de atirar a matar os que tentassem escapar, a célebre "Ordem 101".

Registos controversos do regime comunista da antiga República Democrática da Alemanha, e contestados por diversos organismos internacionais de direitos humanos, dão conta que ao longo dos 28 anos de existência do muro da repressão, terão morrido 80 pessoas, 112 terão sido feridas e milhares aprisionadas nas diversas tentativas de fuga para o Ocidente.

O muro comunista também separou dezenas de milhares de famílias berlinenses que ficaram divididas e sem contato algum.

A 9 de Novembro de 1989, abriram-se as fronteiras entre a Alemanha Oriental e a Alemanha Ocidental e populares começaram a derrubar o muro.

Símbolo da divisão do mundo e do início da Guerra Fria, o seu derrube marcou também o fim daquele conflito latente, produzindo transformações pacíficas e estruturais nas nações do Continente Europeu e alterando a geopolítica internacional.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um voto de congratulação sobre o 25.º aniversário da queda do Muro de Berlim, evocando e prestando homenagem às vítimas de todos os sistemas políticos totalitários e reafirmando o seu profundo comprometimento com a defesa dos valores da liberdade, da democracia e do respeito pelos direitos humanos.

Os Deputados: *Artur Lima, Félix Rodrigues e Ana Espínola*

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos, então, passar...

Sr. Deputado Francisco Coelho, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se, naturalmente, a este voto de congratulação apresentado pelo CDS-PP, e associa-se, não por alguma picardia pessoal ou institucional, não por um excesso de zelo, que os vencedores nunca devem ter, quer em ideias, quer em políticas,...

(Risos do Deputado Artur Lima)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está no seu resquício!

O Orador: ... quer em batalhas, sobre os outros, e o Partido Socialista, de resto, como devem saber, sente-se, nesta matéria, particularmente à vontade. O Partido Socialista, que foi fundado em 1973, na República Federal Alemã, com o apadrinhamento do SPD, do SPD de Willy Brandt - Willy Brandt, um alemão que lutou com armas contra o seu país, que tinha o regime iníquo do nazismo, um alemão que, quando foi chanceler, ajoelhou-se e pediu perdão aos judeus. Portanto, sobre esta matéria, temos os melhores padrinhos e a melhor inspiração.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Padrinho não é a expressão mais feliz!

O Orador: Mas a verdade é que, em bom rigor, a queda do Muro de Berlim significa verdadeiramente o fim da II Guerra Mundial, porque verdadeiramente a Alemanha foi um país silenciosamente ocupado até 1989, para além de também ter outras consequências ao nível da divisão do mundo da Guerra Fria; mas devemos, sobretudo, pensar que foi na sequência do absurdo da II Guerra Mundial que houve homens de coragem e de visão que resolveram erigir aquilo a que hoje chamamos a União Europeia, uma Europa fundada na lei, nos

tratados, no acordo que tinha dois grandes objetivos, que chegam e sobram, a paz, a manutenção da paz e a prosperidade económica, sob o impulso, sobretudo, de duas correntes políticas dominantes e humanistas, como sejam o socialismo democrático, o trabalhismo, a social democracia e, por outro lado, a democracia cristã.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É também bom lembrar que essa Europa, essa União Europeia, concordou politicamente e ajudou politicamente e financeiramente a Alemanha nessa grande tarefa, sob vários pontos de vista, que foi a reunificação das duas Alemanhas.

E, portanto, não só recordamos aqui o Muro de Berlim, o que lhe deu origem, que foi a II Guerra Mundial, como aquilo que é a vitória da sua queda, mas também, e para tirarmos alguma lição, devemos pensar que Berlim fica na Europa, na nossa Europa, e que temos que reconhecer que hoje essa Europa sofre, para além de uma crise de crescimento, mais importante do que isso, com certeza, uma crise de valores e uma crise de consciência. E esta é uma boa oportunidade para nós reafirmarmos que somos, por direito, por história e por feitos, europeus de plenos direitos;...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... que somos também membros ativos dessa União Europeia e que também, nessa União Europeia, queremos dar o nosso contributo e queremos reclamar uma união livre (de povos) onde exista a democracia, a tolerância, a paz, a prosperidade económica e o respeito por todos os povos.

Portanto, temos que continuar, como sempre, atentos e vigilantes e temos que continuar a dar o nosso contributo para que a União Europeia cumpra aquilo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que foi a intenção dos seus pais fundadores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Ventura, tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

De facto, a 9 de novembro, comemora-se 25 anos da queda do Muro de Berlim, também conhecido por Muro da Vergonha.

Durante a sua existência, mais de 100 pessoas morreram a tentar atravessar esta barreira física para fugirem ou lutarem contra um regime totalitário, um regime que impedia liberdades, que impedia, efetivamente, a decisão das pessoas, a manifestação dessa decisão na forma de governar.

Não deixa de ser sintomático que hoje esse voto é o antagonismo daquilo que se comemorou ontem e daquilo que a Sra. Presidente da Assembleia, de facto, chamou à atenção: o dia dos direitos humanos. E, efetivamente, é um antagonismo o Muro de Berlim e o direito dos cidadãos neste mundo.

Mas que o Muro de Berlim seja, acima de tudo, um exemplo, um exemplo a seguir para os outros muros que ainda persistem neste mundo e que atentam contra a liberdade, os direitos e a paz dos povos.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP) e vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM também se associa a este voto de congratulação.

Nós consideramos que é uma data que tem um enorme significado, é uma data que assinala a ameaça de um poder totalitário, do poder do Partido Comunista da União Soviética,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que impôs, durante muitas décadas, uma ameaça totalitária à Europa e ao resto do mundo.

A derrota da ideologia comunista, da ideologia totalitária, que significou uma nova ameaça depois da queda do fascismo e da queda da predominância do Partido Nazi na Alemanha, da derrota dos nazis na Alemanha, a verdade é que, durante mais umas décadas, pelo menos os alemães de leste permaneceram submetidos a um totalitarismo tremendo que significou, graças ao seu poder militar, uma forte ameaça para o mundo democrático.

A queda do Muro de Berlim é, nesse sentido, emblemática (É emblemática!), porque é o triunfo da democracia e nós temos sempre que assinalar estes episódios, porque são os episódios pelos quais muitos deram a sua vida, muitos dedicaram a sua vida, em defesa da liberdade e em defesa da democracia.

E é este o significado que tem a queda do Muro de Berlim:...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... a derrota do projeto totalitarista, do projeto de ditadura do Partido Comunista na Europa e no resto do mundo.

Muito obrigado.

Deputados Cláudio Almeida (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Deputados Cláudio Almeida (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): Que vergonha!

Presidente: Srs. Deputados, estamos a votar.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM; e 1 voto contra do PCP.

Deputado Francisco César (PS): Contra a Democracia!

Deputados Cláudio Almeida (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): Que vergonha!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Zuraida Soares, pediu a palavra. Deduzo que é para uma declaração de voto.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O sentido de voto do Bloco de Esquerda corresponde a uma saudação muito forte à luta pela liberdade e pela democracia que os povos da Europa de Leste tiveram a coragem de travar.

A queda do Muro de Berlim é o símbolo por excelência desta luta, contra regimes ditatoriais, corruptos e opressivos de outros povos.

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Estes regimes são fruto da traição operada nestes países aos mais altos valores de transformação social, económica e política, que, ainda hoje, milhões e milhões de homens e mulheres almejam alcançar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: A queda do Muro de Berlim é uma lição histórica de que não há socialismo sem Estado de Direito. E por mais fortes, mais poderosas, mais sanguinárias que sejam as *cliques*, de toda a ordem, que oprimem os povos, mais cedo do que tarde, a liberdade e a democracia serão repostas por esses mesmos povos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Saúdo a Sra. Deputada Graça Silva que votou a favor da democracia, da liberdade!

Deputada Graça Silva (PS): Sempre!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passamos para um voto de congratulação referente à Declaração de Guadalupe - Biodiversidade e Mudanças Climáticas nas Regiões Ultraperiféricas e Países e Territórios Ultramarinos. É apresentada pelo Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Borges.

Deputado Paulo Borges (PS): Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

DECLARAÇÃO DE GUADALOUPE - BIODIVERSIDADE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NAS Regiões Ultraperiféricas (RUPs) e Países e Territórios Ultramarinos (PTUs)

Realizou-se em Guadalupe a Conferência Internacional “Biodiversidade e Mudanças Climáticas” (22 a 25 de Outubro 2014) consagrada à Biodiversidade das Regiões Ultraperiféricas (RUPs) e Países e Territórios Ultramarinos (PTUs) da Europa, uma iniciativa da Convenção da Diversidade Biológica (CBD), da

União Internacional da Conservação da Natureza (IUCN), da União Europeia e do Governo Francês.

Num evento que aglomerou mais de 250 participantes representando a comunidade científica, os governos, entidades financiadoras de ciência e tecnologia, ONGAs, empresas, etc., os participantes trabalharam durante três intensos dias em soluções para a protecção da biodiversidade...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é o Governo que aprova!

O Orador: ... nas RUPs e PTUs perante a ameaça actual e futura das alterações climáticas.

Este evento surge como consequência de uma situação de emergência internacional, em que as ilhas oceânicas se deparam com situações dramáticas em consequência das alterações climáticas. De facto, existe a percepção de que a “casa já está a arder” e são necessárias medidas urgentes para evitar desastres ecológicos, com perda de biodiversidade e de vidas Humanas. Entre os maiores problemas que muitas ilhas estão a enfrentar destacam-se eventos climáticos extremos com perda de vidas Humanas, fenómenos de seca, erosão costeira, acidificação do mar com destruição de corais e biodiversidade associada, expansão de espécies invasoras no mar e em terra, emergência de novas doenças nos animais domésticos e no Homem, degradação de habitats naturais e extinção de espécies e consequente degradação de vários serviços dos ecossistemas (e.g. água potável, polinização, controle de pragas, mitigação de cheias, etc.).

O objectivo principal deste evento era elencar acções concretas para agir de forma a num espaço temporal de 50 anos evitar que muitos dos fenómenos atrás elencados se possam tornar uma realidade insustentável.

Depois de três dias de trabalho intenso e negociações, foi produzida a “Declaração de Guadalupe”, lida no Parlamento da Guadalupe sob a presidência do Presidente do Conselho Regional de Guadalupe, Victorin Lurel

e da Ministra de Ecologia, Desenvolvimento Sustentável e Energia, Ségolène Royale. Esta declaração está dividida em cinco áreas temáticas estratégicas que podem ser sumarizadas da seguinte forma:

1. **Criar Resiliência** – Como resolução pretende-se que as nossas ilhas tenham uma elevada penetração de energias alternativas para fazer face à diminuição das emissões de carbono; haja a promoção de iniciativas para que a gestão correcta dos ecossistemas naturais crie condições para que as populações Humanas tenham sempre acesso a água potável de qualidade; promover a colaboração entre as RUPs e PTUs para partilhar soluções sustentáveis de uso dos serviços dos ecossistemas.
2. **Estancar a perda de biodiversidade**- desenvolver indicadores de perda de biodiversidade comuns entre as RUPs e PTUs; obter os dados necessários para operacionalizar indicadores; identificar boas práticas na pesca; estancar a entrada de espécies invasoras, promovendo iniciativas de aviso, controle e erradicação quando necessário; melhorar a gestão efectiva de áreas protegidas; estabelecer uma listagem dos habitats e espécies ameaçadas incluindo variedades e raças agrícolas; desenvolver acções concretas de recuperação de habitats degradados; mobilizar especialistas em grupos mal conhecidos (e.g. Fungos, Musgos); parar a exploração não sustentável de recursos marinhos e terrestres.
3. **Desenvolver a economia verde e azul** – financiar projectos que promovam a inovação e a diversificação em processos sustentáveis nas áreas do turismo, agricultura, silvicultura, aquacultura, pescas, energia...; Usar de forma sustentável os recursos marinhos promovendo a governança local e planos de gestão adequados. Em termos operacionais pretende-se: a) desenvolver soluções baseadas na natureza e que amplifiquem os serviços dos ecossistemas; b) se necessário criar taxas para os serviços dos ecossistemas; c) promover a acção de

pequenas e médias empresas que trabalhem em iniciativas inovadoras e sustentáveis; d) promover acções de planeamento das zonas marinhas.

4. **Promover a Investigação** – Pretende-se tornar as RUPs e os PTUs regiões estratégicas para o investimento em investigação de forma a desenvolver conhecimento relevante e de nível internacional mas motivado por necessidades locais, reconhecendo que: a) as ilhas constituem laboratórios naturais para investigação em biodiversidade e alterações climáticas; b) existe já conhecimento local; c) valor adicional devido à ligação com a Europa.

Em termos operacionais pretende-se: a) desenvolver investigação com relevância socio-económica e relacionada com a biodiversidade e alterações climáticas específicas das RUPs e PTUs; b) desenvolver, adaptar e validar novas medidas e alternativas de gestão da biodiversidade; c) promover a criação de conhecimento transdisciplinar e transferência do conhecimento para a sociedade; d) promover as iniciativas NETBIOME e CARIVET; e) promover investigação de longo prazo de forma a obter séries temporais adequadas para apoiar decisões relacionadas com a biodiversidade e mudanças climáticas baseadas em evidências concretas.

5. **Mobilizar e tornar mais fácil o acesso a financiamento** – Pretende-se ajudar as RUPs e PTUs a aceder de forma mais eficiente aos fundos já existentes e ao mesmo tempo desenvolver mecanismos para que outros fundos possam ser dedicados às RUPs e PTUs (e.g. estender o LIFE+ às PTUs). Como estratégia orientadora pretende-se usar o programa BEST como forma de financiamento dedicado à biodiversidade, serviços de ecossistemas, e mudanças climáticas nas RUPs e PTUs, tendo igualmente uma especial atenção ao financiamento de projectos propostos por instituições de pequena dimensão e ONGAS.

Em síntese, e numa altura em que o Governo Regional dos Açores aprovou a “Estratégia Regional para as Alterações Climáticas” (ERAC), a “Declaração de Guadaloupe” vem confirmar a necessidade do aumento da cooperação trans-

regional de forma a suportar políticas orientadoras dos governos das RUPs e PTUs para a preservação da biodiversidade, assim como de um apoio mais concreto da União Europeia às RUPs e PTUs para a mitigação dos impactos das alterações climáticas.

Assim, e nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta, pelos motivos acima exposto, um voto de congratulação pelo teor da “Declaração de Guadalupe”, a qual se afigura fundamental para a defesa da Biodiversidade das Regiões Ultraperiféricas (RUPs) e Países e Territórios Ultramarinos (PTUs) da Europa.

Que deste voto seja dado conhecimento à Direção Regional do Ambiente, à Direção Regional dos Assuntos do Mar, à Direção Regional de Ciência e Tecnologia e à Universidade dos Açores, na figura do seu Magnífico Reitor.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2014

Os Deputados: *Paulo Borges, Berto Messias, (assinatura ilegível), Cláudia Cardoso e (assinatura ilegível)*

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Magnífico!

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é um tema académico!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é também do Partido Socialista e refere-se aos títulos nacionais alcançados no campeonato nacional de Kickboxing pelo Clube Desportivo da Casa do Povo de Santo António.

Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Os Açores e a ilha do Pico em particular, no que ao desporto diz respeito, estão mais uma vez de parabéns pela consagração de mais títulos nacionais alcançados.

Desta feita, o mérito vai para o jovem **Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António**, do concelho de São Roque do Pico, que na sua missão conta já com um expressivo número de atletas inscritos nas 3 modalidades a que se dedica, mais precisamente Patinagem de Velocidade, Kickboxing e Futsal. Ao todo nestas modalidades militam 122 atletas, o que tendo presente que a sua fundação data de 10 de agosto do ano de 2010, é um sinal evidente da incessante capacidade e dedicação das direções do Grupo Desportivo, atualmente e exemplarmente dirigida pelo Presidente Márcio Tomé.

Tendo iniciado a sua atividade com a patinagem de velocidade, registando vários títulos regionais e o título de Vice-campeão Nacional na época 2013, o Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António, na modalidade de Kickboxing, que teve início de atividade apenas em setembro de 2012, contando já com um título de campeão regional, conduzido pelo treinador Mestre Pedro Telles, conquistou quatro títulos na vertente de Semi Contact no Campeonato Nacional de Kickboxing 2014, realizado nos dias 6 e 7 do corrente mês de dezembro em Albufeira, através da extraordinária participação dos seus atletas Inês Telles campeã nacional júnior feminino, -65kg, Erica Tomé campeã

nacional cadetes femininos, -35kg, Bernardo Raposo campeão nacional iniciado masculino, +50kg e Nádia Raposo campeã nacional iniciado feminino, -40kg.

É assinalável a excecional conquista ora alcançada destes jovens atletas açorianos e deste jovem Grupo Desportivo que começa a deixar o seu nome, do Concelho de São Roque do Pico, da ilha e dos Açores nos mais altos patamares nacionais das competições em que participa.

Assim e nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, reunida em plenário no dia 11 de dezembro de 2014, emita o seguinte voto de congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores felicita o Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António, direção, sócios, treinador e atletas pelos títulos nacionais alcançados no Campeonato Nacional de Kickboxing, constituindo mais um grande motivo de orgulho e de admiração para todos os Açorianos.”

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Direção do Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António, à Câmara Municipal de São Roque do Pico, à Associação Regional e à Federação Portuguesa de Kickboxing.

Horta, 11 de dezembro de 2014,

Os Deputados: *Miguel Costa, Berto Messias e Lizuarte Machado*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Cláudio Lopes, tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se com gosto a este voto apresentado pelo Partido Socialista, também aproveitando a oportunidade e felicitar os jovens atletas detentores destes títulos de campeão nacional, nomeadamente a Inês Teles, a Erica Tomé, o Bernardo Raposo e a Nádia Raposo, pelos títulos que alcançaram nesta prova, que se realizou no Algarve, no corrente mês de dezembro.

Sublinha também que, para além dos títulos alcançados, o que é verdadeiramente importante neste clube, sendo um clube jovem, com 4 anos, é a enorme envolvência que ele já tem em seu redor, de mais de 120 atletas, nas três modalidades da patinagem, do futsal e do kickboxing.

Este resultado é fruto de um trabalho intenso e empenhado de todos os seus dirigentes e colaboradores, de forma muito especial do seu empenhado presidente, Márcio Tomé.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a um voto de congratulação pela atribuição do Prémio *American Dream* a empresário jorgense, apresentado pelo PSD.

Para a sua leitura, tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação pela atribuição do prémio “American Dream” a empresário Jorgense.

Nos anos 60, na ilha de S. Jorge, partir para a América era um pensamento quase mágico para a maioria dos jovens.

Esse foi também o sonho de Luís Pedroso, natural da Ribeira da Areia, Freguesia de Norte Grande que viu o sonho tornar-se realidade quando partiu para a Califórnia com os pais e irmãos, à semelhança de muitos dos seus vizinhos e amigos.

Trabalhador e empenhado, com ambição de criar o seu próprio negócio, consegue no ano de 1984, com apenas 24 anos de idade atingir esse objetivo.

Década e meia depois, no ano 2000 essa empresa fundada pelo jovem jorgense sustentava 160 postos de trabalho.

Mas, sentindo que poderia ir mais além, vendeu essa empresa e fundou com os irmãos uma nova empresa na mesma área de componentes eletrónicos.

Luís Pedroso é, atualmente, o presidente e fundador da empresa Accutronics e um dos dois filantropos que permitiu a criação de um centro de estudos portugueses na Universidade de Massachusetts em Lowell para o qual doou 850 mil dólares para fundar o referido Centro, em nome dos pais Hélio e Amélia Pedroso, como homenagem à sua coragem.

Este empresário de origem jorgense vai receber hoje, dia 11 de Dezembro, o prémio “American Dream” do Internancional Institute of New England, uma instituição que presta apoio a imigrantes e refugiados no Estado da Nova Inglaterra desde 1918.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, nos termos regimentais do artigo 71 e 73 do Regimento, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reunida em plenário, emita o seguinte voto:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores congratula-se pela atribuição do prémio “Azorean Dream” ao empresário, oriundo da ilha de S. Jorge, pela filantropia exercida no apoio aos imigrantes nos Estados Unidos.

Deste voto deverá ser dado conhecimento ao próprio e família.

Horta, Sala das sessões, 11 de Dezembro 2014

Os deputados: *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo e António Pedroso*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Rogério Veiros, tem a palavra.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O homenageado em questão é mais um emigrante de sucesso açoriano, nos Estados Unidos, como muitos outros que nós temos e que temos grande orgulho na nossa diáspora.

Este empresário, nascido na Ribeira da Areia, doou recentemente uma verba muito considerável para a fundação de um centro de apoio aos emigrantes.

É, realmente, mais um dos muitos emigrantes que nos orgulham e este Grupo Parlamentar irá, obviamente, votar a favor deste voto em homenagem a este, como a tantos outros emigrantes, que, pelas terras dos Estados Unidos, e não só, levam bem longe o nome dos Açores e, neste caso em particular, da ilha de São Jorge.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Sendo assim, vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se ao atleta Tiago Rodrigues, que se sagrou campeão nacional de seniores.

Tem a palavra, pelo PS, o Sr. Deputado André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Tiago Rodrigues sagra-se Campeão Nacional de Seniores

Decorreu no passado dia 8 de Novembro, em Odivelas, a competição mais importante do contexto do Judo Nacional, o Campeonato Nacional de Seniores, onde participaram mais de 159 atletas, tendo sido o Judo Clube de São Jorge representado por dois atletas seniores, Tiago Rodrigues e André Soares, e dois atletas ainda juniores, Filipe Soares e Rui Azevedo.

Tiago Rodrigues conquistou, pela primeira vez, o título de Campeão Nacional Sénior de Judo, na categoria de -90 quilos, alcançando mais um feito motivo de orgulho para a nossa Região, colocando novamente o nome da sua terra no topo do Judo Nacional.

Tiago Rodrigues vê assim premiado todo o seu trabalho, dedicação, empenho e disciplina com que encara a prática da modalidade, finalizando da melhor forma possível um ano de 2014 repleto de êxitos desportivos, que começou em Janeiro, com a conquista da Medalha de Ouro nos Jogos da Lusofonia, em Goa, na Índia, depois em Abril, com um 9.º lugar no Campeonato Europeu de Seniores, em Montpellier, França, e depois em Setembro, com a Medalha de Ouro no Torneio Internacional KK, em Coimbra.

O Judo Clube São Jorge é uma Associação desportiva sem fins lucrativos fundada a 2 de Março de 2002, agraciada em 2012 com a Insígnia Autónoma de Mérito Cívico, e com Estatuto de Utilidade Pública concedido pelo presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro, a 29 de Julho de 2013, que tem como missão desenvolver o ensino do judo de forma regular e devidamente orientada, promover iniciativas que visem a promoção do desporto, do desenvolvimento pessoal, cultural, social, de cidadania e de

criação de hábitos de vida saudáveis, e ao nível do alto rendimento, participar em importantes competições de Judo, tanto de âmbito nacional como internacional.

O Judo Clube de São Jorge nos últimos anos tem obtido sucessivamente resultados de vulto, tanto a nível nacional como internacional, que representam um orgulho para os Jorgenses e Açorianos, promovendo a região a nível nacional e internacional, enaltecendo e projetando bem longe o nome dos Açores e de Portugal.

Estes resultados de excelência e a ambição de apresentar um ou mais atletas Açorianos nos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, deve continuar a inspirar todos os envolvidos para um caminho de sucesso ao nível do alto rendimento, mas também deve potenciar o desenvolvimento sustentável de atividades desportivas e sociais, ao nível da formação de base e do desporto para todos, em São Jorge e nos Açores.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 11 de Dezembro de 2014, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto do Atleta do Judo Clube São Jorge, Tiago Rodrigues ter-se sagrado campeão nacional de seniores no ano de 2014.

Esta congratulação é extensiva a todos os atletas, técnicos e dirigentes daquele clube que veem assim reconhecidos o mérito de um trabalho de excelência, levando o nome de São Jorge e da Região Autónoma dos Açores ao topo do Judo Nacional.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao atleta Tiago Rodrigues, ao Clube, à Associação de Judo do Arquipélago dos Açores e à Federação Portuguesa de Judo.

Horta, 11 de Dezembro de 2014.

Os Deputados: *André Rodrigues, Rogério Veiros, Lúcio Rodrigues e Berto Messias*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Ana Espínola, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP naturalmente que se associa também a este voto de congratulação, reconhecendo todo o mérito que este clube tem.

O judo em São Jorge tem vindo a crescer com o empenho e trabalho de todos os intervenientes neste clube, que a miúdo têm visto os frutos desse mesmo trabalho, e este é apenas mais um desses momentos, que muito orgulham os jorgenses, em particular, e dignificam o desporto açoriano.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se ao 25.º aniversário do Clube Naval de São Roque.

Para a sua leitura, tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Deputado Cláudio Lopes (PSD):

Voto de congratulação

25º aniversário do CLUBE NAVAL DE SÃO ROQUE

Em 17 de novembro de 1989 foi fundado o Clube Naval de São Roque do Pico.

O Clube Naval de São Roque é assim o terceiro a surgir na ilha do Pico, na qual existem, atualmente, seis Clubes congéneres. Nas três Vilas-sede dos respetivos Concelhos e ainda nas freguesias das Ribeiras, de São Mateus e da Calheta de Nesquim.

Nestes 25 anos de existência muitos associados do Clube foram conduzindo os seus destinos e assumindo os órgãos sociais do mesmo, com destaque para os nomes de José Maciel (primeiro Presidente da Direção), seguindo-se, sucessivamente, no cargo os nomes de Manuel Joaquim Costa, Carlos Vieira, António Domingues, João Tavares, João Paulo Silva, Salomé Gomes, até ao atual Presidente Rui Alvernaz, que exerce esta função desde 2011.

São várias as atividades náuticas que este Clube desenvolve, com particular incidência nas modalidades da vela ligeira e da canoagem, nas quais envolve mais de duas dezenas de atletas divididos pelos escalões de escolinhas, infantis, juvenis e juniores.

Tem dinamizado várias provas locais e regionais, com especial destaque para a prova regional de vela ligeira, este ano promovida por este Clube, a qual envolveu cerca de noventa atletas.

Ao longo dos anos, este Clube participou também de forma ativa na importante e emblemática recuperação do património baleeiro móvel efetuada em toda a Região, muito especialmente a que foi realizada na ilha do Pico, na recuperação de botes e lanchas baleeiras.

Detendo 4 botes e 2 lanchas baleeiras, este Clube participa anualmente nas várias regatas de botes baleeiros que se realizam na área geográfica do Triângulo, sendo 8 realizadas na Ilha do Pico e 4 fora desta ilha. Nestas provas, para além da modalidade de vela participa nas provas de remo, feminino e masculino, contribuindo, deste modo, para o brilhantismo e singularidade do espetáculo de recreio náutico que todos os anos é proporcionado nos mares das

nossas ilhas com as regatas de botes baleeiros as quais envolvem centenas de participantes.

Este Clube tem divulgado ainda, fora das fronteiras da Região, a tradição baleeira açoriana, sendo o único Clube dos Açores a estar presente na Expo 98 expondo um bote baleeiro.

No ano seguinte o Clube Naval de São Roque foi convidado a participar no 1.º Festival dos Oceanos que se realizou no Rio Tejo, colaborando numa regata na qual participaram 4 botes dos Açores, sendo dois pertencentes ao Clube Naval de São Roque, um da ilha Terceira e outro da Ilha de São Jorge.

Ao nível internacional destaca-se a participação com um bote baleeiro no Festival Náutico realizado na Noruega e ainda nas regatas internacionais realizadas na cidade de New Bedford, na costa leste dos EUA.

Do seu património consta também o seu edifício-sede, construído em terreno doado pelas Armações Baleeiras Reunidas, o qual constitui o ponto de encontro principal dos tempos lúdicos e de confraternização da Vila do Cais do Pico.

Baseado no mérito e relevância das atividades desenvolvidas pelo Clube Náutico da São Roque do Pico, a Presidência do Governo Regional dos Açores, por Despacho datado de janeiro de 1999, atribuiu-lhe o estatuto de Instituição de Utilidade Pública.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD-açores propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove o presente **voto de congratulação pelos 25 anos de existência do Clube Naval de São Roque do Pico, sublinhando o importante papel que ao longo destes anos tem vindo localmente a desenvolver em termos sociais, culturais, desportivos e recreativos, com especial relevância pelo quanto contribui para a formação e saudável ocupação dos tempos livres das nossas crianças, adolescentes e jovens.**

Mais propõe que, uma vez aprovado, o mesmo voto seja endereçado ao Presidente do Clube Náutico de São Roque do Pico, felicitando-o pela passagem do 25.º aniversário, bem como todos os dirigentes e associados deste Clube.

Horta, 11 de dezembro de 2014

Os Deputados Regionais: *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Cláudio Lopes, Luís Garcia e Bruno Belo*

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto há inscrições.

Sr. Deputado Miguel Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista naturalmente que se associa a este voto de congratulação, aliás, o Grupo Parlamentar tinha preparado um voto sobre o Clube Naval de São Roque do Pico, sobre as bodas de prata, bem como as bodas de prata do Agrupamento do Corpo Nacional de Escutas 904 da Madalena do Pico, mas por uma questão de tempo, e não prejudicando os colegas, não deu entrada.

Mas, acima de tudo, reconhecer este 25.º aniversário do Clube Naval de São Roque do Pico, bem como do Agrupamento, pelo papel fundamental que têm na educação de gerações e, neste caso em particular, na preservação do património açoriano, do património picaroto, do património baleeiro, que é um bom exemplo e foi, certamente, um bom motor para o desenvolvimento da legislação regional que protege esse património. E, por isso, naturalmente, nos associamos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Sendo assim, vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é referente ao Grupo Desportivo dos Toledos, é do Partido Socialista também e tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Falar dos **Toledos** é falar de uma pequena localidade da ilha do Pico com uma população inferior a duas centenas de habitantes, embora com uma enorme história; falar dos Toledos é falar de corpo e alma na dedicação e esforço daquela gente; falar dos Toledos é falar de campeões, mas não de um qualquer campeão, mas de campeões dos campeões; falar dos Toledos ou descrever tamanho feito desportivo, nacional e internacional começa a ser complicado, porque faltam as palavras para descrever a cada ano, a cada campeonato, a cada taça e supertaça de Portugal, e agora, a cada competição internacional os registos de sucesso alcançados e já por diversas vezes, e bem, nesta Casa congratulados e homenageados, por constituírem um feito histórico no desporto açoriano e um testemunho do orgulho e exemplo açoriano.

Desta feita, entrando em força nas competições da nova época, o **Grupo Desportivo dos Toledos** conquistou no passado dia 20 de setembro mais uma Supertaça de Portugal, derrotando o Sporting Clube de Portugal por 3-1. Esta Supertaça somou-se ao título de Campeão Nacional e Taça de Portugal, fazendo o pleno para os Toledos no ténis de mesa masculinos. O seu invejável palmarés

conta já com três Campeonatos Nacionais, duas Taças de Portugal e três Supertaças.

Mas os Toledos, mantendo o caminho das vitórias, deslocou-se além-fronteiras, mais precisamente a Istambul, na Turquia, para disputar a primeira Taça de Clubes da União Mediterrânica de Ténis de Mesa, defrontando equipas de 12 países, Eslovénia, Líbia, Líbano, França, Kosovo, Bósnia Herzegovina, Tunísia, Croácia, Sérvia e Albânia. A internacional equipa dos Toledos, campeã nacional, ganhou todos os jogos disputados até à final e bate na final a poderosa equipa do STK da Croácia, impondo-se com uma vitória por 3-1, escrevendo o nome dos Toledos, do Pico, dos Açores e de Portugal no mundo do desporto e do ténis de mesa em especial.

À direção do Clube presidida por José Eduardo Pereira, aos afincados colaboradores, associados, equipa técnica e aos atletas Vasco Fialho, João Pereira, Aruna Quadri, André Silva e Diogo Silva o reconhecido mérito de elevar o nome dos Açores ao mais alto patamar da história do desporto, do ténis de mesa.

Assim e nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, reunida em plenário no dia 11 de dezembro de 2014, emita o seguinte voto de congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores felicita o Grupo Desportivo dos Toledos pela conquista da Supertaça de Portugal e Taça de Clubes da União Mediterrânica, constituindo mais um grande motivo de orgulho e inspiração para todos os Açorianos.”

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Direção do Salão Recreativo dos Toledos e seu Grupo Desportivo, à Câmara Municipal da Madalena, à Associação de Ténis de Mesa do Pico e à Federação Portuguesa de Ténis de Mesa.

Horta, 11 de dezembro de 2014,

Os Deputados: *Miguel Costa, Lúcio Rodrigues, Lizuarte Machado e Berto Messias*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Cláudio Lopes, tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com gosto também que o Grupo Parlamentar do PSD se associa a este voto apresentado pelo Partido Socialista.

Na verdade, tal como é afirmado no voto, falar dos Toledos é falar de campeões.

Este é, na verdade, um clube já com história no desporto açoriano e que continua a fazer história, pelo simbolismo das suas conquistas dos campeonatos alcançados a nível nacional, as taças e supertaças ganhas e também pela sua brilhante participação internacional.

Portanto, falar dos Toledos é falar de conquistas e de campeões, mas é também falar de um clube e de uma modalidade – ténis de mesa – que, na ilha do Pico, envolve centenas de atletas, desde crianças, adolescentes e jovens, portanto, tem esse mérito de ocupar as nossas crianças e jovens em tempos saudáveis de desporto, mas é também relembrar que é uma modalidade que, na RAA, pertence a uma categoria menor.

Os apoios institucionais, nos Açores, continuam a ter modalidades e modalidades, e esta do ténis de mesa é, claramente, uma modalidade pobre e mal acarinhada, apesar de, através de, sobretudo, dois clubes da região, o Toledos e o Juncal da ilha Terceira, terem, ao longo destes anos, dignificado em muito o desporto regional e levado o bom nome dos Açores além-fronteiras.

Mas esperamos sempre que um dia estas relativas injustiças dos apoios institucionais venham a ser corrigidas e, por isso, deixo aqui este registo, neste momento em que se fala de um clube que, fruto do trabalho árduo e empenhado,...

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores não perdem uma!

O Orador: ... tem, apesar das dificuldades em que se movimenta, alcançado grandes conquistas de forma muito prestigiante para todos.

É com gosto que o PSD se associa a este voto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é do PSD e é referente também a uma matéria que já aqui foi apresentada pelo Partido Socialista e que, por lapso, não foi lido de seguida. Como ia a dizer, refere-se à conquista do título de campeão nacional de seniores pelo atleta de Judo do Clube de São Jorge.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação

Conquista do título de campeão nacional de seniores pelo atleta do Judo

Clube de S. Jorge

O Judo tem sido uma das atividades através dos quais os atletas jorgenses mais se têm afirmado no contexto nacional e internacional, alcançando sucessos significativos ao mais alto nível competitivo.

O Judo Clube de S. Jorge, fundado no mês de Março de 2002 tem vindo a desenvolver uma atividade profícua e ininterrupta até à presente data e conta atualmente com cerca de 150 atletas distribuídos pelos 7 núcleos existentes na ilha de S. Jorge.

Este trabalho intenso e empenhado permitiu a formação de atletas de excelência que têm participado em diversas competições nacionais e internacionais obtendo resultados muito positivos para orgulho do clube, dos jorgenses, da Região e até do País.

No passado dia 8 de Novembro, em Odivelas, durante o Campeonato Nacional de seniores, a competição mais importante do contexto nacional, participaram 2 atletas ainda juniores Filipe Soares (-66Kg) e Rui Azevedo (-81Kg) e dois atletas seniores – André Soares (-66kg) e Tiago Rodrigues (-90kg). Este último depois de ser considerado um dos favoritos do título, acabou por não dar qualquer hipótese aos seus adversários e sagrar-se novamente campeão nacional, mas neste caso, e pela primeira vez, campeão nacional de seniores.

Para o Judo Clube de S. Jorge é sem dúvida uma honra ser um embaixador ao mais alto nível do desporto açoriano, merecedor do direito de usar a marca Açores além-fronteiras, numa promoção da qualidade inegável desta região arquipelágica.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, nos termos regimentais do artigo 71 e 73 do Regimento, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reunida em plenário, emita o seguinte voto:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores congratula-se pelo facto de o atleta Tiago Rodrigues do Judo Clube de S. Jorge ter alcançado o título de Campeão Nacional de Seniores.

A presente congratulação é extensiva aos mesmos, equipa técnica e dirigentes, que veem assim reconhecido o seu trabalho de excelência e empenho na prática desta modalidade.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao respetivo clube, a Associação de Judo do Arquipélago dos Açores, e a Federação Portuguesa de Judo

Horta, 11 de Dezembro de 2014

Os deputados: *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, António Pedroso e Bruno Belo*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também de congratulação, refere-se aos 150 anos do início da exportação do ananás de São Miguel e é apresentado pelo CDS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

150 anos do início da exportação do ananás de São Miguel

A cultura do ananás de São Miguel resultou da inovação e experimentação, com grande sucesso, em solos pouco produtivos, de uma planta exótica, cuja comercialização tem contribuído para a economia dos Açores e para a imagem dos Açores.

A produção do ananás foi otimizada com recurso a estufas de vidro, permitindo assim produzir frutos com características comerciais à exportação. Essas estufas, com características específicas e adaptações locais, resultam do engenho e arte

dos produtores de ananás de São Miguel, fazendo, neste momento, parte da nossa etnografia pela sua especificidade, tendo contribuído desse modo para a atratividade turística da ilha.

De acordo com registos históricos, foi precisamente no dia de 12 de Novembro de 1864 que ocorreu o envio da primeira remessa de ananás, produzido na ilha de S. Miguel, para Londres, uma exportação considerada significativa nessa época.

Apesar de várias crises que afetaram essa produção, como as guerras mundiais ou, por exemplo, a recente globalização da economia, a cultura de ananás em São Miguel tem resistido, mantendo-se em exploração cerca de 75 hectares de cobertos de vidro com cerca de 500 estufas.

Esses números atestam a importância dessa cultura em São Miguel, que necessita de ser valorizada pela investigação científica.

Os produtores de ananás, em colaboração com a Universidade dos Açores, foram capazes de encontrar substitutos orgânicos para as camas, uma vez que a “leiva” usada para esse mesmo fim, produzia impactos ambientais acentuados.

O ananás de São Miguel é rico em bromelaína, com importantes aplicações a nível farmacológico e na indústria alimentar. Assim sendo, o extrato de bromelaína pode ser usado como coagulante do leite, podendo a partir dela produzir-se por exemplo um produto específico e diferenciado como um queijo com sabor específico.

A mistura de polpa de ananás com leite, produzindo um líquido com a mesma aparência do leite, permite chegar a consumidores com hipersensibilidade à proteína do leite.

O ananás de São Miguel tem todas as potencialidades para ser um produto açoriano de valor acrescentado e com grande potencial económico.

Pelo valor patrimonial que a produção do ananás de São Miguel em estufas de vidro constitui e pelo elevado potencial económico que o produto contém, quer como fruto, quer pelos seus extratos;

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe o seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela passagem dos 150 anos do início da exportação do ananás de São Miguel, saudando todos os produtores e cooperativas que se dedicam à produção de um fruto que, pela sua singularidade e especificidade, constituiu um potencial económico interessante para a Região, sendo, aliás, uma das “imagens de marca” dos Açores e da ilha de São Miguel, em particular.

Deste Voto deve ser dado conhecimento formal à Cooperativa de Produtores de Frutas, Produtos Hortícolas e Florícolas de São Miguel; à Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia da Fajã de Baixo; à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Ponta Delgada; à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo; ao Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores (INOVA) e aos Departamentos de Ciências Tecnológicas e Desenvolvimento e Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores.

Os Deputados Regionais: *Félix Rodrigues, Artur Lima e Ana Espínola*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo (até porque há outros dois votos sobre a mesma matéria), vamos, então, passar à votação.

(Pausa)

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação sobre os 150 anos de exportação do ananás é do PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

150 Anos de exportação de Ananás

A cultura do ananás, característica da ilha de S. Miguel, modificou a paisagem arquitetónica, especialmente na freguesia da Fajã de Baixo e em Vila Franca do Campo, onde as suas estufas se agrupam deixando manchas brancas por entre o verde abundante, ficando um perfume único que faz notar a sua presença ao trazer um fruto para casa.

Foi descoberto pelos portugueses no Brasil, nos séculos XVII e XVIII e trazido para S. Miguel como planta ornamental e posteriormente, com o declínio do ciclo da laranja no séc. XIX, como cultura experimental. As quintas de laranjais, ao perderem produtividade e ao reconhecerem as suas potencialidades no mercado local e estrangeiro, cederam o seu lugar a esta cultura.

Em 1864 é construída a primeira estufa de dimensão industrial com capacidade para 800 plantas, e logo neste ano, a 12 de Novembro, realiza-se a primeira exportação do ananás micalense, com destino a Londres.

A evolução da cultura foi emergente, atingindo mais tarde um património de 4300 estufas com exportações para a Alemanha e outros países da Europa,

sendo de notar a sua exportação para a Rússia como um produto de luxo em 1913.

Com as Grandes Guerras surgiram dificuldades na exportação que perduraram até os dias de hoje, passando a estar maioritariamente presente no mercado local e continental.

A população da ilha nomeia-o como o «fruto rei» e a ciência descobriu-lhe uma quantidade de bromelina - a desejada enzima que ajuda à digestão e a queimar gorduras – muito maior que a do seu rival, o abacaxi.

A inovação tem acompanhado esta cultura tradicional, sendo agora também conhecida pelas suas compotas, doces e licor, assim como toda uma investigação científica como a micropropagação *in vitro* onde por clonagem, se pode diminuir o tempo de cultivo até a planta ser introduzida na estufa tradicional de vidro, conhecendo-se assim melhor a sua base genética e as formas de defesa desta cultura a pragas e doenças.

Considerando o impulso importante que a sua internacionalização veio trazer à produção local, justifica-se assinalar aqui a passagem de um século e meio sobre a primeira exportação oficial.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Congratulação pelos 150 Anos de Exportação do Ananás dos Açores, do qual deverá ser dado conhecimento formal à Cooperativa Profrutos CRL, à Confraria do Ananás dos Açores e à comissão instaladora da Associação de Produtores de Ananás.

Horta, Sala das Sessões, 11 de Dezembro de 2014

Os Deputados: *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Renato Cordeiro, José Andrade, Luís Garcia, Bruno Belo e Joaquim Machado*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições.

Vamos, então, passar à votação.

(Pausa)

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sobre esta matéria, temos também um voto de saudação sobre os 150 anos da primeira exportação de ananás para a Inglaterra, é apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS):

Voto Saudação

Os 150 anos da primeira exportação de ananás para Inglaterra

O ananás foi introduzido nos Açores em meados do século XIX, entre 1848 e 1850. Inicialmente como planta ornamental, rapidamente assume-se como uma alternativa viável à cultura da laranja, entretanto já em declínio.

Originário da América do Sul e Central, o ananás – também conhecido como Fruto Rei – foi essencialmente cultivado nos concelhos de Ponta Delgada e Vila Franca do Campo da ilha de São Miguel.

A economia do ananás esteve associada a grandes empreendedores e visionários que no Século XIX transformaram profundamente a economia de São Miguel através de muitas realizações, entre as quais a SPAM – Sociedade Promotora da

Agricultura Michaelense que teve enorme importância na introdução e dinamização de novas culturas entre elas a do ananás.

Em 1864, foi construída a primeira estufa de dimensão industrial com capacidade para 800 plantas. Anos mais tarde, na época áurea da cultura do ananás, chegaram a existir cerca de 4.300 estufas de produção.

Foi também em 1864, no dia 12 de Novembro, que se realizou a primeira exportação de ananás para a cidade de Londres, em Inglaterra, à data a cidade mais importante do Mundo.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que este Parlamento emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, regista a passagem dos 150 anos da primeira exportação de ananás para Londres, em Inglaterra, e, em simultâneo, saúda todos os empreendedores que ao longo de século e meio dinamizaram e mantiveram uma das culturas de maior tradição e simbolismo da agricultura açoriana.

Propõe-se que deste voto se dê conhecimento à Câmara Municipal de Ponta Delgada, à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, à Junta de Freguesia da Fajã de Baixo, à Junta de Freguesia das Capelas, a todos os associados da Cooperativa Profrutos e a todos os membros da Confraria do ananás.

Horta, sala das sessões, 11 de dezembro de 2014

Os Deputados: *Berto Messias, José San-Bento, Francisco César, José Contente, Duarte Moreira, Pedro Moura e Ricardo Cabral*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Andrade, tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A propósito deste voto de congratulação pela comemoração dos 150 anos da primeira exportação do ananás dos Açores, gostaríamos de acrescentar aqui a denúncia de duas situações.

A primeira denúncia, fundamentada e documentada, é o atraso de uma obra. Em novembro de 2006, o Governo Regional assumiu o compromisso de construir um centro de interpretação da cultura do ananás no centro histórico da freguesia micaelense da Fajã de Baixo,...

Deputado Berto Messias (PS): Por que é que não referiram isso no vosso voto?

O Orador: ... provavelmente pretendendo, assim, associar-se às comemorações que estamos agora a saudar. Mas só em setembro de 2009 é que o Governo apresenta o projeto e estima a conclusão da obra para o final de 2011.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O que é que isto tem a ver com os 150 anos da exportação do ananás?

O Orador: Em janeiro de 2011, o Sr. Presidente do Governo anuncia que, até ao final de 2011, será lançado, afinal, apenas o concurso para a realização da obra, mas só em fevereiro de 2012 é que foi lançado o concurso público para a execução da empreitada, orçada em mais de meio milhão de euros.

A obra inicia-se, finalmente, em setembro de 2012, com um prazo de execução de 300 dias, para ficar concluída em junho de 2013. Mas já estamos em dezembro de 2014, já passaram mais de 800 dias e a obra continua sem fim à vista. E continuam também, aliás, as próprias contradições do Governo.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Qual é a relação dessa intervenção com os 150 anos da exportação do ananás?

O Orador: Em outubro de 2014, na resposta ao requerimento do PSD, a Secretária Regional Adjunta da Presidência prevê a conclusão dos trabalhos até final de 2014; um mês depois, em novembro de 2014 (cá está), na abertura das comemorações dos 150 anos da primeira exportação do ananás dos Açores, o Secretário Regional da Agricultura e Ambiente já prevê a conclusão dos trabalhos para o ano de 2015.

Mais depressa muda a própria designação do dono da obra, de Secretaria Regional do Ambiente e do Mar para Secretaria Regional dos Recursos Naturais e agora para Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente, do que avança o aparente impasse ...

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sra. Presidente...

O Orador: ... do estaleiro montado mesmo em frente à igreja classificada da Fajã de Baixo, que colidiu, aliás, pelo terceiro ano consecutivo, com a festa paroquial de Nossa Senhora dos Anjos.

A segunda denúncia, concisa e incisiva, é a recusa de uma visita no âmbito de um roteiro que fizemos, em julho, pelas entidades relacionadas...

Presidente: Sr. Deputado José Andrade,...

O Orador: Estou a terminar...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Isto não está no âmbito!

Presidente: Sim, mas esta sua segunda denúncia, de facto, não tem nada a ver com aquilo que está a falar.

O Orador: Está inteiramente relacionada com...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não está! Estamos a falar dos 150 anos da exportação do ananás!

O Orador: ... uma obra integrada no âmbito das comemorações dos 150 anos da exportação do ananás.

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa está aqui para intervir quando entende que o tem de fazer.

Relativamente ao centro de interpretação, percebemos a lógica e o alerta que quer fazer; relativamente a uma visita...

O Orador: Uma visita ao centro de interpretação, intimamente relacionado com a primeira parte da intervenção.

Presidente: Mas o que é que a visita tem a ver com os três votos de congratulação que aqui foram referenciados?

O Orador: Se me permitir explicar, Sra. Presidente.

Presidente: Dar-lhe-ei algum tempo, mas de forma a que, de facto,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Tivesse referenciado isso no vosso voto!

Presidente: ... justifique por que é que isto tem a ver com os votos de congratulação.

O Orador: Absolutamente.

Estou a dizer que, este ano, no âmbito das comemorações dos 150 anos...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Então, por que é que não puseram no voto?! Isso é um desrespeito para com o seu colega que apresentou o voto!

O Orador: ... da primeira exportação do ananás dos Açores, nós fizemos um roteiro pelas entidades relacionadas com a cultura do ananás, o Sr. Deputado Renato Cordeiro e eu próprio, e pretendíamos visitar, naturalmente, a obra de construção do Centro de Interpretação da Cultura do Ananás. Contudo, por muito estranho que possa parecer,...

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente...

Deputado José Ávila (PS): Essa homilia não é desta capela!

O Orador: ... a resposta da Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente foi que não era possível...

Presidente: Sr. Deputado,...

O Orador: ... visitar as obras em curso...

Presidente: Sr. Deputado, como eu previa, eu penso que esta sua segunda denúncia pouco tem a ver com os três votos de congratulação que hoje, aqui, foram apresentados.

O Orador: Nós temos uma interpretação diferente,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas os senhores apresentaram um voto!

O Orador: ... que a visita a uma obra integrada no âmbito das comemorações, que são mencionadas nos três votos...

Presidente: Aliás, Sr. Deputado José Andrade, como deverá compreender, o próprio voto que foi apresentado pelo PSD, que poderia, naturalmente, ter feito referência a essas questões,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Nada disso! Isso é escandaloso!

O Orador: Por uma razão muito simples, Sra. Presidente, nós pretendemos separar a saudação que os produtores merecem da crítica que o Governo merece.

Presidente: O tempo...

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, permitam que seja a Mesa a expor a sua posição.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP: Muito bem!
Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem! Finalmente, temos Mesa!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Temos Mesa!

O Orador: Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado José Andrade, como deve compreender, o tempo de debate após a apresentação dos votos também serve para outras considerações.

Relativamente à primeira denúncia, naturalmente a Mesa entendeu que se inseria no contexto que estávamos a falar; relativamente à outra, já não o entendi e, portanto, não posso permitir que continue a falar sobre essa situação.

O Orador: Vou terminar aqui a minha intervenção, não sem antes referir que o incómodo do Partido Socialista já diz tudo sobre aquilo que eu ia dizer a seguir.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado tem de mandar isso para o *site*!

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Lamento e, simultaneamente, manifesto a minha total perplexidade com esta intervenção do Sr. Deputado José Andrade.

Esta figura do voto não permite, como é óbvio, um debate sobre os temas, e, ainda por cima, também não dá a possibilidade ao Governo de poder intervir. E, portanto, é totalmente descabida, Sr. Deputado,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores já fizeram uma intervenção ali debaixo durante 10 minutos!

O Orador: ... se me permite, essa sua intervenção.

Nós registamos uma enorme perplexidade pela tentativa que foi feita aqui de transformar um voto num debate, que não tem sentido nesta figura...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Deputado pode escrever isso numa folha de couve!

O Orador: ... e que não permite a abordagem do tema, até em moldes que o Governo possa participar, e, lamentando isso, nós reafirmamos aquilo que é a parte importante desta discussão, que é a saudação e a congratulação dos 150 anos...

Deputado Berto Messias (PS): Claro!

O Orador: ... de exportação do ananás...

Deputado Berto Messias (PS): Claro!

O Orador: ... pela primeira vez para a Inglaterra.

E, portanto, Sr. Deputado, o homem das letras deveria ter sido superior ao pequeno instinto político de introduzir aqui uma polémica que não faz qualquer sentido.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos agora fazer um intervalo. Regressamos ao meio dia e dez.

Eram 11 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 19 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Valdemiro Vasconcelos foi substituído pelo Deputado Cláudio Almeida na Mesa)

Vamos continuar com a apresentação dos votos.

O próximo é um voto de congratulação apresentado pelo PS, referente aos 75 anos do Grupo Desportivo da Mocidade Praiense.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

75 anos do Grupo Desportivo da Mocidade Praiense

O Grupo Desportivo da Mocidade Praiense, com sede na Rua Fontes Pereira de Melo, freguesia de São Mateus da Graciosa, foi constituído a 1 de novembro de 1939, por 21 sócios fundadores.

Manuel Maria Moniz, João Correia de Melo, Carlos Maria Moniz e Manuel de Sousa Vasconcelos foram alguns dos nomes que fundaram o clube com o objectivo de criar na freguesia uma coletividade virada para a prática desportiva.

Os seus estatutos foram aprovados por alvará do Governo Civil de Angra do Heroísmo a 12 abril de 1941.

Segundo estes, o Grupo Desportivo da Mocidade Praiense tem por fim:

“O desenvolvimento físico de todos os seus associados, por meio de exercícios e jogos desportivos”;

“O desenvolvimento intelectual, por meio de leitura, de representações dramáticas ou ainda de palestras de cultura geral de carácter desportivo”.

“O desenvolvimento moral de todos os seus associados e sociedade em geral, defendendo a moral cristã, a boa educação e os bons costumes, promovendo,

sempre que a direção o entender, palestras puramente de caráter moralista”; e ainda

“O desenvolvimento de laços de solidariedade com qualquer outra associação congénere”.

Ao longo do seu percurso foram várias as modalidades desportivas desenvolvidas.

Após a sua fundação, passaram dois anos até o clube iniciar atividades desportivas, tais como voleibol, futebol, basquetebol, ténis de mesa e mais recentemente o futebol de salão.

Ao longo dos 75 anos de existência, com algumas interrupções de atividade desportiva no futebol, esta coletividade da ilha Graciosa conquistou vários títulos, todos nos escalões de formação.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário de dezembro de 2014, emita o seguinte voto de congratulação: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, congratula-se pela celebração dos 75 anos do Grupo Desportivo da Mocidade Praiense, sendo esta congratulação extensiva a todos os membros dos corpos sociais, atletas, ex-atletas e sócios desta coletividade” Do presente voto deve ser dado conhecimento à direção do clube, à Federação Portuguesa de Futebol, Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, Junta de Freguesia de São Mateus, Câmara e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Horta, sala das sessões, 11 de dezembro de 2014.

Os Deputados: *Ricardo Ramalho, José Ávila, Lúcio Rodrigues e Berto Messias*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos, então, passar à votação.

(Pausa)

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de saudação, neste caso, mas uma vez que é referente à mesma matéria foi incluído neste ponto, é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos.

Deputado Valdemiro Vasconcelos (PSD): Sra. Presidente da Assembleia:

Voto de Saudação Grupo Desportivo Mocidade Praiense

O Grupo Desportivo Mocidade Praiense completou 75 anos de existência no dia 01 de Novembro de 2014.

Foi fundado em 1939, mas só a 12 de Abril de 1941 viu os seus estatutos aprovados.

A sua primeira Direção foi composta pelos senhores António Hilário, Carlos Moniz, Manuel Sousa Vasconcelos, Manuel Moniz e João Correia de Melo.

Ao longo da sua existência o GDMP passou por algumas dificuldades, mas foi tentando sobreviver, à custa de muito sacrifício. Assim, tendo iniciado a sua atividade em vista ao cumprimento da sua finalidade que era o desenvolvimento físico, intelectual e moral dos seus associados, começou por promover o voleibol e depois o futebol em 1941. É o futebol que tem preenchido a maior parte da atividade do GDMP.

Ter sede própria foi um problema que este grupo não conseguiu resolver. Começou por estar instalado numa casa/granel de João Correia de Melo e depois foi para uma casa da Praça, junto à Igreja pertencente a José Lima. Foi aí que o GDMP viveu bons e maus momentos da maior parte da sua existência. Foi aí que formou o clube para ocupação dos tempos livres dos seus associados. Nos anos 60, um grupo de diretores - João Correia de Melo, Anatólio de Sousa Vasconcelos, Manuel Maria Reis, Manuel Sousa Lima - comprou a Manuel Inácio Bettencourt Barcelos um edifício na Rua Fontes Pereira de Melo, antiga fábrica de peixe, a ali instalar o Grupo Desportivo Praiense.

Quanto ao campo de futebol, o primeiro que existiu foi numa terra pertença do Dr. Vinício Albuquerque e nos anos sessenta alguns associados compraram o terreno onde está instalado o campo de futebol que depois passou a ser propriedade da Casa do Povo.

A existência conturbada do GDMP teve algumas paragens de atividade desportiva, de 1966 a 1984, em virtude da juventude sair da Ilha para cumprir serviço militar, estudar ou emigrar.

Em 1984 o Grupo Desportivo Mocidade Praiense inscreveu-se na Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Em 2000 visitou os Estados Unidos da América do Norte onde efetuou vários jogos, nas cidade de Peabody e Lowell.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um Voto de Saudação ao Grupo Desportivo Mocidade Praiense da vila da Praia da Graciosa, pelos setenta e cinco anos da sua fundação.

Que seja dado conhecimento aos seus corpos gerentes, à Junta de Freguesia de São Mateus e à Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Horta, Sala das Sessões, 09 de dezembro de 2014.

Os Deputados: *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Bruno Belo, Luís Garcia, João Bruto da Costa e Valdemiro Vasconcelos*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos, então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se aos 75 anos do Graciosa Futebol Clube, é apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Há 75 anos atrás, mais precisamente no dia 1 de Novembro de 1939, os senhores Frederico Cabeceiras, Frederico Cardoso, Tenente Mesquita, Juvenal Martins, entre outros, fundaram o Graciosa Futebol Clube, instituição que, na sua já longa história, tem oferecido aos seus sócios e simpatizantes, através da prática desportiva e de outras atividades, nomeadamente na área recreativa, momentos de um são convívio que se revestem de uma relevante importância em sociedades mais pequenas e que estiveram isoladas durante décadas.

No dia 28 de Setembro de 1972 este clube, que tem como principal atividade a prática do futebol, filia-se na Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e em 1976 visita os Estados Unidos da América e o Canadá, onde residem

inúmeros Graciosenses que procuraram naqueles países melhores condições de vida.

O Graciosa regista diversos feitos desportivos nas provas de âmbito local ou associativo e releva as duas participações em finais da Taça Açores e a participação, também por duas vezes, em representação da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, na Taça de Portugal.

Nos últimos anos este clube desportivo tem feito um excelente percurso nos escalões de formação, fruto da dedicação das diversas direções e do trabalho do Professor Manuel Mendonça, técnico que preparou várias gerações de futebolistas, trabalho esse agora prosseguido pelo jovem treinador Pedro Gil.

O desfecho desse empenho têm trazido bons resultados não só a nível das provas locais mas também na colocação de jovens talentos no futebol de âmbito Regional e mesmo Nacional, como foram os casos da integração de jovens Graciosenses no Angrense, Lusitânia, Santa Clara, Desportivo Velense, Madalena, Sporting de Portugal, Futebol Clube do Porto ou Sporting de Braga e ainda nas Seleções Regionais e Nacionais de jovens.

O Graciosa Futebol Clube, em quase toda a sua história, possuiu conjuntos musicais que animaram os seus famosos bailes de carnaval e não só, sendo os mais significativos o “Selvagens do Ritmo” e o “Ritmo 2000”. Este último fez duas digressões pelos Estados Unidos e Canadá, tendo gravado dois discos no tempo que não era muito vulgar fazê-lo.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 11 de Dezembro de 2014, aprove o seguinte Voto de Congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, congratula-se pela passagem dos 75 anos de existência do Graciosa Futebol Clube ao

serviço do desporto e da cultura e deseja que aquela instituição continue a desenvolver a sua profícua atividade para bem da Graciosa e dos Açores.

Esta congratulação é extensiva a todos os seus sócios, simpatizantes, atletas, músicos, direção e restantes órgãos sociais.”

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao referido clube, à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, à Federação Portuguesa de Futebol, à Junta de Freguesia de Santa Cruz da Graciosa e à Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 11 de Dezembro de 2014.

Os Deputados Regionais: *José Ávila, Ricardo Ramalho, Berto Messias, André Rodrigues e Lúcio Rodrigues*

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é também referente ao aniversário do Graciosa Futebol Clube, é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos.

Deputado Valdemiro Vasconcelos (PSD): Sra. Presidente da Assembleia:

Voto de Saudação Graciosa Futebol Clube

O Graciosa Futebol Clube, com sede na vila de Santa Cruz da Graciosa fez a 01 de Novembro de 2014 as suas bodas de diamante, setenta e cinco anos de existência.

Os seus estatutos previam a prática de várias modalidades recreativas e desportivas, mas o futebol foi a modalidade mais em evidência na vida do clube.

O Graciosa Futebol Clube fez um excelente percurso em provas locais e chegou a representar a ilha Graciosa em São Jorge e na Terceira.

Até ao ano de 2003 conquistou 13 taças de ilha, 6 campeonatos e 7 torneios de abertura.

Na Taça Açores vai a duas finais e por duas vezes representa a Associação de Futebol de Angra do Heroísmo na Taça de Portugal.

Na parte musical possuiu um conjunto chamado “Ritmo 2000” que abrilhantava as festas em todos dos salões da ilha, gravou vários discos e atuou nos Estados Unidos da América, sendo um dos seus grandes impulsionadores o jogador de futebol Gaspar Cordeiro.

Também a equipa de futebol do Graciosa Futebol Clube visitou os Estados Unidos, onde efetuou vários jogos, com os clubes lá residentes.

Nos anos 80 um grupo de sócios, liderado por Válter Melo, Ilberto Pereira e João Manuel Picanço, resolveu deitar mãos à obra e construir a sua sede.

Hoje é presidente da Assembleia Geral o professor Manuel Henrique, presidente da Direção Moisés Quadros Cunha e presidente do Conselho Fiscal Ilberto Sousa da Silva, cidadãos e sócios que muito deram para o engrandecimento daquela associação desportiva na ilha Graciosa.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma

dos Açores um Voto de Saudação ao Graciosa Futebol Clube, da vila de Santa Cruz da ilha Graciosa, pelos 75 anos da sua fundação.

Que seja dado conhecimento aos seus corpos gerentes, à Junta de Freguesia de Santa Cruz e à Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Horta, Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2014.

Os Deputados: *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Bruno Belo, Luís Garcia, João Bruto da Costa e Valdemiro Vasconcelos*

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições.

Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se ao 500.º aniversário da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, das Lajes das Flores, é do Partido Socialista e tem a palavra a Sra. Deputada Arlinda Nunes.

Deputada Arlinda Nunes (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

A paróquia de Nossa Senhora do Rosário das Lajes das Flores realizou, no passado dia 28 de setembro, a sessão de abertura solene do Ano Jubilar no qual serão comemorados 500 anos de história cristã.

As comemorações desta celebração, a ocorrer durante um ano, iniciaram-se com a festa em honra de Nossa Senhora do Rosário, padroeira da vila, e que tiveram lugar entre os dias 3 e 5 de outubro.

Celebrar um jubileu é fazer memória do caminho percorrido, das conquistas alcançadas, dos obstáculos superados e perpetuar a história construída de um Povo.

Com efeito, a criação da paróquia de Nossa Senhora do Rosário remonta ao limiar do povoamento efetivo da Ilha, o mesmo é dizer, aos primeiros anos do século XVI.

Até 1676, data conhecida como a criação de duas novas paróquias, uma de invocação a Nossa Senhora dos Remédios, nas Fajãs, e outra em louvor de São Caetano, na Lomba, a Vila das Lajes das Flores abrangia até então o território que compõe atualmente todo o concelho, excetuando o lugar da Ponta da Fajã, na altura pertencente à paróquia de São Pedro, de Ponta Delgada.

Por meados do século XVII, altura em que Frei Diogo das Chagas escreveu o “Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores”, já a vila das Lajes das Flores celebrava como padroeira Nossa Senhora do Rosário, ainda que o mesmo autor recorde que outrora, esta, tivera por paróquia uma outra ermida do Orago do Espírito Santo.

A ermida primitiva, mencionada por Frei Diogo das Chagas na obra supracitada, situava-se segundo este autor e cito, “ao sair do porto, que é uma Calheta em que abicam barcos”, (fim de citação), local este, onde havia nascido, no princípio de quinhentos, a primitiva povoação.

Gaspar Frutuoso no seu Livro VI, escreveu que em Junho de 1587 a igreja foi queimada pela pirataria num ataque de cinco navios corsários ingleses, os quais destruíram, e cito, o “quanto acharam, queimando os templos todos e assolando as casas sem ficar uma só” (fim de citação) provocando desta forma a mudança do povoado mais para cima, fazendo-o construir a sua matriz onde atualmente se localiza o cemitério (segundo Nota do Autor chamada a Igreja antiga das Lajes ou de Nossa Senhora das Dores).

No início da segunda metade de setecentos, a Matriz apresentava sinais de ruína e de iminente degradação. A solução que se apresentou como mais viável para a sua manutenção, passou por uma demolição parcial, poupando a capela de Nossa Senhora das Angústias que, todavia, ficou a servir de Matriz.

É de todo importante referir que, a pedra proveniente desta demolição foi transposta para a construção do novo templo, erguido no lugar de Santo António, local da existência de um forte de Defesa de Costa, cujas ruínas ainda hoje existem e testemunham, de forma imponente, a história da vila das Lajes.

Finalmente, e pela terceira vez, a edificação da nova Igreja Matriz, encontrou a sua localização definitiva, como podemos comprovar em “História das Quatro Ilhas, Vol. III”, no qual Silveira Macedo faz referência como sendo, e cito, “um bom templo de duas torres e uma portada”, fim de citação, construída entre 1763 e 1783, figurando como vigário da paróquia, o padre António de Freitas Henriques.

Mas celebrar 500 anos de história cristã não se pode resumir a homenagear factos cronologicamente datados.

A Igreja, à semelhança do que aconteceu na história dos Açores, desempenhou um papel fundamental na história do povoamento do concelho e da ilha das Flores, extravasando amplamente as suas funções primordiais de afirmação e propagação da fé cristã, tendo desempenhado também um importante papel na educação e na formação da sociedade.

O seu papel evangelizador acompanhou as exigências de cada época e o evoluir dos tempos, continuando ainda hoje a exercer, como em todos os lugares, um papel fundamental na procura da resposta aos problemas presentes e na construção de uma sociedade digna, rica em valores morais e espirituais.

Ao longo das várias centenas de anos a Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi objeto de várias intervenções de conservação e recuperação, das quais destaco, com particular orgulho e emoção, a última destas e cujas obras terminaram por volta do ano 2000.

De salientar que o mérito destas intervenções deve-se não só a todos os fiéis da paróquia de Nossa Senhora do Rosário, sejam os lá residentes, como os que, longinquamente permanecem ligados de coração à sua padroeira, como à edilidade e ao pároco responsável à data, Padre João Paulo Ávila Brasil. A salvaguarda e valorização do património arquitetónico, cultural e religioso existente veio reavivar não só a beleza singular da Igreja Matriz, como também fortificar os laços de fé cristã em que, com a sua presença enternecedora, a padroeira envolve e protege os seus fiéis.

Mas celebrar um jubileu é também e sobretudo, perscrutar o horizonte do futuro, estabelecendo novas metas e desafios.

Nesse sentido, termino realçando o tema escolhido para a celebração deste jubileu: “Reavivar a Fé recebida!” em que, Reavivar a fé significa dar força ao dom, que nos foi dado por Deus, enfrentando e combatendo os desafios de uma sociedade contemporânea, tendencialmente enfraquecida e esvaziada na fé cristã, redescobrimo assim, a alegria do crer e do essencial num mundo espiritual.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação deste voto de congratulação pelo quingentésimo aniversário da paróquia de Nossa Senhora do Rosário das Lajes das Flores e que dele seja dado conhecimento a sua Excelência Reverendíssima, o Bispo de Angra Dom António de Sousa Braga, à Igreja da Ouvidoria das Flores, na pessoa do seu Ouvidor, Padre Davide de Jesus Rocha Barcelos, à Comissão dos Assuntos

Económicos da paróquia das Lajes das Flores, à Junta de Freguesia das Lajes das Flores e por último, à Câmara Municipal das Lajes das Flores.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2014

Os Deputados: *Arlinda Nunes, Manuel Parreira, Berto Messias, Cláudia Cardoso e Francisco Coelho*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD, naturalmente, associa-se a esse voto dos 500 anos da constituição da Paróquia da Nossa Senhora do Rosário, nas Lajes das Flores, e não poderia também deixar de realçar, ao longo desses 500 anos, os inúmeros párocos que lá desenvolveram a sua atividade. E desenvolveram a sua atividade não só do ponto de vista religioso, mas também do ponto de vista social, sobretudo na educação. Muitas foram as pessoas que, por via do trabalho desenvolvido pelos párocos que passaram por esta paróquia, concluíram o ensino obrigatório à época.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos, então, votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é referente às bodas de ouro do Futebol Clube Marítimo Velense, apresentado pelo Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Bodas de Ouro do Futebol Clube Marítimo Velense

O Futebol Clube Marítimo Velense, filiado na Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, Instituição de Utilidade Pública, fundada a 5 de Outubro de 1964 pelos seus sócios-fundadores Nazário Gois, Jorge Severino, Alberto Vieira e Isidro Gois, celebrou no dia 5 de Outubro de 2014, 50 anos de vida dedicados ao serviço do desporto e da comunidade Jorgense.

Os jogadores e o seu primeiro treinador, Gaspar Manuel Silva Bettencourt, começaram por se reunir e concentrar nas antigas instalações agrícolas, “o Celeiro”, passando depois em 1966, para uma barraca edificada durante a crise sísmica de 1964, na Rua de São João.

A 10 de Março de 1980 é realizada a escritura pública dos estatutos do Clube, elaborada pela Sra. Lourdes Blayer e assinada pelos senhores Germano Matos dos Santos, Rui Manuel Lemos Silva, Adroaldo Hilário Gois, Amaro Manuel Oliveira, António Furtado Simas, Gaspar Manuel Silva Bettencourt, Mário Emílio Soares, José Manuel Viegas, Luís Manuel Soares e José Duarte Vitorino Soares.

A 22 de Setembro de 1990 inaugura a sua Sede Social, na Rua de São João, onde desenvolveu inúmeras atividades de interesse desportivo e cultural, com particular destaque para as tardes/noites de Verão com a realização de inúmeros torneios de futebol de salão ao ar livre no seu ringue.

A 5 de Outubro de 2007, com a inauguração do Pavilhão Gimnodesportivo adjacente à sua Sede Social aumenta a sua capacidade de realizar eventos desportivos, de solidariedade social e culturais de interesse da Ilha e da Região.

Como exemplo, temos a realização das comemorações do Dia da Região Autónoma dos Açores, em 2008, e a realização por mais de uma vez dos Campeonatos Regionais de Judo e de Voleibol.

O Futebol Clube Marítimo Velense detém 7 Campeonatos de Ilha, 7 Taças de Ilha de São Jorge, conquistando em 1986, o seu primeiro título de campeão em competições organizadas pela Associação de Futebol de Angra de Heroísmo. Destaque ainda, para o ano de 2006, ao sagrar-se campeão da AFAH e consequente subida à Série Açores onde permanece por uma época. Por último referir a presença em 2011 como finalista vencido da Taça da Autonomia.

Atualmente o Futebol Clube Marítimo Velense possui equipas de formação de futebol masculino e equipas de formação de voleibol feminino, e ao longo da sua vida possuiu equipas de futebol masculino sénior, equipas de voleibol sénior masculino e feminino, equipas de ténis de mesa e de atletismo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista deseja que a atual direção, técnicos, atletas e sócios do Clube se sintam sempre inspirados pelo passado deste grande clube Jorgense, e que encontrem sempre motivação e força para continuarem este legado no desenvolvimento desportivo e cultural da Ilha de São Jorge.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 11 de Dezembro de 2014, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto do Futebol Clube Marítimo Velense ter celebrado as suas bodas de ouro no dia 5 de Outubro de 2014.

Esta congratulação é extensiva a todos os atletas, técnicos, dirigentes e sócios que ao longo destes últimos 50 anos dedicaram o seu tempo, o seu trabalho e empenho em prol da sua coletividade, mas acima de tudo em prol do desenvolvimento desportivo e cultural da Ilha de São Jorge.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Clube e à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Horta, 11 de Dezembro de 2014.

Os Deputados: *André Rodrigues, Berto Messias e Lúcio Rodrigues*

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Ana Espínola, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP, naturalmente, associa-se a este voto de congratulação pela comemoração das bodas de ouro do Clube Marítimo Velense, pelo trabalho desenvolvido por dirigentes, atletas e sócios, pela sua disponibilidade, pela sua dedicação e pelo contributo que tem dado ao desporto na ilha de São Jorge.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de saudação, também referente ao aniversário do Futebol Clube Marítimo Velense, é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD):

Voto de saudação

50º Aniversário do Futebol Club Marítimo Velense

Aos 5 dias do mês de Outubro de 1964 quatro velenses dedicados e entusiastas do desporto, fundaram o Futebol Clube Marítimo Velense, foram eles Nazário Gois, Isidro Gois, Jorge Severino e Alberto Medeiros, quem constituiu a linha da frente.

Numa época em que a televisão nem existia, competições de futebol, vólei e futebol de salão eram motivo excepcional para animação de muitas das tardes de domingo das famílias jorgenses.

Num tempo em que os clubes desportivos davam menos importância às burocracias e papéis, porque o essencial era a prática saudável de desporto, somente em 1980 os estatutos viriam a ser oficializados no Cartório Notarial das Velas.

A atual sede social foi inaugurada a 22 de Setembro de 1990, com o esforço de simpatizantes e sócios, que trabalharam gratuitamente durante meses para a construção desse edifício, que nos últimos anos tem sido um espaço polivalente de desporto e cultura na sociedade jorgense.

Com 50 anos de vida, muitos foram os jovens que ali praticaram desporto, e com o esforço e dedicação dos seus dirigentes, treinadores, atletas, colaboradores, associados e simpatizantes, alcançaram a Série Açores nos anos de 2006/2007, entre muitas outras vitórias.

A formação de jovens atletas masculinos e femininos tem sido uma aposta deste clube.

Atualmente conta com 44 atletas dividido pelas modalidades de Vólei Feminino e Formação de Júniores.

A atual direção desta agremiação de caráter desportivo e cultural é presidida por José Bernardino da Sena Fernandes, sendo Paulo Manuel Pacheco da Silveira o presidente da Assembleia geral.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, nos termos regimentais do artigo 71 e 73 do Regimento, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reunida em plenário, emita o seguinte voto:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores saúda o Futebol clube Desportivo Marítimo pela passagem dos seus cinquenta anos de vida, dedicado ao desporto e à juventude jorgense.

Deste voto deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais do club, à Assembleia Municipal das Velas e ao Município das Velas.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2014

Os deputados: *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, António Pedroso e Bruno Belo*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de saudação é do Partido Socialista e refere-se aos 50 anos do Conservatório Regional de Ponta Delgada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

50 ANOS DO CONSERVATÓRIO REGIONAL DE PONTA DELGADA

Eis-nos aqui, cinquenta anos volvidos sobre a sua criação oficial, a exaltar e a celebrar a existência de uma entidade incontornável na nossa cultura insular: o Conservatório Regional de Ponta Delgada.

As comemorações oficiais tiveram lugar ao longo de praticamente todo este ano que agora findamos.

Foi, pois, em 1964 que a direção da então chamada Academia Musical de Ponta Delgada, presidida por João Bernardo de Oliveira Rodrigues, procedeu às diligências necessárias que conduziram à almejada transformação da referida Academia numa escola oficializada com paralelismo pedagógico – a que, desde aí, se chamou Conservatório Regional de Ponta Delgada. A 15 de outubro desse ano, sob a direção artística e pedagógica de Maria Teresa de Freitas Oliveira Rodrigues, juntamente com Margarida Maria de Chaves Magalhães de Sousa, Maria de Fátima de Castro Vasconcelos e Maria Manuela Oliveira da Cunha Mendonça, arrancaram, então, as aulas de Iniciação Musical, Solfejo e Piano. A instituição contava, na altura, com 120 alunos.

Neste momento, por ali passam mais de 500 alunos, distribuídos por quase cinco dezenas de professores (sendo que cerca de vinte são antigos alunos da instituição), que diariamente tornam possível uma docência de elevada qualidade das várias áreas musicais. O conservatório mantém, pois, ainda que nunca descurando as idiossincrasias dos tempos modernos, a sua missão inicial de formar e ensinar canto e instrumentos. É igualmente conferida aos alunos a possibilidade de participarem em estágios e em *masterclasses* com nomes cimeiros de cada uma das áreas específicas, o que em muito contribui, por um lado, para a valorização formativa dos alunos e, por outro, para a projeção da Instituição além-fronteiras.

E se, recentemente, a presidente do Conselho Executivo do Conservatório Regional de Ponta Delgada, Ana Paula Andrade, destacada figura do ensino da música nos Açores, afirmava que “a Instituição orgulha-se do seu trabalho ao longo destes cinquenta anos na formação de bons profissionais que conseguem corresponder às exigências do mundo da música”, nós acrescentamos que a sociedade açoriana, no seu todo, muito tem a agradecer àquela instituição, pelo

extraordinário papel que tem desenvolvido, no decurso deste meio século, em benefício da cultura dos Açores e da excelência do ensino da música.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Saudação ao Conservatório Regional de Ponta Delgada pela celebração do seu quinquagésimo aniversário. Propõe igualmente que deste voto seja dado conhecimento à Instituição supracitada.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2014

Os Deputados: *Berto Messias, Marta Couto, Renata Correia Botelho, Benilde Oliveira, Cecília Pavão, Pedro Moura, Catarina Furtado, Arlinda Nunes, Graça Silva, (assinatura ilegível) e (assinatura ilegível)*,

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José Andrade, tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD-Açores associa-se, naturalmente, a este voto de saudação, até porque já tínhamos tomado a iniciativa de apresentar um voto de semelhante teor no Plenário de maio, assinalando a comemoração dos 50 anos da fundação do agora único Conservatório Regional dos Açores, que ocorreu a 12 de maio de 1964.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de saudação é do PSD e refere-se ao 25.º aniversário do Maia Clube dos Açores. É apresentado pelo Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

25º ANIVERSÁRIO DO MAIA CLUBE DOS AÇORES

Aos 20 dias do mês de setembro de 1989, três cidadãos da freguesia da Maia, concelho da Ribeira Grande, preocupados com o bem-estar da juventude e o progresso da sua localidade reuniram-se em casa de Afonso Carlos Moniz Arruda Quental por iniciativa deste.

Começava assim a constituição de uma associação de carácter desportivo, cultural e recreativo, sedeadada naquela freguesia nortenha de S. Miguel.

O ato formal da fundação do Maia Clube dos Açores decorreu poucos dias depois, a 18 de outubro de 1989, subscrito pelo já citado Afonso Arruda Quental, conjuntamente com António Jerónimo da Costa Rodrigues e Carlos Francisco de Melo Toste.

No plano desportivo a atividade do Maia Clube dos Açores teve lugar na época imediata à sua fundação, com a sua equipa de futebol sénior a disputar o campeonato de S. Miguel da 2ª divisão, organizado pela Associação de Futebol de Ponta Delgada, onde entretanto se havia filiado.

E não mais parou a participação deste clube representativo da freguesia da Maia em muitas competições e modalidades desportivas, com especial destaque para o futebol e o futsal, realçando-se também a sua aposta na formação de atletas jovens e na constituição de equipas femininas.

Em agosto de 2000 o Maia Clube dos Açores foi declarado filial nº41 do Clube de Futebol “Os Belenenses”.

Ao longo dos seus 25 anos de atividade o Maia Clube dos Açores viveu momentos de grande significado social e êxitos desportivos, estes patentes na conquista de 39 troféus em vários escalões e competições de futebol e futsal.

Presentemente esta agremiação de carácter desportivo, cultural e recreativo é presidida por Luís António Arruda Carvalho, sendo José Manuel Pereira Pimentel o presidente da Assembleia Geral. O presidente do Conselho Fiscal é Emanuel de Jesus Braga Araújo.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Saudação ao Maia Clube dos Açores pela passagem do seu 25º aniversário.

Deste Voto deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais do clube, à Câmara e Assembleia Municipal da Ribeira Grande, à Junta de Freguesia da Maia e à Associação de Futebol de Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2014

Os deputados: *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Joaquim Machado, Bruno Belo, Luís Garcia e Luís Maurício*

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marta Couto.

(*) **Deputada Marta Couto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Maia Clube dos Açores tem sido um exemplo de investimento na juventude na Ribeira Grande e no seu saudável desenvolvimento.

Pelo trabalho que tem feito e pelo papel determinante que tem desempenhado junto dos mais diversos escalões e no elevar do desporto no concelho da Ribeira

Grande, a bancada do Partido Socialista associa-se, naturalmente, a este voto, congratulando o Maia Clube dos Açores pela passagem dos seus 25 anos.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao último voto de saudação, é apresentado pelo CDS e refere-se ao atleta Frederico Ferreira, campeão mundial de Kickboxing.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

Frederico Ferreira – Campeão do Mundo de Kickboxing

No passado mês de Novembro, realizou-se em Praga, capital da República Checa, o Campeonato do Mundo de Kickboxing, organizado pela Federação Mundial da modalidade e onde o atleta Terceirense Frederico Ferreira se sagrou Campeão do Mundo nas disciplinas de Light Contact e Light Kick.

Frederico Ferreira, 35 anos, atleta da Academia Desportiva dos Açores (ADA), competiu, neste mega evento desportivo realizado no centro do Continente Europeu, com atletas da Alemanha, Espanha, Irlanda, Índia e República Checa, tendo-os vencido a todos, num total de seis combates.

Recorde-se que já há um ano atrás, em Novembro de 2013, Frederico Ferreira tinha conseguido trazer da Áustria duas medalhas de ouro que lhe conferiram o título de Campeão Europeu de Kickboxing.

Mais uma vez representando as cores de Portugal ao serviço da selecção nacional, o atleta Açoriano, numa competição ainda mais exigente e apurada em termos técnicos que o Campeonato da Europa, mostrou a sua paixão pela modalidade, dando um exemplo de que o esforço, a dedicação à modalidade em horas de treinos, a persistência e a vontade de ser melhor são sempre imprescindíveis para se concretizarem os sonhos.

Apesar de não ser uma das modalidades mais mediatizadas no panorama desportivo regional e nacional, o que é certo é que Frederico Ferreira já inscreveu o seu nome na história do desporto Açoriano contribuindo, simultaneamente, para uma excelente projecção da imagem dos Açores no mundo.

Para além disso é um bom exemplo para jovens atletas da Região e, o seu caso de sucesso desportivo, deve ser olhado com muita atenção pelos técnicos e dirigentes dos clubes Açorianos; Frederico Ferreira com os títulos alcançados acaba por significar que vale muito a pena apostar fortemente no desporto Açoriano e nos atletas formados nos Açores.

Frederico Ferreira é licenciado em Treino Desportivo de Alto Rendimento e tem um mestrado em Educação Física Escolar, sendo um dos principais intérpretes do kickboxing na ilha Terceira e nos Açores.

O atleta natural de Angra do Heroísmo já se havia sagrado Campeão Ibérico em 2002, foi Campeão Regional de kickboxing durante sete anos, e, a nível nacional, conquistou a Taça de Portugal, em 2009, e alcançou o título português da modalidade em 2011 e 2012.

É treinador e atleta na Academia Desportiva dos Açores.

As prestações de Frederico Ferreira, quer no Campeonato Europeu de Kickboxing, em 2013, quer agora no Campeonato do Mundo, foram notáveis e

devem merecer o reconhecimento do principal Órgão de Governo Próprio desta Região.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe o seguinte Voto de Saudação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda o atleta Açoriano, natural da ilha Terceira, Frederico Ferreira, pela conquista do título de Campeão do Mundo de Kickboxing, nas disciplinas de Light Contact e Light Kick.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao atleta, à Academia Desportiva dos Açores, à Federação Portuguesa de Kickboxing e Muaythai e Comité Olímpico de Portugal.

Os Deputados Regionais: *Ana Espínola, Artur Lima e Félix Rodrigues*

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para dizer que o PSD, com muita naturalidade e alegria, associa-se a este voto que enaltece os resultados conseguidos por um atleta que é, de facto, excecional e que muitas alegrias e muito orgulho vai trazer a todos os açorianos e, certamente, já não é a primeira, não será a última vez que o honraremos e que saudaremos os seus feitos desportivos.

Portanto, compete-nos a nós também enaltecer os bons resultados, aquilo que de bom se vai fazendo no desporto regional, e o Frederico Ferreira é um dos melhores exemplos e é um exemplo, certamente, a seguir e a imitar por todos quantos praticam desporto nos Açores.

Obrigado.

Deputado Bruno Belo (PSD): Menos o Corvo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos, então, votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos também encerrar os nossos trabalhos desta manhã.

Eu peço aos líderes e à Sra. Secretária o favor de se aproximarem da Mesa, aos restantes colegas desejo um bom almoço. Regressamos às 15horas com a Agenda.

Eram 13 horas e 02 minutos.

Presidente: Muito boa tarde a todos.

Vamos, então, entrar na Agenda da Reunião.

Eram 15 horas e 10 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Valdemiro Vasconcelos reocupa o seu lugar na Mesa)

O primeiro ponto é o 6: **Petição n.º 24/X – “Pela alteração das prioridades de ordenação dos candidatos ao concurso externo extraordinário, na Região Autónoma dos Açores”**, apresentada por Sofia Heleno Roque Ribeiro.

Os tempos são aqueles que utilizámos já, ontem, na petição que aqui debatemos e para a apresentação do relatório tem a palavra a Sra. Deputada Arlinda Nunes, relatora da Comissão dos Assuntos Sociais.

Deputada Arlinda Nunes (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIACÃO DA PETIÇÃO Nº 24/X

“PELA ALTERAÇÃO DAS PRIORIDADES DE ORDENAÇÃO DOS CANDIDATOS AO CONCURSO EXTERNO EXTRAORDINÁRIO, NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES”

ANGRA DO HEROÍSMO, 17 DE OUTUBRO DE 2014

CAPÍTULO I

Introdução

A 10 de março de 2014 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o nº 24/X, intitulada “Pela alteração das prioridades de ordenação dos candidatos ao concurso externo extraordinário, na Região Autónoma dos Açores”, que reúne um total de 800 (oitocentas) assinaturas, tendo como primeiro signatário, o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, datado de 10 de março de 2014, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer – o que veio a acontecer a 17 de outubro de 2014, na delegação da cidade de Angra do Heroísmo.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189º a 193º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei nº 43/90, de 10 de Agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190º e 191º do Regimento, bem como do artigo 73º, nº 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 30/2012/A, de 21 de Dezembro, as matérias relativas à Educação, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

Apreciação da Petição

a) ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei nº 43/90) e regimentais (artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais, na sua reunião do dia 26 de março de 2014, na Delegação da Assembleia Legislativa, em Ponta Delgada, procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 190º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

b) OBJETO DA PETIÇÃO

A presente petição tem como objeto solicitar a alteração do diploma que cria o Regime de Integração Excepcional de Docentes Contratados mediante Concurso Interno e Externo Extraordinário em 2014, 2015 e 2016, aprovado a 14 de fevereiro de 2014, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, propondo alterações aos artigos 4.º e 6.º a saber:

“Artigo 4.º

Ordenação de candidatos

1 – A ordenação de candidatos faz-se de acordo com a sua graduação profissional e académica, nos termos do disposto no regulamento de Concurso

do Pessoal Docente da educação Pré-escolar e Ensinos Básico e Secundário da região Autónoma dos Açores.

2 – [Excluir]

3 – [Excluir]

Artigo 6.º

Norma transitória

1 – [Manter a redação inicial deste artigo].

2 – Aos docentes opositores ao concurso externo extraordinário no ano de 2014 é facultada a possibilidade, em sede de audição dos interessados, de poderem alterar as suas preferências de colocação.”

c) **DILIGÊNCIAS EFETUADAS**

Na reunião do dia 26 de março, a Comissão de Assuntos Sociais decidiu, por unanimidade, efetuar as seguintes diligências:

- Audição dos petionários, na pessoa do representante do primeiro signatário da presente petição, Presidente da Direção do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores;
- Audição do Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, Luiz Fagundes Duarte;
- Solicitação de parecer por escrito ao Sindicato dos Professores da Região Açores.

1) AUDIÇÃO DO PRIMEIRO SUBSCRITOR, SINDICATO DEMOCRÁTICO DOS PROFESSORES DOS AÇORES (SDPA), REPRESENTADO PELO ATUAL PRESIDENTE DA DIREÇÃO, ANTÓNIO JOSÉ GOMES FERREIRA

A audição do primeiro subscritor, na pessoa do Presidente da Direção do SDPA, António José Gomes Ferreira, teve lugar na delegação da Assembleia Legislativa Regional, em Ponta Delgada, a 16 de junho de 2014. O Presidente do SDPA começou por fazer uma referência prévia à calendarização da petição, relembrando que a mesma deu entrada nos serviços da Assembleia Legislativa

da Região Autónoma dos Açores em 10 de março de 2014, com pedido de apreciação urgente, dando nota do período de tempo, entretanto, decorrido. Disse que, na sequência da aprovação do DLR 8/2014/A, de 23 de junho, esta petição vem dar voz ao descontentamento dos professores perante as desigualdades criadas pelo referido diploma. Este continua a não determinar medidas de integração nos quadros, de docentes sucessivamente contratados pelas escolas públicas da Região Autónoma dos Açores, onde existem professores com vários anos de serviço, alguns alcançando os 15 anos de serviço em contínua precariedade laboral docente; continua a não determinar qualquer limitação do recurso sucessivo de contratos a termo certo. O Sistema Educativo Regional continua a pagar e a servir-se de professores com sucessivos contratos a termo, pagando pelo índice 151, índice inferior ao 1.º índice da carreira docente – índice 167; disse também que, em Portugal Continental, pela nova legislação publicada, um professor contratado passa a auferir pelo índice 167 e passados 4 anos com avaliação de Bom passa ao índice 188; sendo que o limite são 5 contratos completos sucessivos. Considerou ainda, que o DLR n.º 8/2014/A, de 23 de junho não cumpre com a Diretiva 1999/70/CE, de 28 de junho; o diploma aprovado determina que a seleção nos concursos interno e externo de provimento é feita nos anos 2014, 2015 e 2016; opção diferente sempre defendeu o SDPA, ao reclamar os concursos anuais (exemplificando com os lugares vagos deixados anualmente pelos aposentados); manifestam-se igualmente contra o facto de que, para os opositores ao concurso externo extraordinário sejam estabelecidos novos critérios de ordenação pervertendo os critérios do concurso externo ordinário constantes nos n.º 5 e 6 do art.º 9.º e mesmo do concurso interno previsto no n.º 4 do artigo 9.º, do Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-escolar e Ensinos Básico e Secundário da Região Autónoma dos Açores. Os critérios de prioridade estipulados na ordenação de candidatos,

nomeadamente os 1075 dias de serviço docente efetivo seguido nos últimos 3 anos, no respetivo grupo e /ou nível de docência e a candidatura aos quadros de todas as unidades orgânicas da Região acarretam vários problemas, desde logo pela limitação de opção dos candidatos e destabilização familiar que irá originar; permite a ultrapassagem de docentes contratados mais graduados que já deveriam ter sido integrados nos quadros, face ao cumprimento da Diretiva 1999/70/CE, de 28 de junho e que impunha um limite até 10 de julho de 2001, sendo estes, na sua maioria, docentes com 12 e mais anos de serviço que optaram por adquirir novas habilitações, para concorrerem em outros grupos de recrutamento, e que pela sua classificação profissional ficariam sempre na sua ilha de residência, dando-lhes assim a estabilidade familiar por todos desejada. Sublinhou que em paralelo, os anos letivos de 2011/2012 e 2012/2013 destacaram-se por reduzidas ofertas de emprego, sendo que neste último, os professores desempregados eram aqueles que detinham maior classificação profissional, razão suficiente para uma vez mais continuarem a defender que a ordenação dos candidatos ao concurso extraordinário externo seja feita de acordo com a sua graduação profissional e académica, nos termos do disposto no Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-escolar e Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores.

Sendo a natureza da petição consensual a professores e sindicatos, e por tudo o que explanou, o Presidente do SDPA considerou que os motivos que estiveram no fundamento da petição apresentada continuam atuais e pertinentes de discussão.

Seguiu-se um período de esclarecimentos, que com a participação do deputado Joaquim Machado.

O deputado Joaquim Machado questionou se o Sindicato já apresentou junto da tutela e qual a receptividade relativamente às diferenças de índices que afetam e prejudicam vários professores, bem como qual a norma do Governo da

República que permite a integração automática para quem tem 5 contratos completos sucessivos.

O Presidente do SDPA disse que, no que respeita à última questão, o facto decorre da aplicação da Diretiva da União Europeia não reconhecendo se existe alguma norma a nível nacional. Quanto à primeira questão, este disse que quando o Estatuto da Carreira Docente dos Açores foi negociado houve a preocupação de distinguir os docentes contratados dos que já integravam a carreira docente. Justo será que os contratados comecem a auferir pelo 1º índice da carreira docente. Esclareceu que o SDPA está a trabalhar num documento fundamentado que contemplará esta situação, defendendo que os contratados comecem a auferir pelo índice 167 da carreira docente idêntico aos colegas que exercem funções em Portugal Continental e pondo termo à não limitação de contratos.

2) AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (SRECC), LUIZ FAGUNDES DUARTE

A audição do Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura teve lugar na delegação da Assembleia Legislativa Regional, em Ponta Delgada, a 16 de junho de 2014. O SRECC explicou que a esta audição se aplica o mesmo que referiu na anterior, ou seja, tendo a Assembleia Legislativa Regional se pronunciado sobre esta matéria, cabe ao Governo Regional aguardar que o diploma em questão seja publicado, após ter sido promulgado pelo Representante da República para os Açores, para que seja aberto o concurso. Esta alteração legislativa decorreu de uma imposição da União Europeia pela Diretiva 1999/70/CE, de 28 de junho, tendo sido trabalhada, discutida e aprovada pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pelo que disse não fazer sentido pronunciar-se de modo diferente. Acrescentou que esta petição deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores depois da aprovação do diploma em questão.

Seguindo-se um período aberto a esclarecimentos, apenas o deputado Joaquim Machado disse pretender registar que a sua interpretação é diferente.

Pareceres:

O parecer solicitado ao Sindicato dos Professores da Região Açores, entretanto rececionado fica anexo ao presente relatório, dele fazendo parte integrante.

CAPÍTULO IV**Síntese das Posições dos Deputados**

O Grupo Parlamentar do PSD vota favoravelmente o relatório. Não pode, todavia, deixar de alertar para a circunstância de terem decorrido sete meses entre a entrada da petição e a conclusão da sua apreciação. Ora tal facto, no caso vertente, provocou a desatualização parcial da matéria objeto da petição e, mais do que isso, não incentiva o cidadão a utilizar este direito constitucional.

CAPÍTULO V**Parecer**

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão deliberou, por maioria, emitir o seguinte parecer, com os votos a favor por parte PS, PSD e CDS-PP e com abstenção por parte do PPM.

- 1) Considerando a pertinência temporal em termos sociais do tema abordado na petição e sendo esta subscrita por 800 cidadãos, deverá a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 192º do respetivo Regimento.
- 2) Os peticionários manifestam-se contra a existência de prioridades diferentes existentes no recém-criado Regime de Integração Excecional de Docentes Contratados mediante Concurso Interno e Externo Extraordinário em 2014, 2015 e 2016, criado pelo Decreto Legislativo Regional nº 8/2014/A, de 23 de junho;
- 3) Os peticionários consideram que, a necessidade de se candidatarem a todas as vagas abertas na região para conseguirem ficar na 1ª prioridade do

concurso criado pelo Decreto Legislativo Regional nº 8/2014/A de 23 de junho, não contribui para a estabilização do corpo docente e da qualidade do ensino e como tal, sentem-se prejudicados, pessoal e familiarmente, uma vez que também sublinham a desestruturação dos respetivos agregados familiares;

4) A petição apresenta, de forma concreta, as seguintes propostas de alteração:

“Artigo 4.º

Ordenação de candidatos

1 – A ordenação de candidatos faz-se de acordo com a sua graduação profissional e académica, nos termos do disposto no regulamento de Concurso do Pessoal Docente da educação Pré-escolar e Ensinos Básico e Secundário da região Autónoma dos Açores.

2 – [Excluir]

3 – [Excluir]

Artigo 6.º

Norma transitória

1 – [Manter a redação inicial deste artigo].

2 – Aos docentes opositores ao concurso externo extraordinário no ano de 2014 é facultada a possibilidade, em sede de audição dos interessados, de poderem alterar as suas preferências de colocação.”

5) O tutelar da pasta da Educação na Região Autónoma dos Açores referiu que tratando-se de uma iniciativa da total responsabilidade da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores considera que ao seu departamento compete apenas a execução do legislado, de forma atempada;

6) Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao Departamento Governamental com responsabilidade e competência na matéria em apreço.

A Representação Parlamentar do PCP, embora sem direito a voto na Comissão Permanente de Assuntos Sociais, não se manifestou quanto ao parecer emitido pela Comissão.

A Relatora: *Arlinda Nunes*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: *Domingos Cunha*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos, então, avançar com a nossa matéria.

Ponto 7: **Projeto de Resolução n.º...**

Diga, Sr. Deputado.

(Neste momento, o Deputado Joaquim Machado pede a palavra para uma intervenção neste ponto)

Presidente: Sr. Deputado, de forma muito excecional, eu vou dar-lhe a palavra para intervir, porque eu já estava a anunciar o ponto seguinte.

Eu compreendo que na questão das petições há sempre aqui alguma pausa, mas que, naturalmente, eu também penso que concedi o tempo suficiente...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mais que suficiente!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem, Sra. Presidente!

Presidente: ... para que todos se pudessem inscrever.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Prescindo!

Presidente: Prescinde?

Obrigada pela sua atenção, Sr. Deputado.

Então vamos, sim, entrar no ponto 7, tal como já estava a anunciar: **Projeto de Resolução n.º 81/X – “Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas Globais”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Félix Rodrigues para a apresentação do diploma.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP apresentou uma proposta de substituição integral àquela que foi entregue e discutida em comissão. Em termos conceituais e também em termos dos pontos resolutivos, há algumas alterações, que passarei a explicar.

As razões por se ter alterado o preâmbulo prendem-se com algumas indicações dadas pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera de forma a precisar a linguagem que aqui estava, que era mais popular do que propriamente científica, ou seja, quando se dizia que a temperatura do planeta aumentou 0,85 graus centígrados, que a terra aqueceu 0,85 graus centígrados, entre 1880 e 2012, de facto, o termo mais correto é dizer-se que a temperatura do ar aumentou 0,85 graus centígrados.

Assim sendo, as sugestões do Instituto Português do Mar e da Atmosfera foram incorporadas no preâmbulo.

Também, o Instituto fazia referência a uma tendência que se tem verificado ao longo dos tempos, principalmente desde 1970, que tinha a ver com o número de ciclones no Atlântico e com a sua intensidade, referindo que não havia bibliografia que justificasse tal evolução. De facto, existe bibliografia, o que acontece é que não há uma tendência estatística clara que demonstre que se possa fazer uma previsão até final do século. O que é certo é que o número tem

estado a aumentar, não há é uma tendência estatística credível que possa dizer com alguma fidedignidade que tal fenómeno acontece.

São essas as razões que nos levaram a melhorar o preâmbulo do ponto de vista científico, de forma a precisar alguns termos.

Por outro lado, e em comissão, foi difícil explicar o que é que se pretendia, efetivamente, com o ponto resolutivo número 1, que não se pretendia criar novos instrumentos de ordenamento do território e, de facto, depois de conversarmos, na comissão, e, inclusivamente, com o Partido Socialista, a redação que surge um pouco deste consenso resultou na seguinte forma: “... que é no âmbito da elaboração ou alteração de Planos Sectoriais, bem como dos Planos Especiais Municipais de Ordenamento do Território, seja atribuída especial atenção à salvaguarda dos solos”, etc., etc., no fundo, aqui mantém-se exatamente as mesmas preocupações, a forma como se faz é que é ligeiramente alterada.

Relativamente ao ponto 4, em vez de se centrar a exploração do potencial geotérmico apenas nas ilhas que, no nosso entender, teriam mais potencial geotérmico, abriu-se o leque para que o Governo Regional promova a investigação do potencial geotérmico por explorar em várias ilhas do arquipélago dos Açores.

Por outro lado, depois do Plano e Orçamento, e uma vez que ele surge muito posteriormente à apresentação desta iniciativa, convinha também enquadrar que o que se pretendia no ponto 5, de facto, parte já está contemplada no Plano e Orçamento, que fique enquadrado, dando mais sentido àquilo que se pretendia atingir com este ponto resolutivo.

Os outros pontos mantêm-se exatamente tal como estão e, assim sendo, o ponto 10 acaba por ser eliminado, porque acaba por ser enquadrado tanto no ponto resolutivo número 1 como no ponto resolutivo número 5.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Conforme referiu o Sr. Deputado Félix Rodrigues, foi apresentada a proposta de substituição integral, é também sobre ela que se irá centrar o nosso debate e será esta proposta de substituição integral que será votada.

Estão, assim, abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Borges, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Borges (PS):** Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Esta iniciativa do CDS-PP tem um mérito inegável, aliás, a demonstrar pela declaração de congratulações que, hoje, realizámos, de manhã, sobre a Declaração de Guadalupe. Esta iniciativa enquadra-se perfeitamente nesse tipo de questões de relevância das alterações climáticas em termos de impacto na sociedade e na economia das regiões, e em particular das ilhas, e gostaria de salientar que, após a discussão na Comissão de Ambiente, na CAPAT, o CDS-PP concordou em melhorar algumas das componentes da proposta, como já foi aqui descrito pelo seu proponente.

Gostaria, no entanto, de destacar alguns aspetos da proposta.

No caso do ponto 1, em que se altera substancialmente a proposta inicial, gostaria de realçar que todas as regiões ultraperiféricas, em particular os Açores, devem, de facto, tomar em consideração, em futuras alterações de documentos de gestão territorial, os impactos das alterações climáticas e os resultados científicos de investigação que venham a ser realizados nos Açores e outras ilhas. Aliás, isto é depois, de certo modo, referido num ponto mais adiante, o ponto 8, “Que promova a investigação científica” e, em particular, refere-se na área da nutrição animal e manejo das pastagens, mas gostaria de

referir que este é um aspeto apenas de detalhe, porque a investigação científica nessa área das alterações climáticas já está a ser financiada pelo Governo Regional dos Açores em dois projetos aprovados em 2012, e também num projeto europeu no âmbito NETBIOME, que é cofinanciado pelo Governo Regional. Portanto, essa parte dessa componente da investigação científica já está a ser realizada e espera-se que continue a ser realizada, dependendo, claro, das propostas dos investigadores.

Na componente número 9, “Que promova a Extensão Rural que, se centrada na aplicação de Boas Práticas Agrícolas...”, isto, de facto, é um aspeto muito relevante, porque é espectável que, nas próximas décadas, as alterações climáticas promovam a alteração da composição das nossas pastagens e vai ser necessário também algum apoio aos nossos lavradores para saberem como gerir essa nova realidade, eventualmente, procurar alternativas aos adubos e diminuição do impacto dos nitratos nas pastagens.

Em relação à componente aqui referida da “monotorização regional dos mosquitos”, o ponto 2, gostaria de referir que o dengue é, hoje, um problema grave em algumas regiões ultraperiféricas. Na Madeira, é já uma realidade e este é um aspeto que deveremos ter em atenção no futuro.

Por agora ficava por aqui.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do CDS-PP apresenta-nos aqui um conjunto de preocupações sólidas, mas acaba por passar ao lado das causas de fundo das alterações climáticas, ou seja, sendo preocupações sólidas, não aborda aquilo que, na nossa opinião, está na génese das alterações climáticas. E a Representação

Parlamentar do PCP até percebe porquê, até percebe por que é que o CDS-PP ignora as causas, o que está nas causas das alterações climáticas, porque, no fundo, tem viabilizado todas as políticas que contribuem para as alterações climáticas e degradado o meio ambiente no nosso país, como, por exemplo, a destruição da agricultura familiar no âmbito da integração europeia, a não aposta nos transportes públicos, privatizando e desmantelando os sistemas de transportes públicos,...

(Aparte inaudível do Deputado Luís Rendeiro)

O Orador: *(Risos)*

... a desertificação do interior e a sua litoralização com a concentração urbana. Estamos a falar de Portugal, por acaso, que é uma coisa que alguns grupos parlamentares não gostam muito,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Pode continuar, Sr. Deputado, pode continuar!

Deputada Zuraída Soares (BE): Por que é que não gostam, Sr. Deputado?

O Orador: ... mas nós somos mesmo é representantes, neste caso, do povo açoriano e pertencemos a um país que se chama Portugal e eu sei que o tempo e a atenção de alguns grupos parlamentares está mais vocacionada para as questões internacionais.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Mas está bem!

Mas, como dizia, o CDS está, no fundo, diretamente envolvido com aquilo que têm sido as opções políticas que estão nas causas das alterações climáticas, para além das que já enunciei: destruição da agricultura familiar, a não aposta nos

transportes públicos, a desertificação do interior do país e a sua natural litoralização, mas também a da criação do mercado emissor de dióxido de carbono que, como todos sabemos, foi apoiado não só pelos partidos do “centrão”, mas também pelo seu apêndice, o CDS-PP. Isto é, no Parlamento Europeu, o PPE e o PSE têm contribuído para isto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vou chamar o Paulo Estêvão!

O Orador: Portanto, isto para concluir, Sr. Deputado, é o mercado, é o próprio capitalismo que é incompatível com a sustentabilidade ambiental...

Deputado Francisco César (PS): Mas as do PCP não são incompatíveis, Sr. Deputado!

O Orador: ... ao colocar os interesses privados à frente daquilo que são os interesses coletivos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem o Muro de Berlim!

O Orador: Portanto, eu volto a repetir, Sr. Deputado, é o mercado, é o próprio capitalismo que é incompatível com a sustentabilidade ambiental, ao colocar os interesses privados à frente daquilo que são os interesses comuns, não só dos açorianos, não só dos portugueses, mas de todos os habitantes desta nossa casa comum a que chamamos Terra.

Deputada Zuraída Soares (BE): Parece um hino!

O Orador: E a verdade...

Por acaso é um belo hino!

Portanto, nós sabemos bem de que lado é que está o CDS-PP, está do lado dos que têm contribuído, pelas suas opções políticas, para que se coloque em causa a sustentabilidade ambiental.

Mas, Srs. Deputados do CDS-PP,...

Deputada Zuraída Soares (BE): E Sra. Deputada!

O Orador: ... não é por esse motivo,...

Sra. e Srs. Deputados do CDS-PP, não é por esse motivo, e sabendo de que lado é que está o CDS-PP,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Está à minha esquerda!

O Orador: ... que o PCP não vai deixar de votar este projeto de resolução favoravelmente.

V. Excias. esqueceram-se exatamente quais foram as minhas primeiras palavras,...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é que se esqueceu!

O Orador: ... é que as preocupações que aqui traz o CDS-PP são, de facto, sólidas, o problema é tentarem, digamos, fugir às responsabilidades que a vossa família política tem nestas questões.

E, portanto, para esta primeira intervenção,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A culpa é do Muro de Berlim!

O Orador: ... dizer a V. Excias., Sra. e Srs. Deputados, que, apesar de considerar que V. Excias. têm responsabilidade acrescida, o PCP vai votar favoravelmente.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Francisco Coelho (PS): O Sr. Deputado foi mordido pelo mosquito da dengue!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Penso que esgotou praticamente o seu tempo. Ainda tem tempo? Ainda tem tempo, afinal.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem tempo, mas não tem conteúdo!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Conteúdo foi zero!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah, foi?! Não gostaste?!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quanto a este projeto de resolução do CDS sobre a epígrafe “Mitigação e adaptação às alterações climáticas globais”, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda acompanha, de uma forma geral, as preocupações apontadas pelo CDS no que às alterações climáticas diz respeito, assim como as recomendações que este partido apresenta, no presente projeto de resolução, sobre a epígrafe já referida.

O Bloco de Esquerda acompanha de forma particular a acutilância posta na exposição de motivos, nomeadamente quando refere, e cito, “As alterações climáticas não se devem constituir numa agenda exótica ou abstrata”. De facto, não podemos estar mais de acordo.

Também não podemos estar mais de acordo quando é referido, no referido projeto, a necessidade vital de redução dos gases de Efeito de Estufa. Estamos a discutir este projeto, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, no momento preciso em que está reunida, na cidade de Lima, no Perú, a conferência da ONU sobre alterações climáticas. Desta cimeira, da maior importância para o ambiente global, os resultados esperados serão poucos em medidas sérias e corajosas, por via das políticas dos dois maiores poluidores do mundo – falo dos Estados Unidos e da China –, que, ao invés de liderarem as transformações necessárias, são o principal travão a essas transformações e infelizmente não são os únicos.

O desastre está eminente, o planeta já sofre e vai sofrer ainda mais, mas no planeta há pessoas, e essas, em particular das zonas mais pobres deste mesmo planeta, sofrerão ainda mais.

Esta ganância destruidora não é fruto da decisão de uma ou outra pessoa maquiavélica, é antes a demonstração da essência da lógica capitalista e, hoje, do imperialismo global,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sra. Deputada! Muito bem!

A Oradora: ... comandado pela oligarquia financeira mundial, onde a rentabilidade e a taxa de lucro são o único deus. É assim nos direitos sociais dos trabalhadores, esmagados a nível mundial para padrões cada vez mais baixos, de forma contínua e, da mesma maneira, é assim com o ambiente, mesmo que isso leve à morte, direta ou indiretamente, de milhões de pessoas.

A preocupação que, hoje, se concentra em Lima incide particularmente sobre os gases de Efeito de Estufa. É, hoje, sabido, de forma mais do que cientificamente provada, que estes gases são o principal fator que está na origem das alterações climáticas que, a breve trecho, se tornarão num pesadelo para a humanidade.

Mas este projeto de resolução tem o mérito de partir da salutar atitude de que o nosso dever é contrariar a investida deste monstro, mesmo que o outro não o faça.

Por este motivo, causa estranheza à Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda que, quer na exposição de motivos, quer na parte resolutiva, que subscrevemos, onde é abordada a questão da energia, não haja medidas para o principal fator que, na nossa região, é produtor de gases de Efeito de Estufa, falo dos transportes.

A energia consumida nos Açores é 83% consumida nos transportes. Certo, Sr. Professor? Isto significa que importamos muito combustível fóssil.

É um fator negativo para as finanças, mas também, neste particular, uma fatura pesada para o ambiente, porque são os transportes, na nossa região, o principal produtor de gases de Efeito de Estufa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é verdade!

A Oradora: Uma das formas de redução da emissão desses gases é a redução do transporte privado...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora anda de autocarro!

A Oradora: ... e, já agora, também da fatura da nossa balança comercial em favor dos transportes coletivos.

Nesse sentido, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda, parece que por coincidência, indo ao encontro das preocupações do CDS...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, Sra. Deputada! Veja lá!

A Oradora: ... manifestadas neste projeto de resolução, já apresentou, nesta Câmara, uma iniciativa legislativa que, a breve trecho, virá a este Plenário, sobre exatamente os transportes públicos e os passes sociais.

Em conformidade, com a consonância que, até agora, temos percebido desta Câmara e dos diferentes grupos parlamentares relativamente ao projeto de resolução do CDS, evidentemente que o Bloco de Esquerda espera, também por este motivo, que a nossa iniciativa tenha o melhor acolhimento desta Câmara, mesmo que para isso seja necessário conversar e chegar a consensos com o partido maioritário.

(Risos do Deputado Artur Lima)

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A história do Capuchinho Vermelho!

Deputado Francisco Coelho (PS): Não seria inédito, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Félix Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É estranho que a esquerda não ande de automóveis; é estranho que a esquerda não use a eletricidade vinda de centrais termoelétricas, na nossa região;...

Deputado Zuraida Soares (BE): É estranho que não esteja na pré-história! A direita está muito adiantada! Já está na estratosfera!

O Orador: ... é estranho que não esteja, exatamente, na pré-história, e, portanto, vamo-nos centrar naquilo que interessa e aquilo que interessa tem a

ver com as alterações climáticas e tem a ver com as emissões de gases com Efeito de Estufa.

Essa realidade atual, pertinente, preocupante, tem o contributo de todos, e tem o contributo de todos, quer dos países desenvolvidos, muito menos dos subdesenvolvidos, mas também tem aí uma pequena contribuição, e é preciso sabermos um pouco de história para percebermos que a ex-União Soviética era um dos maiores poluidores do mundo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e que se negou a assinar o Protocolo de Quioto,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Chernobyl! Diz-lhe alguma coisa? Chernobyl!

O Orador: ... que exigia diminuir as emissões para os níveis de 1999. Isso quer dizer que é inconcebível que se venha dizer que o CDS é responsável pelas alterações climáticas globais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É impressionante!

O Orador: Haja paciência!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não se apagam só as fotografias!

O Orador: Por outro lado, há aqui outra questão. Curiosamente nos países comunistas atuais, como, por exemplo, na China, que é um dos maiores poluidores do mundo, o Partido Comunista venha dizer que o CDS é que é o principal responsável pelas alterações climáticas globais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ignorância!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já lá vamos!

O Orador: Bom, isto não faz sentido nenhum!

É evidente que já aqui fizemos propostas relativamente aos transportes. Interessa-nos e preocupa-nos que a gente pudesse diminuir as questões das emissões relativamente aos transportes, mas para isso precisamos de ter

combustíveis alternativos que não os combustíveis fósseis. Isto implica, por termos mais fontes renováveis e que permita produzir no arquipélago, uma energia limpa, como, por exemplo, o hidrogénio, produzida a partir de energia geotérmica ou outra fonte renovável.

Ora, isso quer dizer que o capitalismo não é responsável, por mais que a gente queira,...

Deputada Zuraida Soares (BE): É um bocadinho!

O Orador: ... por todas as questões ambientais que o mundo tem. É evidente que tem contributos, agora, não pode a esquerda demitir-se...

Deputada Zuraida Soares (BE): Qual esquerda?

O Orador: ... das suas responsabilidades.

Deputada Zuraida Soares (BE): Qual esquerda?

O Orador: Bom, a esquerda fóssil.

Deputada Zuraida Soares (BE): Onde é que ela está?

Deputado Francisco Coelho (PS): Aquela esquerda que não derruba muros!

(Risos das bancadas)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É aquela, o Partido Comunista!

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora ainda não está batizada!

O Orador: E, portanto, as questões tecnológicas são importantes, mas é evidente que têm de ser devidamente explicadas.

Por outro lado, é evidente que as alterações climáticas globais pouco têm a ver com a desertificação, não se ligam diretamente.

Por outro lado, Sr. Deputado Paulo Borges, a questão de que o Governo Regional esteja a estudar medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Há uma esquerda que incomoda! Já vamos lá!

O Orador: ... é verdade, mas o que acontece é que o NETBIOME não tem nada a ver com aquele ponto resolutivo que aqui apresentamos. Bom, nós estamos a falar naquele ponto resolutivo acerca das diminuições do metano, cujo potencial de estufa é quarenta vezes superior ao dióxido de carbono. Logo, vamos distinguir duas coisas: o dióxido de carbono equivalente e o dióxido de carbono emitido por combustíveis fósseis.

Assim sendo, são duas coisas completamente diferentes e implica que é preciso estudar as várias vertentes. E sabemos que na região, com uma produção agropecuária em grande escala, a quantidade de metano que é emitida é muito superior àquilo que é emitido em dióxido de carbono.

E, portanto, é preciso fazer um esforço relativamente a essa questão e que não tem nada a ver com os nitratos, porque, relativamente à agricultura e àquilo que se estuda relativamente aos nitratos, os nitratos são responsáveis pela má qualidade da água, mas não são os nitratos que contribuem para o aquecimento da atmosfera, nem para o aquecimento global; o que contribui são os óxidos nitrosos, esses sim, que têm um período de residência na atmosfera da ordem dos 500 anos. São duas coisas completamente diferentes e há que saber distingui-las.

É evidente que esta proposta não vai salvar o mundo, apenas poderá contribuir um pouco para a mitigação das alterações climáticas e contribuir também um pouco para a nossa proteção, para a proteção dos açorianos de alguns problemas que vão atingir, certamente, o arquipélago dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Borges.

(*) **Deputado Paulo Borges (PS):** Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Em relação à intervenção do nosso líder parlamentar do PCP,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem razão, é vosso! Nosso não é!

O Orador: ... gostava de referir um aspeto importante em relação à sua exposição.

Já foi um pouco afluída pelo Deputado do CDS-PP, Professor Félix, mas, de facto, todos nós somos responsáveis pelo bem-estar do nosso planeta. Lá por sermos capitalistas, de esquerda, comunistas, não somos, a partir de determinado momento, rotulados de “mais culpados e menos culpados”.

Deputados André Bradford (PS) e Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Todos nós, individualmente, somos responsáveis pelo bem-estar do nosso planeta, quando deixamos uma luz acesa mais do que devia, quando deixamos o computador aceso mais do que deveríamos, etc., etc., etc., ou seja,...

Queria reforçar também a menção do Professor Félix de que os países de leste tiveram e têm uma grande responsabilidade na poluição do nosso planeta. Portanto, não vamos estar a culpar apenas uns,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sim, sim! Nós percebemos bem!...

O Orador: ... quando nós temos problemas na nossa própria casa. Obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

Presidente: O próprio.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sim, sim, com certeza!

(Risos da Câmara)

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer que o Partido Popular Monárquico vai votar favoravelmente este projeto de resolução do CDS.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O PCP também!

O Orador: Nós consideramos que faz todo o sentido uma região, cujo impacto nas alterações climáticas mundiais é absolutamente residual, mas considero que há aqui também, da parte de todas as comunidades políticas, uma responsabilidade e um exemplo, nomeadamente também no que diz respeito a sociedades que são as mais vulneráveis neste mundo global e em relação às alterações climáticas que são, das mais vulneráveis, exatamente as regiões que têm as nossas características do ponto de vista geográfico, as regiões insulares.

Eu devo dizer que, por exemplo, a UNESCO tem vários grupos de trabalho nesta matéria, em que várias ilhas, vários arquipélagos estão a participar e a colaborar em grupos de trabalho que estão a analisar, de forma específica, que impacto é que as alterações climáticas têm em regiões insulares. E devo dizer que nós não fazemos parte destes grupos de trabalho por responsabilidade do Governo do Partido Socialista, que tem uma ideia mitigada da autonomia e, portanto, que impediu a entrada dos Açores na UNESCO, como membro associado.

Era uma área de trabalho de afirmação identitária, com certeza, mas também da maior importância. As áreas da cultura e do ambiente são áreas da maior importância para o desenvolvimento económico dos Açores.

Devo dizer, portanto, que estas propostas, realizadas num contexto específico como o nosso, que é o mais frágil, o mais vulnerável no âmbito das alterações climáticas, fazem todo o sentido. É evidente que os grandes responsáveis são

outros. É a China e são os Estados Unidos, em relação ao esforço que não estão a fazer nesta matéria.

Agora, o que eu achei absolutamente surpreendente é que o Sr. Deputado do PCP e a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda...

Deputado André Bradford (PS): Oh, senhor!...

O Orador: ... tenham tentado transformar esta matéria num debate ideológico, como se o Sr. Deputado do PCP pudesse oferecer em alternativa àqueles que são os pecados dos Estados Unidos e de muitos países ocidentais nesta matéria,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Qual é o problema?

O Orador: ... pudesse apresentar como alternativa a União Soviética ou a China.

Deputada Zuraída Soares (BE): O que é que eu tenho a ver com isso?

O Orador: Portanto,...

Já vou! Estou a falar do Partido Comunista, o Bloco de Esquerda é outra esquerda. O Bloco de Esquerda é outra esquerda!

E, portanto, o que devo dizer é que é absolutamente incompreensível...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E na Coreia do Norte?

O Orador: ... como é que o Partido...

Na Coreia do Norte, a poluição até não é muito acentuada, mas isto tem a ver com o facto de não existir vestígios de atividade produtiva e comercial.

Mas devo dizer o seguinte e perguntar ao Sr. Deputado do PCP qual é o seu modelo de Estado,...

Deputado Francisco César (PS): Bloco de Leste!

O Orador: ... qual é a sociedade industrializada que lhe serve de referência.

Deputado André Bradford (PS): Acabe lá com isso!

O Orador: Se são os países capitalistas, o que lhe pergunto é se a experiência do Bloco de Leste, se o senhor me identifica algum país que não tivesse índices

de poluição enormíssimos, muitas vezes superiores a grande parte dos países ocidentais, ou que a China seja um bom exemplo, a China que já disse que só em 2020 é que vai começar a pensar no assunto.

E, portanto, Sr. Deputado, o Sr. Deputado Aníbal Pires não transforme isto num debate ideológico, porque nessa área V. Ex.^a está sempre a perder.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Em relação ao Bloco de Esquerda, que perguntou aqui qual esquerda, é evidente que é difícil identificar. Está absolutamente pulverizada.

E, portanto, é difícil...

Deputada Zuraida Soares (BE): É como a direita!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual direita?

O Orador: ... identificar de que esquerda é que nós estamos a falar, mas devo dizer-lhe, Sra. Deputada, que também nesta matéria, do ponto de vista ideológico, V. Ex.^a não tem nenhuma alternativa e nenhum exemplo.

Deputada Zuraida Soares (BE): Tenho! O PPM é que não tem!

O Orador: Qual é? A Venezuela? A Venezuela é que é seu exemplo? Não! É porque, nesta matéria,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não se ponha a adivinhar! Sai asneira!

O Orador: ... Sra. Deputada, nesta matéria, nós conhecemos dois exemplos. O exemplo histórico é a Albânia, da UDP, que é a facção predominante...

Deputada Zuraida Soares (BE): Conheço Ivan, o Terrível.

O Orador: ... do Bloco de Esquerda, e também...

Deputada Zuraida Soares (BE): Um exemplo terrível! É monárquica!

O Orador: ... agora, atualmente, vimos boas referências à democracia popular da Venezuela.

E, portanto, nesta matéria, o que eu queria dizer ao PCP...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado, muito bem!

O Orador: ... e ao Bloco de Esquerda é que sejam responsáveis, não venham com a hipocrisia ideológica sobre esta matéria, centrem-se...

Deputada Zuraida Soares (BE): Mesmo Dom Afonso Henriques não votava!

O Orador: ... nestas matérias, que são absolutamente fundamentais.

E eu devo dizer-lhe, da parte do PPM, do ponto de vista histórico, estamos à vontade, porque nós fomos o primeiro partido que defendeu a ecologia na Península Ibérica; nós temos esse património e o que devo dizer-lhe é que da vossa parte os senhores não têm nenhuma lição para dar ao PPM.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É mentira!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade! Os senhores têm aquela coisa vergonhosa que se chama “Verdes”!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É mentira!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É uma vergonha!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É mentira!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, com a intenção de recentrar o debate na mitigação e adaptação às alterações climáticas globais, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É hoje um facto incontornável que o clima mudou. Mudou, e vai continuar a mudar, a um ritmo acelerado.

Em regiões insulares como a nossa, frágeis, qualquer mudança climática tem consequências agravadas, quer para o território, quer para a vida e actividades das populações.

Os fenómenos atmosféricos extremos estão mesmo aí e vieram para ficar. Não adianta enfiar a cabeça na areia e teorizar acerca dos problemas e tardar em

concretizar medidas práticas e efectivas de adaptação, mitigação e combate às mudanças que o clima hoje apresenta.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ora aí está!

O Orador: Há que passar da identificação de problemas e medidas, à acção no terreno e na defesa e protecção de populações, bens, território e actividades.

Mas parece que ninguém quer falar da proposta do CDS! Nem trazer o governo para o debate...

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Aliás, o Sr. Secretário Regional está deliciado com a maneira como este debate está a derivar para assuntos que não dizem...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já lá vamos!

O Orador: ... nada à região nem aos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: De facto, os Açores contribuem pouco para tudo aquilo que tem estragado o planeta e o seu ambiente.

Deputado Francisco César (PS): O senhor é obcecado pelo Governo Regional!

O Orador: No entanto, também contribuem. Temos dado alguns passos na diminuição dessa contribuição, é certo, mas podemos dar ainda mais passos e passos maiores.

No que diz respeito à susceptibilidade das nossas 9 ilhas aos efeitos dos fenómenos climáticos, o trabalho é interminável e a nossa fragilidade é imensa.

(Pausa)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nós estamos todos a ouvir!

(Burburinho das bancadas)

Presidente: Srs. Deputados!

Deputado Berto Messias (PS): Eu estava a pensar dizer alguma coisa!

Deputado António Marinho (PSD): Diga!

Presidente: Srs. Deputados!

Sr. Deputado Luís Rendeiro, faça o favor de continuar.

O Orador: Esta proposta do CDS é bem-vinda e trata do problema tocando as duas vertentes que importa tocar: a mitigação e a adaptação.

Diz o governo em comissão (porque hoje ainda não falou, será já a seguir, certamente) ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Os senhores também não estão muito faladores!

O Orador: ... que já há trabalho feito quer na mitigação, quer na adaptação. Mas achamos que não é o suficiente. Há uma distância demasiado grande entre o que está planeado e o que está executado ou em vias de ser algum dia concretizado. Há que andar mais depressa.

Há que concluir os planos de ordenamento territoriais em todas as ilhas!

Há que resolver o problema da instalação da Central Geotérmica na Terceira, que todos os anos tem uma data de arranque mas que nunca se concretiza!

Quantas vezes e quantas datas é que já foram anunciadas para o arranque daquele projeto geotérmico? Quantas? E por quantos secretários regionais?

O Pico, o Faial e as restantes ilhas da Região, também merecem ver estudado e explorado o seu potencial geotérmico. Concordamos com isso.

A biomassa, e o seu aproveitamento, também já esteve presente em Planos e Orçamentos Regionais. Onde está hoje o aproveitamento da Biomassa na Região? Onde está?

O governo está a falhar.

A energia eólica tem sido uma aposta de sucesso um pouco por todas as ilhas. Mas também é verdade que pouco ou nada se fez ao nível da micro-geração.

O governo está, também aqui, a falhar.

As mini-hídricas podem e devem ser uma aposta a reforçar nas ilhas onde as ribeiras tiverem caudais suficientes para a produção de eletricidade.

O governo está novamente a falhar.

Há tanto para mudar e melhorar ao nível da sustentabilidade ambiental da agropecuária regional. E sabemos bem o quanto pode ser nociva para o ambiente a principal atividade económica que providencia sustento às populações nas nossas ilhas. É preciso fazer com que essa atividade seja menos penalizadora para solos, águas e atmosfera.

E o governo regional está a tardar.

O sector florestal regional não pode ser encarado apenas na perspetiva do corte e venda de madeira.

E o governo aqui também anda devagar.

Sabemos que já está aprovada a Estratégia Regional para as Alterações Climáticas. Mas e a concretização dessa estratégia?

Essa estratégia, segundo as declarações do Senhor Secretário Regional da Agricultura e Ambiente, em comissão parlamentar, irá dar origem, mas só lá para 2016, a um Plano Regional das Alterações Climáticas...

Uma “estratégia” para que se elabore um “plano”... e esse “plano” é que vai dar todas as orientações para que o governo socialista faça o que não fez ainda, mas que vai fazer, certamente, já a seguir...

Este é um governo que planeia muito mas que executa pouco. É um namoro que se fica pelos “preliminares”...

É muito mais aquilo que se anuncia que se pretende fazer do que aquilo que se faz mesmo. A audição do Senhor Secretário Regional na CAPAT deixou isso muito claro.

Mas não se pode continuar à espera. As alterações climáticas não permitem que essa espera se prolongue.

A nossa orla costeira está cada vez mais vulnerável.

As nossas ribeiras transbordam e sofrem enxurradas cada vez mais vezes.

Os movimentos de vertente são uma ameaça constante e há zonas de elevado risco em todas as ilhas.

A nossa agropecuária é cada vez mais vulnerável à imprevisibilidade dos fenómenos climatéricos.

Isto não chega para que se passe, muito mais depressa, da planificação à ação?

Não se resolvem os problemas de adaptação e mitigação das alterações climáticas com a construção de mais um centro interpretativo.

Deputado António Parreira (PS): Mas conheça a razão por que é assim!

O Orador: Este governo tem mesmo de mudar a sua forma de atuar.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu quero, em primeiro lugar, relevar a importância e a atualidade deste assunto que estamos aqui, hoje, a discutir, e dar nota do mérito e da oportunidade da iniciativa que o CDS-PP traz a esta Casa.

As alterações climáticas são, hoje, como todos, certamente, temos consciência, um fator de mudança com o qual os decisores têm de lidar de forma absolutamente esclarecida.

Os Açores, como também, certamente, estaremos todos de acordo, são um território vulnerável às alterações climáticas pelas suas características arquipelágicas e daí a particular atenção que o Governo deve, naturalmente, conceder a este assunto, não só o Governo, mas toda a sociedade, todos os cidadãos, todas as forças políticas, todas as instituições que, de alguma forma, se relacionam com esta matéria.

Na nossa região, as alterações climáticas que aí vêm, as quais estamos a avaliar, naturalmente, podem afetar inúmeros aspetos para os quais somos mais sensíveis, designadamente ao nível das nossas reservas hídricas, em todas as nossas ilhas, relativamente à capacidade produtiva dos nossos solos; relativamente à subsistência de ecossistemas de reconhecida fragilidade e de reconhecida importância para a nossa economia; relativamente, também, à operacionalidade do setor do transporte, com reflexos imediatos na produtividade e em toda a nossa economia, com particular relevo para as infraestruturas costeiras para os recursos piscícolas no que se relaciona com os ecossistemas da pesca e com as suas estruturas em terra e no mar.

O desafio das alterações climáticas deve, por isso, ser encarado como mais uma oportunidade para a nossa reconfiguração tecnológica, a partir da qual seremos ou teremos de ser, naturalmente, capazes de fazer face a essas adversidades.

Tendo por base todo este conhecimento, como muito bem o Sr. Deputado Luís Rendeiro também referiu, já em 2011, portanto, há cerca de três anos, o Governo, por resolução, definiu, ou incumbiu, melhor dizendo, a Universidade dos Açores (num projeto que foi coordenado pelo Professor Brito) de desenvolver aquilo, conforme também tive oportunidade de referir na Comissão de Economia, que se designou por “Estratégia Regional para as Alterações Climáticas”, documento esse que se divide, que tem três preocupações, três eixos, que se centra em três eixos. Um primeiro eixo destinado a conhecer o

problema; um segundo eixo destinado a indicar formas de atuação; e um terceiro eixo, o eixo C, destinado a identificar formas de participação.

Esta estratégia, conforme certamente sabe, ou sabem os Srs. Deputados, também se centra numa redução para que seja desenvolvido um esforço de redução das emissões de gases com Efeito de Estufa, a chamada mitigação, pese embora um contributo ínfimo que a região dos Açores dá ao fenómeno do aquecimento global, bem como se tem uma preocupação especial relativamente à adaptação aos impactos resultantes dos cenários previstos pelo fenómeno das alterações climáticas.

A estratégia das alterações climáticas, como também o Sr. Deputado Luís Rendeiro referiu e eu tive oportunidade de falar em comissão, vai ser operacionalizada através do Plano Regional para as Alterações Climáticas, é um plano sectorial que está, neste momento, a ser desenvolvido e que se prevê que esteja concluído num prazo de 18 meses. Este plano dará cumprimento às obrigações decorrentes dos objetivos definidos no Protocolo de Quioto e no Pacote Energia-Clima da Estratégia Europa 2020, no âmbito da qual foram definidas as metas 2020 com os seguintes objetivos: em primeiro lugar, promover uma redução de 20% das emissões de gases com Efeito de Estufa relativamente àquilo que se passava em 1990; em segundo lugar, promover um aumento de 20% da cota de energia proveniente das fontes renováveis, consumo final (eu penso que aí a região já vai num patamar bastante avançado); e em terceiro lugar, reduzir em 20% o consumo de energia primária por aumento de eficiência energética.

São estas as três metas, as três estratégias que foram definidas no Protocolo de Quioto e que fazem parte do Pacote Energia-Clima da Estratégia Europa 2020.

Paralelamente a isto, o Governo tem vindo a integrar progressivamente políticas, medidas e requisitos, quer ao nível das infraestruturas, quer ao nível da elaboração de instrumentos de gestão e planeamento, que refletem a

preocupação com o problema, bem como se traduzem em formas de adaptação e mitigação às alterações climáticas.

Centrando-me agora no projeto de resolução apresentado pelo CDS e que estamos aqui a discutir, importa, para além de revelar o seu mérito, que já tive oportunidade de fazer no início desta intervenção, dizer que alguns dos seus pontos têm já tradução prática nas políticas e ações que o Governo atualmente desenvolve e que ficarão, certamente, consagrados no Plano Regional para as Alterações Climáticas.

Contudo, outros pontos há que, certamente, poderão e deverão enriquecer aquele plano enquanto documento central e orientador da estratégia regional para as alterações climáticas.

O PRAC, como é conhecido, será, como também tive oportunidade de referir, um plano sectorial, incluirá duas vertentes: uma relativa às emissões e mitigação; outra relativa aos impactos e adaptação.

Na vertente de emissão e mitigação, pretende-se elaborar o inventário regional de emissões por formas e remoção por sumidouros de poluentes atmosféricos, o designado INERPA, nos termos do Protocolo de Quioto, bem como o Guia das Boas Práticas na Gestão de Inventários de Emissões do IPCC, do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas. Do INERPA constarão, pois, estimativas de emissão e remoção de poluentes, projeção de emissões, identificando e quantificando as oportunidades de redução de emissões, bem como a definição das medidas de mitigação.

Na vertente de adaptação, pretende-se elaborar os cenários e projeções climáticas futuras, elaborar um estudo detalhado sobre as vulnerabilidades a que estamos sujeitos e encontrar as respostas necessárias para as alterações climáticas nos Açores para os setores mais relevantes, designadamente a energia, o ordenamento do território, as zonas costeiras, os recursos hídricos, a

agricultura e florestas, os ecossistemas e recursos naturais, as pescas, o turismo, a segurança das pessoas e bens e a saúde humana.

Serão também promovidas ações de formação sobre a integração da adaptação das políticas e projetos sectoriais direccionadas para agentes públicos e privados e para outras organizações relevantes em matéria de adaptação às alterações climáticas.

O objetivo é, pois, reduzir a vulnerabilidade dos impactos das alterações climáticas e integrar esta resposta na definição de políticas e projetos públicos.

O PRAC constitui-se, pois, como um instrumento essencial de planeamento de políticas públicas para responder à intensificação das alterações climáticas globais. O PRAC implementará, como disse, a estratégia regional para as alterações climáticas e atenderá aos seguintes objetivos: em primeiro lugar, estabelecer cenários e projeções climáticas para o horizonte 2020, com uma extensão até 2030; em segundo lugar, estimar as emissões regionais de gases com Efeito de Estufa, quer ao nível sectorial, quer em comparação com valores no contexto nacional; em terceiro lugar, definir e programar medidas e ações de aplicação sectorial para a redução das emissões de gases com Efeito de Estufa; em quarto lugar, definir e programar medidas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas para diversos sectores energéticos; em quinto lugar, proceder à avaliação e análise do custo/eficácia das medidas e ações propostas e definir as responsabilidades sectoriais para a respetiva aplicação; em sexto lugar, identificar mecanismos de financiamento para as medidas definidas; e por último, definir um programa de monitorização e controlo da sua implementação.

Para acompanhamento de todo este processo, foi já também designado, e está já em funções, um grupo de trabalho composto por representantes de diferentes organizações de diferentes departamentos da Administração Regional, designadamente da Direção Regional do Ambiente, do Gabinete de

Planeamento da Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente, da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, da Secretaria do Turismo e Transportes, da Secretaria Regional da Saúde, do Laboratório Regional da Engenharia Civil e do Serviço de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores. Portanto, um grupo de trabalho que abarca todos os setores mais diretamente envolvidos nestas matérias.

Termino como comecei, relevando o mérito da proposta do CDS-PP.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Considero que todos os seus pontos poderão e deverão ser integrados no Plano Regional para as Alterações Climáticas, enriquecem-no, como, aliás, é desejável, e nesse âmbito terem o desenvolvimento que todas as medidas definidas nesta estratégia irão, naturalmente, sofrer a bem da região e das medidas que todos teremos, certamente, de implementar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu percebo o incómodo, designadamente do Deputado Paulo Borges, relativamente à minha intervenção, porque, efetivamente, o Partido Socialista, quer em Portugal, quer na Europa, tem muitas responsabilidades sobre estas questões e, portanto, percebo perfeitamente o seu incómodo, assim como o incómodo do PSD e do CDS-PP. E eu sei e tenho consciência que vos daria algum jeito que fosse dissociada esta questão das questões ideológicas, mas, infelizmente, eu não posso deixar de fazer isso. As responsabilidades e as causas dos graves problemas que nós estamos a enfrentar e para os quais estamos a procurar soluções devem-se a opções de um modelo capitalista...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Como a China! Como a China!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Depois tem aquela senhora dos Verdes!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não basta ter um partido Verde para dizer que é verde! Roménia e China são altamente poluidores!

O Orador: ... que, como V. Ex.^a....

Deputado Jorge Macedo (PSD): Tem uma lata!

O Orador: Eu já lhe dou um bocadinho de atenção! Esteja descansado, que eu já lhe dou um bocadinho de atenção.

Mas, como V. Ex.^a sabe...

Deputado Francisco César (PS): Mas tem aquela senhora dos Verdes que quer poluição! A senhora está sempre a falar em poluição sonora!

Presidente: Vamos permitir que o Sr. Deputado Aníbal Pires conclua a sua intervenção.

O Orador: Aliás, convém-me esta pausa porque aguardo aí a presença de mais alguém.

Presidente: As pausas também contam para o tempo, Sr. Deputado!

O Orador: Não, não! Sra. Presidente, as pausas...

Presidente: A pausa é sua!

O Orador: Estou a ser interrompido pelas diferentes bancadas. Com a exceção da bancada do Bloco Esquerda, todas as bancadas estão a interromper-me.

Presidente: Sr. Deputado, neste momento, estão reunidas as condições para o Sr. Deputado continuar a intervenção.

O Orador: Mas, como eu estava a dizer, é evidente que V. Excias. ficam incomodados, porque foram as opções do modelo capitalista que V. Excias. subscrevem que nos conduziram a este problema.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Como o caso da China e da Roménia!

O Orador: Que nos conduziram a este problema, para o qual nós agora estamos a procurar encontrar, e bem, soluções. Mas a verdade, a verdade, Srs. Deputados, é que o modelo de desenvolvimento capitalista não é ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como a casa de banho do Shevchenko! Lembra-se?...

O Orador: ... compatível com a defesa de um ambiente...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Acho que tinha uma casa de banho que as peças eram em ouro!

O Orador: ... sustentável e de qualquer modelo de desenvolvimento sustentável, por uma simples razão: os recursos da terra são finitos e o vosso modelo funda-se ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é! Isso é uma enormidade que está dizendo pela boca fora!

O Orador: ... num crescimento continuado do consumo e, portanto, essas duas coisas são incompatíveis.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os açorianos não têm dinheiro para consumir! Quer aumentar-lhes o consumo?

O Orador: Mas, relativamente a algumas questões marginais que foram colocadas aqui, designadamente pelo Deputado (Fale aí com o Partido Socialista!) Félix Rodrigues, na sua intervenção de réplica à minha intervenção e à intervenção da Deputada Zuraida Soares, a questão é a seguinte. É evidente que há aqui uma questão de opções individuais e que essas são fundamentais,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a casa de banho do Shevchenko?

O Orador: ... mas o que conforma a nossa vida são as opções políticas. E quando V. Excias. subscrevem modelos de desenvolvimento que levam ao consumo, designadamente de agentes poluentes e que provocam...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado!

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

Portanto, Sr. Deputado, eu sei que isto lhe custa, mas a verdade é que nós, as opções que individualmente fazemos são fundamentais, mas aquilo que conforma também as nossas opções são as políticas. Aliás, foi aqui referenciado a questão do elevado consumo de combustíveis fósseis para os transportes, designadamente para os transportes individuais. Porquê? Porque nós não temos uma rede de transportes coletivos e, como tal,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor usa?!

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado!

O Orador: Uso, sim senhor! Ando de minibus em Ponta Delgada!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Minibus!

O Orador: Minibus em Ponta Delgada!

E, portanto,...

Presidente: Sr. Deputado! Sr. Deputado Aníbal Pires...

O Orador: Eu vou já terminar!

Presidente: Tem mesmo de terminar!

O Orador: Eu vou já terminar para dizer o seguinte.

Relativamente a algumas referências que foram feitas aqui,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sabe qual é o melhor combustível?!
Alfarroba!

O Orador: ... eu gostaria de dizer o seguinte. A questão é a seguinte.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não tem tempo!

O Orador: Foram-se buscar aqui alguns exemplos de há dezenas, de há meio século, e eu poderia dizer...

Presidente: Sr. Deputado...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já acabou o tempo. Tem que se calar!

O Orador: ... que, eventualmente, Ivan, o Terrível...

Presidente: Sr. Deputado,...

O Orador: ... ou Dom João I...

Presidente: ... não vai esperar...

O Orador: ... terão sido os primeiros...

Presidente: Sr. Deputado,...

O Orador: ... defensores das medidas de combate às...

Presidente: Sr. Deputado,...

O Orador: ... alterações climáticas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Oh, Aníbal, não sabes o que dizes. O país mais poluidor do mundo é a China!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Apesar do largo excesso de tempo...

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Prescindo.

Presidente: Sr. Deputado Félix Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apraz-me e satisfaz-me ver que o Governo Regional dos Açores se preocupa com esta temática e que a tenta incorporar no Plano Regional para as Alterações Climáticas. É, de facto, pertinente e cada vez mais pertinente, porque os cenários são cada vez mais preocupantes. Isso quer dizer que é, de facto, no caso concreto das alterações climáticas, extremamente importante que todos colaborem para o mesmo fim, caso contrário, as emissões de cada um não têm qualquer significado em termos de alterações do clima no futuro, mas é, efetivamente, o conjunto de todos nós que fará a diferença.

Relativamente a falarmos de emissões do século passado, tal qual como faz referência o Deputado Aníbal Pires, é, efetivamente, ao século passado que temos de passar, porque as emissões de referência, relativamente às quais todos os países têm de ter em conta, são referências de 1999 e foi essa referência que

permitiu estabelecer o Protocolo de Quioto. Logo, é impossível não se falar do século passado porque a referência das emissões é, efetivamente, do século passado, do ano de 1999.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas, como sabe, os movimentos ambientais só ganham importância nos finais do século XX!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu estive a ouvir com atenção as declarações do Sr. Secretário Regional e não me deixa de preocupar o facto de continuarem sem se concretizar as questões.

É importante, é essencial que a geotermia não continue a ser um *flop* na maioria das ilhas dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: É essencial que o aproveitamento da biomassa, da microgeração, da energia das ondas do mar não continue a ser sucessivos atos falhados nas ilhas da região.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Oh, Luís, é melhor esperares para não prejudicar o diálogo!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olha por quem Deus manda o recado! Por quem Deus manda o recado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não consigo perceber o motivo de tanto alarido na sala.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, faça favor.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Os Açores têm, hoje, meios e conhecimentos para melhor prever os fenómenos climáticos, mas continuamos a ter demasiadas más surpresas.

Quantos milhões é que já se gastaram sem resultados?

Não será, certamente, por culpa da oposição a ocorrência de todos estes falhanços!

O Governo Regional planeia, planeia e tarda em executar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E não podemos fazer de conta que o Governo e o PS cumprem aquilo que aprovam, e o exemplo vem mesmo nesta área.

Em abril de 2007, foi aprovado, por unanimidade, aqui, nesta Casa, um projeto de resolução do PSD que recomendava ao Governo a elaboração de um relatório informativo e explicativo sobre o clima e a qualidade do ar na região e a apresentar ao Parlamento, com a periodicidade anual, um relatório com estas conclusões. Sabem quantos relatórios destes é que foram elaborados? É que eu não sei, porque não se encontram em lado nenhum!

Este Governo assume-se sempre como estando cheio e pleno de boas intenções, mas, infelizmente, as boas intenções demasiadas vezes não passam disso e têm de passar.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Não havendo, penso que estamos, então, em condições de passar à votação deste projeto de resolução.

(Pausa)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, o Sr. Secretário está a inscrever-se!

Presidente: Já estava há algum tempo, mas não antes de eu ter dado a indicação de que íamos votar.

(Pausa)

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Não há exceções!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não vamos criar aqui nenhum incidente, porque não é esse o objetivo.

Naturalmente, estamos dentro do ponto e eu não vi, de facto, o Sr. Secretário Regional com a mão no ar, porque estava aqui a tomar notas pois íamos passar à votação.

Eu vou permitir que o Sr. Secretário faça a sua intervenção.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros):** Sra. Presidente, só para...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Secretário, tem ali um grande aliado: o PPM!

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para dar duas ou três notas relativamente à intervenção do Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Embora não esteja aqui, hoje, o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, que, certamente, esclareceria de uma forma mais detalhada aquilo que se está a passar relativamente à geotermia, estou em condições de poder referir que, na ilha Terceira, após a execução dos poços e a captação dos fluidos geotérmicos, a EDA já lançou um concurso internacional para construção de uma central geotérmica com uma potência de 3 *Megawatts*, que poderá, posteriormente, ser extensível até 7, e que permitirá, naturalmente, ser mais um contributo para reduzir as emissões, para reduzir a utilização de combustíveis fósseis,...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ... para reduzir as emissões de CO₂, conforme dizia, e, naturalmente, também para reduzir a nossa dependência energética do exterior. É mais um passo que a região está a dar e que faz parte daquilo que é a intervenção da EDA relativamente a esta matéria.

Relativamente a tudo aquilo que tem a ver com a agricultura, da qual, naturalmente, sou diretamente responsável, é importante que se refira que é sempre necessário encontrar os equilíbrios próprios entre aquilo que é a principal atividade económica da nossa região e aquilo que são as preocupações que, naturalmente, a todos nos respeitam e que devem ser acauteladas relativamente à preservação dos nossos valores ambientais e ao seu efeito no combate ou na mitigação às alterações climáticas que estamos, neste momento, aqui, a discutir.

O Governo tem esta preocupação, definiu medidas no âmbito do POSEI, no âmbito do PRORURAL, que aí vem, que ajudam os agricultores a terem sistemas de manejo mais amigos do ambiente, e, portanto, aí estamos perfeitamente à vontade.

O Sr. Deputado Luís Rendeiro, certamente, conhecerá esses documentos e saberá das preocupações que o Governo coloca nestas matérias, não só do ponto de vista dos diplomas que regulam esta atividade, como também da sua intervenção diária junto dos agentes económicos da agricultura.

Do ponto de vista das florestas, penso que também estão plasmadas na estratégia regional florestal um conjunto de medidas que visam promover a floresta dos Açores, torná-la mais produtiva e mais amiga do ambiente, cada vez mais, potenciar a sua função como um fator de desenvolvimento económico da nossa região.

E, portanto, estamos à vontade relativamente a estas matérias, porque tentamos compatibilizar os interesses económicos da região, protegendo, de alguma

forma, dinamizando, melhor dizendo, a atividade agrícola e florestal no respeito pelo que são os valores ambientais que todos devemos preservar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostava de registar o silêncio, que deve ser revelador de desconhecimento, do teor da resolução que aqui foi aprovada em abril de 2007.

Em segundo lugar, queria fazer um esperançado voto para que o processo geotérmico na Terceira, uma vez lançado o concurso, não leve 10 anos, que é a média que leva para que um investimento público dessa dimensão e importância se concretize na ilha Terceira.

E em terceiro lugar, gostaria de apelar ao Governo para que, quando interpelado para falar e discutir resultados, não continue a falar de medidas, porque nós sabemos que este Governo é bom a tomar medidas, mas quando toca aos resultados a conversa já é outra.

Muito obrigado.

Deputado José Andrade (PSD): Muito bem!

Deputado Rogério Veiros (PS): Alguns nem medidas sabem tomar!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Agora, sim, julgo não haver inscrições. Vamos, então, passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos para o ponto 8 da nossa Agenda: **Petição n.º 21/X – “Injustiça originada com a aplicação do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho, à carreira especial de enfermagem na Região Autónoma dos Açores”**, apresentada por Maria José Garcia Goulart.

Os tempos são os que temos vindo a utilizar nesta figura regimental e para a apresentação do relatório tem a palavra a Sra. Deputada Arlinda Nunes, que é a relatora da Comissão dos Assuntos Sociais.

Deputada Arlinda Nunes (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIACÃO DA PETIÇÃO Nº 21/X

“INJUSTIÇA ORIGINADA COM A APLICAÇÃO DO ARTIGO N.º 11 DO DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 26/2008/A, DE 24 DE JULHO À CARREIRA ESPECIAL DE ENFERMAGEM NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES”

CAPÍTULO I

Introdução

A 7 de Fevereiro de 2014 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 21/X, intitulada “Injustiça originada com a aplicação do artigo n.º 11 do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho à Carreira Especial de Enfermagem na Região Autónoma dos Açores”, que reúne um total de 321 (trezentas e vinte e uma) assinaturas e tem como primeira signatária Maria José Garcia Goulart.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais,

para relato e emissão de parecer – o que veio a acontecer a 2 de setembro de 2014, na delegação da cidade de Angra do Heroísmo.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189º a 193º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei nº 43/90, de 10 de Agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190º e 191º do Regimento, bem como do artigo 73º, nº 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 30/2012/A, de 21 de Dezembro, as matérias relativas à saúde, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

Apreciação da Petição

d) ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei nº 43/90) e regimentais (artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais, na sua reunião de 26 de março de 2014, na Delegação da Assembleia Legislativa da cidade de Ponta Delgada, procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 190º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

e) OBJETO DA PETIÇÃO

A presente petição tem como objeto identificar alguns efeitos produzidos pela aplicação do artigo 11º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho, à Carreira Especial de Enfermagem na Região Autónoma dos Açores. “No intervalo temporal de 2004 a 2008 inclusive, verificou-se a promoção de alguns profissionais de enfermagem para a categoria de enfermeiro graduado, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de novembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de dezembro. Estes enfermeiros verificaram nos mapas de reposicionamento nas suas instituições, da qual não constam, que os trabalhadores com a categoria de enfermeiro, da anterior carreira de enfermagem, estão posicionados em níveis e posições remuneratórias superiores à sua. Tal situação ocorre devido à conjugação da aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A com os critérios regulamentados pelo posterior Decreto-Lei n.º 122/2010, de 17 de novembro, surgindo, assim, uma situação de injustiça que influenciará a progressão futura na nova estrutura da carreira de enfermagem para estes profissionais” e que os peticionários pretenderam relatar e contestar na presente petição. Tendo em consideração o disposto no Decreto-Lei n.º 122/2010, de 17 de novembro, diploma que, entre outras medidas, define as regras de transição para a nova carreira especial de enfermagem estabelecido no Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro, designadamente no que diz respeito à colocação no nível remuneratório 15 (posição inicial da nova estrutura da carreira), de acordo com o ponto 2 do artigo 5.º e que tem como principal critério de colocação na nova estrutura de carreira de enfermagem o vencimento salvaguardando, em certa medida, a antiguidade do pessoal na transição para a nova carreira ao regulamentar uma colocação progressiva, em diferentes anos. Sem questionar a legislação regional de relevância do tempo de serviço na transição para as novas carreiras, defendem que não se pode estabelecer regras que violem o seu estatuto profissional e, neste sentido, que as duas legislações conflituam. Na

prática, existem enfermeiros que transitaram para a categoria de enfermeiro graduado, no intervalo de tempo de 2004 a 2008, por promoção, quando perfizeram seis anos de exercício profissional na administração pública e aguardaram até 2012 para a sua colocação na nova carreira, na posição remuneratória 15, segundo o Decreto-Lei n.º 122/2010, de 17 de novembro, e profissionais com menos tempo de serviço foram reposicionados em Janeiro de 2013 nesta mesma posição remuneratória, e em Novembro do mesmo ano transitaram para a posição remuneratória 19 ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A. Outros há que, não abrangidos por esta medida da relevância de tempo tendo, contudo, o mesmo tempo de serviço de outros colegas abrangidos devido à diferença de contabilização de tempo consoante exerçam funções em cuidados de saúde primários ou diferenciados. De facto, nos termos do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de novembro, um profissional adquire o direito a progredir ao escalão seguinte de 30 em 30 meses após ter ingressado num quadro/mapa de pessoal de uma instituição da área de cuidados de saúde primários, independentemente do tempo ou percurso. Embora este incentivo já não vigore, permitiu aos que foram colocados no 2.º escalão da nova tabela remuneratória ficarem com anos de avanço na progressão embora com tempo de exercício profissional semelhante. Além destes, existem ainda outros enfermeiros que efetuaram progressão no intervalo de 2004 a 2008, inclusive, devido a duas outras situações:

- a) Ser-lhes atribuído a responsabilidade de “formadores de serviço” e,
- b) Enfermeiros que foram promovidos ao 1.º índice de enfermeiro especialista, mediante concurso público. Em ambos os casos, os profissionais encontram-se numa situação de não progressão ao abrigo de nenhuma das legislações aqui referenciadas (regional ou nacional), embora, em ambos os casos, tenham mais antiguidade de exercício de funções na administração pública relativamente alguns dos enfermeiros abrangidos pelo

Decreto Legislativo Regional 26/2008/A. Salientam, por fim, que muitos dos enfermeiros ultrapassados na sua progressão na carreira, por via da aplicação do Decreto Legislativo Regional, são os primeiros licenciados em Enfermagem na Região tendo efetuado o designado Ano Complementar de Formação, bem como os que ingressaram no 1.º Curso de Licenciatura em Enfermagem sendo que, na altura, não começaram a auferir como licenciados, ao contrário de outras classes profissionais. Por tudo o que está expresso na petição, os signatários requerem a reapreciação destas situações e, em consequência, que sejam reposicionados em níveis e posições remuneratórias da categoria de enfermeiro da carreira especial de enfermagem que salvaguarde a antiguidade que têm na antiga carreira de enfermagem como enfermeiros graduados e/ou especialistas, por forma a não serem prejudicados relativamente aos enfermeiros com menor tempo de serviço e que não chegaram a ser promovidos na categoria de enfermeiro graduado.

f) **DILIGÊNCIAS EFETUADAS**

A Comissão de Assuntos Sociais decidiu, por unanimidade, efetuar as seguintes diligências:

- Audição dos peticionários, na pessoa da primeira signatária da presente petição;
- Audição do Secretário Regional da Saúde;
- Solicitar parecer escrito ao Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, delegação dos Açores.

3) **AUDIÇÃO DA PRIMEIRA SUBSCRITORA, MARIA JOSÉ GARCIA GOULART**

A primeira subscritora foi ouvida na delegação da Assembleia Legislativa Regional de Angra do Heroísmo, a 19 de maio de 2014. Começou então por informar que o objetivo da petição é demonstrar as injustiças criadas com o

Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho. Este diploma entra em colisão com a legislação específica da profissão e veio, desta forma, prejudicar 150 enfermeiros, explicou. Relembrou que entre 2004 e 2008 (período de tempo referido nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º do diploma supra mencionado) as progressões horizontais da carreira de enfermagem estavam congeladas, mas que nas progressões verticais tal não aconteceu e permitiu a vários enfermeiros serem reposicionados na tabela remuneratória, por promoção. Mas esta situação acabou por vir influenciar negativamente a progressão na nova estrutura da carreira de enfermagem, de acordo com o previsto no número 2 do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 122/2010, de 17 de novembro, concretamente os enfermeiros que estavam posicionados nos 1.º e 2.º escalões da categoria de enfermeiro, bem como os posicionados no 1.º escalão da categoria de enfermeiro graduado, e que transitaram para a primeira posição remuneratória da nova carreira especial de enfermagem, faseadamente, mediante o tempo de serviço na categoria em que se encontram. Verifica-se assim que, enfermeiros com menos anos de serviço passam, desta forma, à frente de outros colegas que contam com muitos mais anos de serviço, mas que a abrigo do DLR 26/2008/A, de 24 de julho, encontram-se com menos tempo de serviço na respetiva categoria. Referiu várias situações exemplificativas, como os profissionais que iniciaram a carreira em 2001, e que não foram sujeitos às 2 progressões horizontais a que tinham direito, mas que em 2007/2008 fizeram a progressão vertical; os que ingressaram na administração pública regional em 2006, e que com 2,5 anos de serviço não progrediram em 2008, mas que em 2013 são colocados na nova carreira e ainda nesse mesmo ano passam para o 2.º escalão da categoria, ficando à frente de outros mais antigos; referiu também a situação dos profissionais que optaram por não fazer a licenciatura e desta forma, foram igualmente prejudicados, permanecendo no 2.º escalão e de profissionais com 12 ou 13 anos de serviço que foram colocados na 1ª posição

da tabela remuneratória. Mais do que uma questão remuneratória, a peticionária reclama que este conflito legislativo interfere e prejudica a progressão na carreira destes profissionais de saúde, e que se irá refletir em consequências gravosas no futuro. Sabendo que a Região não tem competência para alterar a legislação nacional, que regulamenta a carreira de enfermagem, vem requerer que, dentro das suas competências legislativas, a Região encontre uma forma de ressarcir os profissionais lesados por via da aplicação da legislação em vigor à semelhança do que já fez em outras áreas, como a educação.

Seguiu-se um período de esclarecimentos, que contou com a participação do deputado Luís Maurício e Domingos Cunha.

O deputado Luís Maurício questionou a peticionária qual o número exato de enfermeiros que se encontram em cada uma das situações identificadas. Sendo matéria de âmbito sindical, qual a posição destes perante a situação denunciada e se, estabeleceram contacto prévio com a tutela desta área para discutir a questão da progressão na carreira e em caso afirmativo, qual o posicionamento destes?

A peticionária respondeu que não tem o número exato, mas aquando da publicação do mapa de relevância, foi feita análise ao mesmo e concluíram estar em causa cerca de 90 profissionais em S. Miguel e entre 20 a 30 nas restantes ilhas. Relativamente à questão sindical, esta respondeu que optaram por se fazer ouvir por outras vias, uma vez que o sindicato reconhece a injustiça criada, mas dizem-se cientes da complexidade para a resolução da situação e aconselharam a expor o assunto à Provedoria de Justiça. Acrescentou que o sindicato refuta que, se esta legislação não tivesse entrado em vigor estariam entre 1000 a 1500 enfermeiros sem usufruir do que a lei trouxe de positivo e vantajoso, o que consideram ser muito mais injusto para estes do que para 150 enfermeiros. À terceira questão respondeu que estabeleceram contactos com um Hospital que considerou a situação injusta, mas impotente para encontrar uma resposta a essa

situação. Referiu também uma carta enviada à Vice-Presidência do Governo Regional, ao que o deputado Luís Maurício qual foi a data em que essa carta foi enviada à Vice-Presidência e qual a resposta obtida? A peticionária informou que a carta foi enviada a 21 de outubro de 2013 e não obtiveram resposta à mesma. Tem conhecimento no entanto, que outros colegas reuniram com o Secretário Regional da Saúde para expor o mesmo assunto.

O Presidente da Comissão, deputado Domingos Cunha solicitou à peticionária o número preciso de enfermeiros nessa situação, uma vez que a mesma inicialmente referiu 150 profissionais, mas ao longo da sua intervenção e resposta ao deputado Luís Maurício indicou outros números, que divergem entre si. A peticionária respondeu que tem dificuldade em quantificar de forma exata esse número. O número indicado pelo sindicato é 150 profissionais; das conversações mantidas com colegas de várias ilhas, julga-se que este número se situará entre os 110 a 120 enfermeiros.

4) AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE (SRS), LUÍS CABRAL

A audição do Secretário Regional da Saúde teve lugar na delegação da Assembleia Legislativa Regional de Angra do Heroísmo, a 19 de maio de 2014. Iniciou a audição, reconhecendo que tem sido difícil o entendimento sobre esta matéria e que quando este Governo Regional iniciou funções já existiam alguns processos em tribunal sobre o que a isto respeita. Esclareceu que a situação denunciada decorre da revisão da carreira de enfermagem, sendo que o sindicato considera a situação viável desde que todas as carreiras já revistas sejam contempladas com a progressão na nova carreira. A nova carreira especial de enfermagem remonta a novembro de 2009, mas só foi regulamentada em março de 2010, já sob a vigência do Orçamento de Estado de 2010 que entretanto veio proibir essa revalorização. O hiato de tempo que decorreu desde novembro de 2009 fez toda a diferença, porque se formos

considerar a carreira revista desde novembro de 2009, os enfermeiros não ficam prejudicados, se só for considerada depois de ter entrado em vigor aí estes não tem alternativa à situação atual. Considerou que, a retroceder neste âmbito levará a que os profissionais que já foram reposicionados na nova carreira especial de enfermagem sejam obrigados a devolver o dinheiro, o que vem prejudicar um número mais elevado de enfermeiros. Terminou esclarecendo que, de entre os pareceres jurídicos trocados entre a Secretaria Regional da Saúde e a Vice-Presidência do Governo Regional conclui-se que todo este processo poderá terminar numa queixa ao Tribunal Administrativo ou numa avaliação de órgãos superiores aos dois órgãos do Governo Regional já referidos, o que poderá repercutir-se de forma mais prejudicial ao Sistema Regional de Saúde.

Seguiu-se um período de esclarecimentos que contou com a participação do deputado Luís Maurício.

Este reconhecendo que se trata de uma matéria juridicamente complexa questionou o SRS se no entender deste será possível recolocar os cerca de 120 enfermeiros em outra posição remuneratória que lhes seja mais favorável. O SRS respondeu que é importante que os enfermeiros que se sentem prejudicados saibam que, independentemente do que possa ser alterado na legislação regional, irá sempre esbarrar no Orçamento de Estado e no impedimento imposto por este. Se o Governo da República descongelar as progressões nas carreiras poderá ser a solução para, à margem do exposto, estes profissionais verem a sua situação salvaguardada de forma rápida que todas as outras hipóteses que se mostram viáveis de momento.

CAPÍTULO IV

Parecer

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

- 7) Considerando que a presente petição foi subscrita por 321 cidadãos, deverá a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n° 1 do artigo 192° do respetivo Regimento;
- 8) O Decreto-Lei n° 248/2009, de 22 de setembro, definiu o regime da carreira especial de enfermagem;
- 9) O Decreto-Lei n° 122/2010, de 17 de novembro, estabelece, por categoria, o número de posições remuneratórias da carreira especial de enfermagem, identifica os respetivos níveis de transição para a nova carreira e identifica as categorias que se mantêm como subsistentes;
- 10) O Decreto Legislativo Regional n° 26/2008/A, de 24 de julho, adapta à administração pública regional dos Açores a Lei n° 12-A/2008, de 27 de fevereiro (estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas;
- 11) A aplicação da legislação mencionada nos pontos 2 e 3 afetou na relevância do tempo de serviço cerca de 120 enfermeiros;
- 12) Reconhece-se estar-se perante matéria juridicamente complexa, só possível de solucionar com a alteração da legislação nacional da carreira especial de enfermagem, para a qual os órgãos de Governo da Região não têm competência;
- 13) As normas constantes no Orçamento de Estado – descongelamentos e progressões nas carreiras são, também, condicionantes;
- 14) Do presente relatório deve ser dado conhecimento à primeira subscritora, bem como ao Departamento Governamental com responsabilidade e competência na matéria em apreço.

A Relatora: *Arlinda Nunes*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: *Domingos Cunha*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda começa por saudar os peticionários e as peticionárias pelo exercício cívico a que se dedicaram e também pela justeza das suas pretensões, justeza, aliás, reconhecida por todos e por todas.

Têm razão estes peticionários e peticionárias ao invocarem a Constituição e os princípios enunciados nela sobre a igualdade, a proporcionalidade da justiça, a imparcialidade e a boa-fé, valores exigidos à atuação dos decisores públicos e administrativos.

É mais uma demonstração de que os princípios inscritos na Constituição Portuguesa têm, a cada dia que passa, mais e maior equidade.

Esta petição tem o mérito de alertar o legislador para o cuidado a ter na produção de leis sobre estas matérias, pela complexidade que comportam, pelo risco de conflito com a legislação nacional e pela possibilidade de serem prejudiciais para os trabalhadores e trabalhadoras.

É um dado de facto que mais de 100 profissionais de enfermagem estão a ser prejudicados por má técnica legislativa, que, por conflito com a nacional, limita estes profissionais nos seus direitos.

É, de facto, uma matéria com alguma complexidade, que é aumentada pelas leis da República, da autoria da maioria PSD/CDS, como é o caso da negação de direitos aos trabalhadores e trabalhadoras da Função Pública, com o congelamento e progressão das carreiras, medida, aliás, que é bom lembrar, vem do tempo do Governo do Partido Socialista liderado por José Sócrates.

No entanto, apesar da complexidade e da aparente abertura do Sr. Secretário Regional da Saúde, este afirmou, em sede de Comissão de Assuntos Sociais e de acordo com o seu relatório, que nada podia fazer devido ao estipulado no Orçamento de Estado e pelo congelamento das carreiras. No entanto, em comissão esclareceu que, e vou ler o que está transcrito na página 9 do relatório da Comissão Permanente de Assuntos Sociais, “de entre os pareceres jurídicos trocados entre a Secretaria Regional da Saúde e a Vice-Presidência do Governo Regional, conclui-se que todo este processo poderá terminar numa queixa ao Tribunal Administrativo ou numa avaliação de órgãos superiores aos dois órgãos do Governo Regional já referidos, o que poderá repercutir-se de forma mais prejudicial no Sistema Regional de Saúde”, fim de citação do relatório da Comissão.

Da leitura destas declarações, o Bloco de Esquerda só pode tirar a seguinte conclusão.

Caso, por exemplo, o Tribunal Administrativo condene o Governo Regional neste caso, a questão tem de ser resolvida. Então, Sras. e Srs. Deputados, é possível resolvê-la, porque se ela tiver de ser resolvida por imposição do tribunal, então, ela pode ser resolvida sem imposição do tribunal.

Então, a pergunta que se impõe é: Por que é que o Governo Regional não a resolve sem a imposição ou a eventual imposição do Tribunal Administrativo?

E, já agora, Sr. Secretário Regional da Saúde, porque é das suas afirmações, inevitavelmente, e da sua análise desta temática que nós estamos a falar, como é que a resolução de um problema que afeta a vida de mais de 100 profissionais da saúde pode ser de alguma maneira prejudicial para o Sistema Regional de Saúde, de acordo com o que está transcrito na página 9 do relatório da Comissão de Assuntos Sociais?

O facto de termos profissionais de saúde devidamente enquadrados, satisfeitos com a sua situação e, portanto, motivados é, para o Bloco de Esquerda, uma mais-valia e, seguramente, sê-lo-á também para o Sistema Regional de Saúde.

Portanto, é difícil de ser explicado este conceito de que reparar os prejuízos infligidos aos trabalhadores e às trabalhadoras possa ser mau para os referidos, qualquer deles, nomeadamente o Serviço Regional de Saúde.

Se o problema é assumido, se é reconhecida a sua complexidade, mas também a sua eventual solução por imposição do tribunal, o Bloco de Esquerda não compreende como é que o Governo Regional prefere a litigância em tribunal à resolução, por mais complexa que possa ser, deste problema que afeta entre 100 a 150 profissionais de enfermagem.

Para terminar, o Bloco de Esquerda não pode deixar de dizer: estranho conceito de gestão dos interesses públicos. Quando se trata de trabalhadores e trabalhadoras, é sempre difícil resolver qualquer problema; quando se trata de grupos económicos, a disposição do Governo é sempre seguramente outra. E isto para nós é motivo de estranheza.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Domingos Cunha, tem agora a palavra.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, saudar todas e todos os subscritores desta Petição.

A carreira especial de enfermagem tem o seu regime definido pelo Decreto-Lei nº 248/2009, de 22 de setembro.

O Decreto-Lei nº 122/2010, de 17 de novembro, estabelece, por categoria, o número de posições remuneratórias da carreira especial de enfermagem,

identifica os respetivos níveis de transição para a nova carreira e identifica as categorias que se mantêm como subsistentes.

O Decreto Legislativo Regional nº 26/2008/A, de 24 de julho, adapta à administração pública regional a Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.

Os subscritores da Petição identificam possíveis injustiças produzidas na carreira especial de enfermagem, no intervalo temporal de 2004 a 2008, inclusive, com a aplicação do artigo 11º, do Decreto Legislativo Regional nº 26/2008/A, de 24 de julho.

Afirmam, também, que por via disso são afetados cerca de 120 enfermeiros na relevância do tempo de serviço.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece que a situação objeto desta Petição está abrangida por matéria juridicamente complexa, que entronca na legislação nacional que regulamenta a carreira especial de enfermagem, na Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e no que se refere aos descongelamentos e progressões nas carreiras.

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou solicitar parecer escrito ao Sindicato de Enfermeiros Portugueses, que no mesmo, se pronunciou e cito, *“...a legislação foi corretamente aplicada nos termos em que cada legislador a concebeu. A transição para a nova carreira especial de enfermagem operou-se nos termos do Decreto-Lei nº 248/2009, de 22 de setembro e no Decreto-Lei nº 112/2010, de 11 de novembro, ambos balizados pela Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e a relevância do tempo com as regras estabelecidas no artº 11º do Decreto Legislativo Regional nº 26/2008/A, de 24 de julho”*.

Se, eventualmente, estamos perante a existência de uma injustiça no processo de transição para a nova carreira especial de enfermagem, em matéria de competência legislativa própria constante no Estatuto Político-Administrativo

da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente, o seu artigo 59º, não atribui competências para que possamos alterar o disposto na Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, nem no Decreto-Lei nº 248/2009, de 22 de setembro, e Decreto-Lei nº 112/2010, de 11 de novembro.

Assim, podemos concluir, perante a hipótese de possível injustiça, que a mesma está diretamente ligada à aplicação da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e não à aplicação do artº 11º do Decreto Legislativo Regional nº 26/2008/A, de 24 de julho, porque este diploma regional não diminui a remuneração, não retira antiguidade aos trabalhadores da Administração Regional, indo até mais além, repondo o tempo “congelado” entre 2004 e 2008 àqueles trabalhadores que não tiveram alteração da posição remuneratória, por promoção ocorrida durante esse período.

Se se concluir que estamos perante uma eventual injustiça, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista manifesta o desejo de a ver solucionada dentro do quadro jurídico adequado.

Disse.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, cumpre-nos realçar a iniciativa dos peticionários, exercendo, através deste instrumento, o da petição, um exercício de cidadania que nos apraz registar.

Esta petição aborda matéria relacionada com a conjugação da aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, que procedeu à adaptação para a Administração Regional da Região Autónoma dos Açores da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação de carreiras e de

remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas com o Decreto-Lei n.º 122/2010, de 11 de novembro, que estabelece o número de posições remuneratórias da carreira especial de enfermagem, identifica os respetivos níveis da tabela remuneratória única, define as regras de transição para a nova carreira e identifica as categorias que se mantêm como subsistentes. E aborda esta petição a injustiça que gerou, segundo os próprios peticionários, na progressão da carreira em função da antiguidade e respetiva posição remuneratória.

O PSD e o seu Grupo Parlamentar reconhecem a injustiça criada a estes cerca de 120 trabalhadores - 120 enfermeiros - pela conflitualidade gerada entre a legislação nacional, no entanto, publicada posteriormente à legislação regional. Analisado este processo em Comissão e ouvido o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (a sua delegação nos Açores), verifica-se que, e é essa também a opinião do PSD, a solução passa para uma alteração da legislação nacional da carreira de enfermagem, que, por via da sua revisão, beneficiou entre 1000 a 1500 enfermeiros, legislação relativamente à qual a região não tem competência.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Ana Espínola.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, gostaria de saudar os subscritores desta petição pela atitude de participação cívica, trazendo ao Parlamento um assunto com a relevância deste tema. É importante que os cidadãos usem este meio como forma de exporem os seus problemas na defesa dos seus direitos e trazerem a esta Assembleia as suas reivindicações.

A existência de discriminação remuneratória dentro da mesma classe profissional na Região Autónoma dos Açores por via de duas leis conflituantes que, injustamente, penalizam os enfermeiros com mais tempo de serviço nos Açores, provocou injustiças e causa mau estar dentro da mesma classe profissional.

São leis conflituantes, é certo, mas, seguramente, ambas elaboradas com a melhor das intenções por ambos os legisladores, pois o problema é que uma das leis foi elaborada pelo legislador regional e outra pelo legislador nacional, que é quem tem a competência de definir o regime da carreira especial de enfermagem e definir o respetivo regime remuneratório. E foi ao definir o regime remuneratório e respetivas regras que se criou a injustiça que agora analisamos.

Independentemente do número de profissionais afetados, importa encontrar uma forma de colmatar esta discriminação.

Os enfermeiros são uma classe profissional relevante para o funcionamento do Serviço Regional de Saúde, que se deseja bom, mas que tem vindo, de um modo sistemático, a acumular problemas e este é mais um.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Urge resolver esta situação na região, urge restaurar a justiça para que estes profissionais sintam reconhecido o seu trabalho, que sintam valorizado o seu tempo de serviço e que se promova a equidade dos profissionais de enfermagem nos Açores.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP quer começar por saudar esta iniciativa dos petionários...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É uma petição muito comum na Coreia do Norte!

O Orador: ... que nos traz aqui um problema que, reconhecidamente, é um problema complexo, mas que, efetivamente, discrimina aqui um conjunto alargado de profissionais de enfermagem.

E, dirigindo-se estes profissionais de enfermagem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, é exigível que a Assembleia encontre aqui uma resposta para este problema. E se é verdade que o problema é complexo e depende do quadro legal nacional, aliás, como é reconhecido até no próprio parecer da Comissão de Assuntos Sociais, designadamente no seu ponto 6, mas há aqui uma questão que me deixa algumas dúvidas, é que reconhecendo-se que o problema é um problema de legislação nacional e que compete à República, ou que é da competência da República esta matéria, mas também, e em termos regimentais, nada impede esta Assembleia de propor, através de uma anteposta de lei, a alteração da legislação nacional.

Agora, o que me parece é que há aqui, por parte quer do Governo, quer da bancada do Partido Socialista, a recusa de adotar esta solução. E porquê? Porque, aliás, como o Sr. Secretário Regional disse em sede de comissão, prefere ou parece querer preferir a litigância nos tribunais administrativos do que a resolução com as competências que a região tem.

E a questão é esta para a Representação Parlamentar do PCP e o desafio fica feito. A região tem competência para resolver o problema, propondo, através de uma anteposta de lei, a alteração à legislação nacional, que...

Deputado André Bradford (PS): E quem é que faz isso? Não são os partidos?

O Orador: ... colocou estes profissionais de enfermagem na situação em que eles estão.

Portanto, haja vontade política, designadamente...

Deputado André Bradford (PS): O Sr. Deputado faça isso!

O Orador: E farei, Sr. Deputado! E farei, Sr. Deputado! Mais uma intervenção a favor do Sr. Deputado André Bradford. E farei, Sr. Deputado!

Agora, aquilo que nos parece a nós, a nós Representação Parlamentar do PCP, é que esta questão já poderia estar resolvida, e já poderia estar resolvida através ou do Governo ou de uma iniciativa do Partido Socialista neste sentido: uma anteproposta de lei para alterar a lei nacional, de modo a resolver o problema que todos reconhecem que discrimina um conjunto alargado de profissionais de enfermagem na Região Autónoma dos Açores.

O desafio fica feito para que todos, e em conjunto, subscrevamos essa anteproposta de lei para alterar o quadro legal nacional. Se não houver esse acordo, o PCP trará essa anteproposta de lei a Plenário.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições...

Sr. Secretário Regional, pede a palavra para?

Na figura regimental das petições apenas podem intervir os grupos e as representações parlamentares.

Vamos, então, avançar com os nossos trabalhos.

Eu queria alertar a Câmara que, conforme ficou deliberado pela Conferência de Líderes, o ponto 9 será adiado e, provavelmente, passará para a nossa manhã de trabalhos de amanhã, por isso, avançamos, assim, para o ponto 10: **Projeto de Resolução n.º 66/X – “Posição geoestratégica dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura para a apresentação do Projeto de Resolução.

Deputado António Ventura (PSD): Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

O espaço geográfico que os Açores ocupam no mundo sempre foi um fator diferenciador e de identidade que a história regista e que está na origem das nossas raízes.

A geocentralidade Atlântica dos Açores cria oportunidades no domínio de várias temáticas e que em muito podem contribuir para o progresso da Região pela criação de riqueza e emprego.

Na verdade, existem novas dimensões onde os Açores facultam um amplo campo de possibilidades como no domínio científico e tecnológico, nas alterações climáticas, no ambiente, nas energias renováveis, nos fluxos migratórios, no agroalimentar, na astrofísica, no aeroespacial, na oceanografia e na sismologia.

Nestas, e outras temáticas, os Açores podem ser um laboratório privilegiado para a investigação e a experimentação e, até, já existem exemplos da presença mundial científica e tecnológica nos Açores.

A posição geoestratégica dos Açores contribui para o desenvolvimento do emprego local, mas também contribui no desejado e imprescindível processo de internacionalização da economia regional.

Senhoras e Senhores Deputados, o carácter cada vez mais multifacetado e imprevisível do mundo concretiza riscos e instabilidades onde as ameaças deixaram de ser claras e definidas.

Mas, procuram-se soluções universais e, neste contexto, a política do posicionamento geográfico apresenta oportunidades e será sempre um tema em aberto, que impõe um atento acompanhamento.

A União Europeia possui uma repleta agenda de futuras negociações comerciais multilaterais e bilaterais, muitas das quais com vista à liberalização do comércio.

São acordos à escala global que se fazem acompanhar de um crescimento ao nível dos transportes com a criação de novas empresas e empregos, designadamente nos Portos e Aeroportos.

A posição geoestratégica dos Açores torna-se, assim, numa mais-valia e num trunfo geopolítico para a União Europeia, materializando a fronteira onde a UE pode desenvolver a sua ação externa e onde o Arquipélago pode ser melhor aproveitado para este fim.

Necessitamos, para isso, um continuado trabalho de lobbying, com argumentos, que são construídos com base no conhecimento.

Identicamente surgem oportunidades nas novas inquietudes e carências a uma escala global adotando dimensões como a humanitária, as de segurança e vigilância do Atlântico, as económicas como seja a abertura do canal do Panamá e o previsível aumento de tráfego marítimo, e na esfera da NATO e da ONU. Certo é, que o Oceano Atlântico volta a recuperar a sua importância.

O próprio acordo da Base das Lajes, acima de tudo, corporiza os benefícios do papel estratégico que os Açores desempenham no quadro transatlântico.

Por tudo isto, é um manifesto proveito de ter presente, de forma institucional, política e jurídica, as vantagens e os desafios da posição geoestratégica e geopolítica dos Açores.

Um conhecimento essencial para posicionar a Região no âmbito do investimento Europeu e mundial em muitas temáticas, pois nenhum país ou região progride sem conhecimento.

Senhora Presidente da Assembleia, Senhora e Senhores Membros do Governo, Senhoras e Senhores Deputados:

Os Açores configuram um relevante e insubstituível epicentro na geopolítica internacional, pelo que para além das evidências de circunstância e de “oportunidades de hora” devemos ser capazes de agir na construção de um

Conceito Regional Estratégico que proporcione uma linha de orientação e atuação.

Existem muitas variáveis que se cruzam e influenciam a geopolítica. Saber delas antecipadamente e estarmos preparados para atuar de forma reivindicativa criam a inteligência para jogar no xadrez multipolar.

Precisamos de prospetiva.

Deputado Berto Messias (PS): E perceber isso? O Sr. Deputado Duarte Freitas é que escreveu isso, dada a sua complexidade!

O Orador: Ou seja, saber para onde vamos e como vamos. Na política da geografia e como disse Auguste Comte: “*Saber é prever e prever é ter poder*”. Com efeito, a geocentralidade atlântica do Arquipélago concretizada nos benefícios da geografia, do tempo e do espaço, fundamenta uma maior atenção da política.

Temos, para o efeito, as prerrogativas da Autonomia, para criar uma atitude própria e de futuro, que evite o isolamento e permita estabelecer as nossas ações.

Aliás, a nossa posição geográfica constitui igualmente a afirmação da nossa Autonomia no contexto europeu e internacional.

Participamos na primeira globalização, fomos capital administrativa dos oceanos, centro de abastecimento do Atlântico e proteção militar das rotas marítimas. Seguiram-se e seguem-se outras globalizações, e, para não perdermos a chamada, necessitamos de previsibilidade, diplomacia ativa e de pensamento crítico.

Em todo este sentido, é hoje votado o Projeto de Resolução para se estudar a geoestratégia e a geopolítica dos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Numa perspetiva transversal!

Deputado José San-Bento (PS): O senhor mande isso para o Gabinete de Estudos do PSD!

O Orador: É mais um contributo, é mais um passo, mas não é o único, nem pretendemos que tudo fique por esta iniciativa.

Uma iniciativa que envolve a Universidade dos Açores como parceiro privilegiado, mas que terá certamente, entre outros, a participação do Governo Regional, do Instituto Açoriano de Estudos Europeus e Relações Internacionais, da Fundação Luso Americana e demais especialistas.

Senhoras e Senhores Deputados, a “posição de destaque” no mundo dos Açores, para ser verdadeiramente aproveitada, deve merecer uma constante atuação, também, deste Parlamento.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Gostaria apenas de fazer um esclarecimento à Câmara.

O Ponto 9 da nossa Agenda será o último ponto da Agenda, o que não significa, forçosamente, que tenha de ser discutido amanhã de manhã. Poderá ser ainda hoje. Naturalmente, foi lapso meu ao fazer essa referência. O ponto 9 é o nosso último ponto de Agenda.

Sendo assim, a Mesa já tem inscrições. Passo a palavra ao Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bom, nesta minha primeira intervenção, que não será, nem de fundo nem na tribuna, eu gostaria de começar por confessar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista teve alguma dificuldade em definir a sua posição de voto em relação a esta iniciativa do PSD e em proceder à apreciação da proposta em

causa, porque, no fundo, o que se percebe é que o Grupo Parlamentar do PSD acha que é necessário fazer um estudo sobre a necessidade de se fazer um estudo sobre a posição geoestratégica dos Açores. Ou dito de outra forma, se lermos os considerandos da vossa proposta, os senhores consideram que os Açores sempre despertaram a atenção e o interesse global devido à sua posição geográfica. Consideram que existem inúmeros exemplos da importância geográfica e da estratégia dos Açores, no passado como no presente como, potencialmente, no futuro nas mais diversas áreas, e consideram que a posição geoestratégica dos Açores é um ativo de grande relevância. Ora, conclusão, vamos estudar se é importante ou não a posição geoestratégica da Região Autónoma dos Açores. Mal comparado, seria mais ou menos a mesma coisa que mandar fazer um estudo para saber de que cor era o cavalo branco de Dom José.

O que os senhores querem saber nós já sabemos e, portanto, parece-nos que esse é um dos problemas da vossa proposta, mas não é o único problema. Há mais um problema: é que além dos senhores pretenderem saber aquilo que já toda a gente sabe e que os senhores reconhecem nos próprios considerandos da proposta, os senhores querem fazê-lo recorrendo a quase todas as disciplinas do conhecimento humano e do saber humano e da academia e da investigação, dando um novo volume ao conceito de multidisciplinariedade. É verdadeiramente abissal a capacidade científica que se tem que envolver para fazer este estudo.

Vamos por partes.

Disciplinas que os senhores abrangem. Ele é economia, ciência e tecnologia, ambiente, oceanografia, vulcanologia e sismologia, transportes e navegação, comércio mundial e até astrofísica, mas, como isto não era suficiente, os senhores ainda segmentam e, além das grandes disciplinas, grandes áreas do saber, vão às subdisciplinas do saber e, então, juntam àquela lista que eu acabei

de ler as alterações climáticas, as energias renováveis, os fluxos migratórios, a agroalimentação e o comércio internacional. Ora, eu não quero fazer uma afirmação muito perentória, mas eu tenho quase a certeza que não há uma universidade no mundo, uma só universidade no mundo que consiga juntar uma equipa de especialistas que abranja todas estas áreas e subáreas e que lhe consiga devolver o estudo que o senhor quer encomendar sobre a geoestratégia dos Açores. Não deve haver no mundo uma universidade capaz de corresponder a estas exigências. Mas, este é um segundo problema da vossa proposta.

Deputado Luís Garcia (PSD): E se o senhor deixasse isso para as universidades?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eles têm uma aversão às universidades!

O Orador: Mas há um terceiro, e que me parece o mais grave, é que ela é presunçosa, Srs. Deputados. É uma proposta que tem um problema grave, que é a sua presunção e a presunção é aquela que resulta do facto dos senhores pensarem que não há aproveitamento da posição geoestratégica dos Açores se não se fizer esse estudo e só haverá com qualidade se se fizer esse estudo, fazendo presumir que, desde que existe autonomia, os governos regionais, todos os governos regionais, os que foram da vossa responsabilidade como os da nossa responsabilidade, nunca tiveram nenhum tipo de atuação externa, nunca se organizaram para tirar partido da capacidade e do potencial geoestratégico e geopolítico da nossa região e, portanto, estavam à espera que o PSD tivesse a ideia de mandar encomendar um estudo à Universidade dos Açores para saber como é que poderiam atuar. Ora, nós todos sabemos que isso não é verdade, e, por isso, a acusação de presunção, aliás, os senhores são os primeiros a reconhecer que já existem diversos exemplos de aproveitamento da nossa posição geográfica e geoestratégica, com bastantes resultados, em várias áreas, contribuindo decisivamente para o posicionamento até e para as áreas de

desenvolvimento de algumas das nossas ilhas. Não é por milagre nem por geração espontânea que Santa Maria adquiriu a importância que vem adquirindo na área do geoespacial, na área da investigação associada às tecnologias espaciais. Não é por coincidência, nem por milagre que a Graciosa passou a integrar duas redes de monitorização climática, de grande valia, e também não é por coincidência que o Pico assumiu também, nessa área, alguma importância internacional.

E, portanto, há um caminho, um caminho que não é nosso exclusivamente, que começou com a autonomia, que se vem densificando e que vem dando resultados cada vez mais evidentes. E, portanto, nós temos uma política externa, sempre tivemos, não estávamos à espera deste estudo para termos, essa política externa orienta-se de acordo com diversos eixos de desenvolvimento, estabelece parcerias que são de todos conhecidas. Nós temos ligação especial a vários organismos de cooperação inter-regional europeus, nós temos um parceiro especial, no caso dos Estados Unidos, que nos permite também fazer uma ligação diferente...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já não temos política externa desde que o senhor deixou de exercer funções no Governo!

O Orador: ... à nossa diáspora, e, portanto, está definido, há muito tempo que está definido o grande quadro da nossa atuação externa e geoestratégica. Não é, com certeza, com este tipo de estudo que nós poderemos alterar substancialmente esta realidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Grande quadro abstrato!

O Orador: Portanto, julgo que resulta claro daquilo que expus que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pode votar favoravelmente esta iniciativa. Há só mais uma observação que eu gostaria de fazer, Sra. Presidente, e que diz respeito ao facto de para este, como em outras iniciativas acontece, mas para esta também, terem sido pedidos pareceres a peritos ou especialistas, cujas

respostas eu acho que não são admissíveis e que nos devem fazer pensar a todos quando nós pedimos esse tipo de parecer, porque receber pareceres a dizer que se procurou vender livros à Assembleia e a Assembleia não os quis comprar e, portanto, pareceres só pagos, e receber pareceres a dizer que eu percebo dessa área, sou capaz de dar o parecer mas só dou o parecer se me pagarem, são pareceres que não honram quem assim escreve e quem assim transmite a sua opinião e também colocam em cheque a dignidade com que esta...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ... Assembleia e as instituições da autonomia devem ser tratadas. Muito obrigado.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Félix Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Concorda-se na íntegra com os considerandos da proposta agora em apreço, porque todos nós percebemos o potencial geoestratégico dos Açores, quanto mais não fosse pelos seus aspetos históricos.

Ora, a palavra geopolítica não é uma simples contração das palavras “geografia” com “política”, como pensam alguns, mas, sim, algo que diz respeito às disputas de poder no espaço mundial e que, como a noção de poder já o diz, pode e implica dominação via Estado ou não, devido ou não a assimetrias que podem ser culturais, económicas, militares ou científicas, não é exclusivo da geografia. Geopolítica e geoestratégia são conceitos muito próximos quer da geografia política, quer da estratégia.

Posto isto, interessa conhecer em primeiro lugar as estratégias que temos para desenvolver o nosso território, para depois sabermos como se liga a geopolítica à nossa geoestratégia.

Temos, de facto, de conhecer bem a geoestratégia dos outros, de hipotéticos parceiros ou de hipotéticos oponentes. Não se percebe, assim, com toda a consideração que tenho pela Universidade dos Açores, como poderá elaborar um estudo sobre a posição geoestratégica e geopolítica dos Açores.

Um estudo sobre o potencial geoestratégico dos Açores trará bem pouco de novo, relativamente ao qual já conhecemos e perspetivamos sobre o que é o geopotencial dos Açores nas suas mais variadas áreas.

Relativamente à geopolítica, não é um estudo que a define, mas sim os governos, neste caso em apreço, o Estado Português e a Região Autónoma dos Açores. Poderá haver um estudo sobre os Açores, mas isto não passaria de um levantamento de estado da arte sobre geopolítica portuguesa, porque açoriano duvido que tenha existido até agora uma geopolítica açoriana.

É preciso, sim, um trabalho continuado e apoiado e que permita aos órgãos de governo próprio dos Açores definir as estratégias que tenham por base o seu território, a sua posição geográfica e a importância dessa posição geográfica. Logo, são mais pertinentes relatórios sobre assuntos específicos que tenham por base uma negociação ou negociações com respetivos conselhos técnicos que permitam encetar influências políticas, que permitam fazer olhar para o nosso território como uma mais-valia para o desenvolvimento de uns e de outros, ou seja, para os nossos interesses a partir de interesses comuns.

O ponto de vista resolutivo deste projeto, ou seja, o ponto resolutivo deste projeto não nos parece que venha contribuir para a projeção internacional da economia açoriana. Não me parece que venha contribuir para o aumento do investimento europeu. Não nos parece que permita melhorar a vigilância da navegação marítima e aérea, entre outros considerandos. As grandes questões

que, no nosso entender, se devem colocar para o aproveitamento do nosso potencial geoestratégico são: quais são as estratégias mais adequadas para que os órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores possam promover internacionalmente a economia regional a partir deste território insular, geograficamente bem colocado no mar interior de sociedades parceiras? Quais são as estratégias mais adequadas, em termos políticos, que os órgãos de governo próprio da região devem encetar para aumentar o investimento europeu? Etc., etc..

A geoestratégia exige um trabalho político, um trabalho diplomático e um trabalho científico, de facto, interdisciplinar. Não vemos isto nesta proposta.

Relativamente aos pareceres, não é admissível que, pedindo a determinadas pessoas, livres e que deem um parecer livre, que os venham classificar aqui de inadmissíveis. É inadmissível que a Assembleia peça um contributo a um cidadão para aqui considerar que esses pareceres são inadmissíveis. Acho que esta postura não dignifica esta Câmara.

Deputado Luís Maurício (PSD): É sobrançeria!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Ventura, tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, ninguém acredita na sua proposta!

O Orador: Aquilo que o Partido Socialista não entendeu e não percebeu outros perceberam...

Deputado André Bradford (PS): Não fomos só nós!

O Orador: ... e já reivindicam há muito tempo.

Deputado Francisco César (PS): Todos? O CDS acabou de dizer que a proposta não é boa!

O Orador: E se existe isolamento, o isolamento situa-se na vossa bancada.

Mas vamos a factos concretos que provam esta minha afirmação.

Os pareceres pedidos no âmbito deste projeto, aprovados no âmbito da Comissão, são pareceres desta Assembleia e merecem todo o nosso respeito como tal. Pediu-se, de facto, uma opinião a personalidades dos Açores. Vou ler os dois parágrafos.

O primeiro parecer diz o seguinte: “Concordo com a elaboração de um estudo sobre as potencialidades da posição geoestratégica e geopolítica dos Açores”.

Primeiro parecer: concorda.

Deputado André Bradford (PS): E o resto? Leia para baixo!

Deputado Francisco César (PS): E o resto?

O Orador: O parecer adiciona, mas concorda com o estudo.

Deputado Francisco César (PS): E o resto?

O Orador: Segundo parecer: “A proposta insere-se nas necessidades básicas dos Açores no que respeita a urgência de conhecer o potencial do espaço geoestratégico da Região Autónoma, bem como as incidências geopolíticas pertinentes em termos militares e civis”.

Portanto, os pareceres são de acordo com o estudo e acham pertinente que exista esse estudo para se avaliar essas necessidades...

Deputado André Bradford (PS): Não foi isso que eu disse!

O Orador: ... e se orientar com base numa atuação.

Mas também existem outras personalidades que concordam com esse estudo e com a necessidade de existir esta mesma orientação. O falecido Medeiros Ferreira, por exemplo,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não leia esse nome em vão!

O Orador: ... em fevereiro de 2014, defendia o seguinte: “É importante promover-se um estudo sobre a importância estratégica dos Açores, procurando alternativas para o desenvolvimento do arquipélago, não ligadas às atividades

militares”. Medeiros Ferreira, fevereiro de 2014, que é muito vosso conhecido. Uma personalidade, infelizmente faleceu, várias vezes referida pelo PS, uma personalidade várias vezes aqui, nesta Casa, comentada pelo PS e que o PS respeita a opinião de Medeiros Ferreira. Portanto, Medeiros Ferreira aprova, reivindica um estudo da estratégia para o arquipélago para além das potencialidades militares.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, não misture as coisas!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Misturar o quê?

Deputado António Marinho (PSD): Lê outra vez! Lê outra vez!

O Orador: Permita-me, Sra. Presidente, eu vou voltar a ler aquilo que o Professor Medeiros Ferreira disse em fevereiro de 2014: “É necessário promover-se um estudo sobre a importância estratégica dos Açores, procurando alternativas para o desenvolvimento do arquipélago, não ligadas às atividades militares”. Muito claro!

Mas também o Governo Regional identifica como prioridade e dá uma importância fundamental à Carta Regional da Competitividade. Eu acho que essa carta, como tantas outras que foram elaboradas, deve ter ficado no esquecimento. Foi o próprio Governo Regional que anunciou que essa Carta da Competitividade era um instrumento fundamental para o desenvolvimento dos Açores. Bom, e a Carta da Competitividade Regional é encabeçada pelo seguinte. É encabeçada, o ponto forte, o ponto principal da Carta da Competitividade Regional, que o Governo dá muito importância, diz assim: “Posição geoestratégica dos Açores: é preciso saber a posição geoestratégica dos Açores e conhecer as suas potencialidades”. Ponto forte da Carta da Competitividade dos Açores. Nós compreendemos! Com tantas cartas, com tantos planos, com tantos programas, que até alguns já se tenham esquecido deles. É natural! Porque este Governo anuncia mais do que faz. Essa é que tem sido a grande atuação do Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Anuncia mais do que faz e já não se lembra daquilo que disse, como era importante, que era importante para os Açores.

Mas, Sr. Deputado Berto Messias, nós tivemos o prazer de debater, conjuntamente também com o Deputado Félix Rodrigues, na Universidade de Verão, na Praia da Vitória, as questões de geoestratégica e geopolítica, e no *site* do PS tem as suas declarações.

Deputado Berto Messias (PS): Ah! Vai-me citar! Mas que honra!

O Orador: Vou citar, que é para mostrar a sua incoerência...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... com a posição que toma aqui. É tão simples como isso. Eu quero demonstrar a sua incoerência com a posição que toma nesta Casa. E vou citá-lo. Entre aspas, vou citar entre aspas aquilo que o senhor disse: “Num tempo de exceção [ou seja, vou citar para que não haja aqui enganos relativamente àquilo que eu vou dizer]...”

Deputado Francisco César (PS): Citar entre aspas! *Risos*

O Orador: Eu acho que isso vos incomoda e os senhores procuram sempre formas de diversão para esconder o vosso incómodo, mas eu não tenho culpa da vossa incoerência...

Deputado André Bradford (PS): Incoerência vossa!

O Orador: ... e dos vossos esquecimentos e daquilo que não respeitam e que outrora respeitaram. Eu não tenho culpa. O PSD não tem culpa. Se há culpados, são os senhores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora!

O Orador: “ Num tempo de exceção e de grandes dificuldades, os agentes do sistema político têm de ter a capacidade de criar consensos, compromissos e uma frente comum...

Deputado Francisco César (PS): Isso também é para enviar à Assembleia da República ou não?

O Orador: ... de afirmação da centralidade geopolítica dos Açores. Temos, assim, de reforçar a nossa preparação para debater esses temas relacionados com o conceito de geopolítica.”

Oh, Sr. Deputado, como é que se reforça a nossa preparação?

Deputado Berto Messias (PS): Não é com a sua proposta!

O Orador: Não é como é que se faz a nossa preparação, não é saber quais são as nossas capacidades, não é saber qual é a nossa visão, não é preparar a nossa orientação. Ou prepara-se a nossa capacidade por obra e graça do Espírito Santo? Oh, Sr. Deputado, seja coerente com aquilo que disse! Eu acredito que o senhor fora desta Casa queira agradar a uns, nesta Casa queira tomar uma posição contra o PSD.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque o problema aqui é a iniciativa ser do PSD. É isso que está em causa aqui, hoje em dia.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Mas mais.

Obviamente, Sr. Deputado Félix Rodrigues, o CDS, já no passado, propôs criar um instituto, foi uma das grandes promessas eleitorais, para se estudar a geopolítica e a geoestratégia dos Açores. Foi essa uma das bandeiras do CDS, foi criar um instituto para se estudar a geopolítica e a geoestratégia dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E vamos apresentar!

O Orador: Exatamente!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E vamos apresentar!

O Orador: E nós concordamos. Mas, obviamente, para se ter os fundamentos desse instituto, para se ter os fundamentos se é necessário criar esse instituto ou encontrar dentro do Governo Regional essa capacidade, temos, primeiro, de perceber, perceber o que é que nós temos, as necessidades de instrumentos para alcançarmos esse fim e para conseguirmos, efetivamente, que nós nos afirmemos nessa política externa que é a geoestratégia e a geopolítica.

E, portanto, eu penso, Sr. Deputado Félix Rodrigues, que estamos todos de acordo. Agora, não vamos dar passos sem antes perceber se é necessário criar ou se é necessário encontrar dentro do Governo Regional essa mesma capacidade.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 17h55m.

Eram 17 horas e 25 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 05 minutos.

Vamos, então, recomeçar.

Estava inscrito o Sr. Subsecretário Regional, a quem dou a palavra.

(*) **Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas** (*Rodrigo Oliveira*): Obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este projeto de resolução do PSD, Posição Geoestratégica dos Açores, permitam-me umas breves notas do ponto de vista do Governo Regional.

Em primeiro lugar, uma nota prévia e talvez óbvia. É que todos concordamos com o teor genérico dos considerandos e da intervenção do Sr. Deputado António Ventura, de valorização do potencial geoestratégico, de valorização das nossas potencialidades endógenas, da nossa posição central no Atlântico.

Atrevo-me a dizer que qualquer bancada poderia subscrever um tal discurso genérico e abstrato sobre essas questões, a questão que se coloca em relação ao dispositivo, aquilo que é solicitado e, se me permite, em relação à parte final da intervenção do Sr. Deputado António Ventura. Quem o ouve pensa que o projeto de resolução recomenda que o Governo trabalhe com a Universidade dos Açores, com esta Assembleia, com os partidos, com institutos, com especialistas na área da exploração das potencialidades geoestratégicas. Quem o ouve parece que é um trabalho para o qual até esta Assembleia é chamada. Mas não é isso que está no projeto de resolução. O projeto de resolução tão simplesmente recomenda ao Governo que encomende à Universidade dos Açores um estudo sobre a importância geoestratégica e geopolítica dos Açores.

Colocando-me do ponto de vista da entidade que teria a responsabilidade de elaborar tal estudo, perguntar-me-ia: Mas qual o âmbito deste estudo? Pois, vamos aos considerandos tentando compreender um pouco mais e vemos que temos vários domínios, científico, tecnológico, económico. Percebemos aqui que não estamos no campo de uma geopolítica tradicional no âmbito militar, mas já numa perspetiva mais moderna das potencialidades da geoeconomia, se

podemos assim dizer. E, de facto, os considerandos dizem. Existem novas dimensões de importância estratégica, possibilidades no domínio económico, científico e tecnológico, acordos comerciais, acordos comerciais da União Europeia. Quantos acordos comerciais estão a ser negociados neste momento, quantas dezenas? São os acordos com a Índia, são os acordos com a Líbia.

Deputado António Ventura (PSD): Cento e cinquenta!

O Orador: Ou será o acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento? Este, sim, poderia ser de interesse. Agora, serão todos os acordos que a União Europeia está a negociar? O ambiente, as alterações climáticas, as energias renováveis, os fluxos migratórios, a astrofísica, a aeroespacial, oceanografia, vulcanologia, sismologia. Bom, poderá a entidade que deveria fazer o estudo pensar, “Bom, está delimitado”, mas também poderemos nós pensar. E a biodiversidade e as biotecnologias não são áreas de interesse da geoestratégia, da geopolítica, que não estão nestes considerandos? As pescas e a aquicultura, os recursos minerais, biológicos e energéticos? As questões humanitárias e de projeção das forças de proteção civil?

Os termos que estão neste projeto de resolução do PSD visam que o Governo encomende à Universidade um estudo que pode dar para tudo ou pode dar para nada.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Quem tem a responsabilidade da gestão dos recursos públicos não pode concordar com tal generalidade, falta de precisão e falta de objeto desta proposta.

Não se trata aqui de nenhuma discordância geral sobre o que é a importância da geopolítica ou da geoestratégia; trata-se de uma discordância em relação aos termos muito concretos do que é solicitado ao Governo: que encomende à Universidade dos Açores um estudo sobre o qual pouco ou nada poderemos transmitir à entidade que deve elaborar esse estudo.

E o Sr. Deputado referiu também os dois pareceres que foram solicitados, que concordariam com a elaboração desse estudo, mas o que se esquece de dizer é que estes próprios pareceres recomendam e reconhecem que seria possível ou preciso envolver outras áreas, outras entidades, sem o qual isto seria apenas um estudo académico, uma tese.

Deputado António Ventura (PSD): Eu disse isso! Eu disse isso!

O Orador: Ora, Sr. Deputado, a política é uma arte das opções. O Governo Regional há muitos anos que trabalha nesta área.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não trabalha bem! Isso aí!

O Orador: Há muitos estudos estratégicos estipulados.

Em 2009, Sr. Deputado, trabalhamos com as regiões ultraperiféricas num memorando sobre a perspetiva geoestratégica e o novo Plano 2014/2020 da União Europeia para as RUP; em 2010, trabalhamos com os Estados Membros; em 2012, trabalhamos com a Comissão Europeia. As comunicações da Comissão Europeia identificam todas essas áreas...

Deputado António Ventura (PSD): Eu disse isso!

O Orador: ... que estão aqui nos considerandos, curiosamente até na comunicação de 2008 pela mesma ordem, pelos mesmos fatores: a astrofísica,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Deputado André Bradford! Era o Governo do qual o senhor fazia parte!

Deputado Bruno Belo (PSD): Ainda vai pedir a palavra para defesa da honra!

Deputado André Bradford (PS): Não se preocupe!

O Orador: ... a aeroespacial, a oceanografia.

Uma vez mais, quem tem a responsabilidade da gestão dos recursos públicos não pode concordar com uma proposta de tal modo genérica. Coisa diferente é a disponibilidade que o Governo tem e sempre teve para o debate, para a discussão, para o trabalho conjunto sobre questões específicas. Questão

diferente é a disponibilidade do Governo para solicitar estudos sempre que assim for necessário, como tem feito, em casos pontuais, específicos, importantes.

O acordo está a ser negociado, a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento. É uma área específica, importante. Têm sido feitas análises, continuarão a ser feitas, não um acordo ou um estudo de tal modo genérico e abrangente, que não poderemos, aliás, inculcar à entidade que teria essa responsabilidade. Um estudo para tudo e para nada. Qual seria o valor desse estudo? O Governo dos Açores solicitaria o quê? Solicitaria um estudo sobre essas áreas específicas e perguntar-me-iam: E quanto custa esse estudo? Bom, faça-me aí um estudo para x euros.

Trata-se de não colocar tal responsabilidade na entidade que tem de elaborar ou que teria de elaborar um tal estudo.

E, portanto, de um modo muito simples. As matérias das relações externas, da geopolítica, da geoestratégia merecem ser tratadas nesta Casa e é bom que assim seja, num espírito de abertura, de diálogo e de contributo e na procura de consensos. Não pode o Governo, só e meramente e objetivamente, por esta questão de procura de consensos, concordar com uma proposta que é geral, que é de tal modo abstrata, que nunca, nunca poderia ser concretizada de acordo com os princípios de gestão responsável dos recursos públicos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputados André Bradford, Benilde Oliveira e Berto Messias (PS): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Subsecretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, em relação ao estudo, julgo que a opinião do PS ficou clara, mas há aqui duas ou três questões que foram levantadas na segunda intervenção do Sr. Deputado António Ventura que eu acho importante rebater, nomeadamente no que diz respeito aos pareceres pedidos e ao que dizem os pareceres pedidos sobre a intenção do PSD.

O Sr. Deputado António Ventura leu a primeira linha, o primeiro parágrafo, vá lá, duas linhas, uma linha e meia, de um parecer que tem uma página, e essa primeira linha e meia diz que se concorda com a elaboração de “um” estudo sobre as potencialidades da posição geoestratégica.

Deputado Francisco César (PS): Não é o estudo, é “um” estudo!

O Orador: Não é deste estudo, é de “um” estudo. Só que as outras linhas dizem que o estudo tal como o PSD o pretende fazer é desadequado. Todas as outras linhas dizem que o estudo é desadequado. Primeiro, dizem que se deve ir além da Universidade dos Açores e, portanto, que o estudo não deve ser encomendado à entidade que o Sr. Deputado e o PSD dizem que deve ser encomendado. Depois, diz que se se fizer o estudo como os senhores querem, não passará de um mero estudo académico, não terá grande utilidade, é como uma tese, um relatório final de licenciatura, um mestrado ou um doutoramento. E, depois, mais à frente, diz que melhor do que a vossa proposta, mais interessante do que a vossa proposta, mais útil, seria o Parlamento dos Açores criar uma comissão especial que integra deputados de todos os partidos, centros universitários, etc., etc., etc., ou seja, a sua proposta, a proposta do PSD é desadequada, Sr. Deputado, de acordo com o parecer deste perito, aquele que o senhor usou para, supostamente, defender a sua proposta e os termos da sua proposta.

Deputado António Ventura (PSD): Esta é boa! A comissão é para estudar os peixinhos?!

O Orador: E, portanto, é claríssimo, neste parecer, que a proposta do PSD é desadequada e não,...

Deputado António Ventura (PSD): Ninguém disse que era desadequado!

O Orador: ... como o senhor aqui tentou fazer passar, que se trataria da maneira mais indicada de resolver o assunto.

Mas há mais! Mas há mais!

O outro perito contatado...

Eu não sei! O senhor se calhar não quer ouvir!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Oh, senhor, isso acontece a todos!

Deputado António Ventura (PSD): Isto é ridículo! Quando não se tem argumentos é melhor estar calado!

O Orador: Acontece a todos, que temos propostas que depois os peritos acham que não são as mais adequadas. Isso não tem problema nenhum! O senhor não precisa de ficar tão incomodado assim. Há de acontecer a nós também! Acontece menos, acontece mais ao senhor, mas pode ser que nos aconteça.

O outro perito contatado também diz que parece desadequado que seja a Universidade dos Açores a única entidade contatada, ou supostamente a entidade responsável pelo estudo. Até diz que acha que a Universidade dos Açores não tem capacidade para corresponder a um estudo desta natureza. E diz mais. Diz que deve ser criado um grupo de trabalho, na Assembleia. Não quer políticos, aliás, não se coíbe de dizer um grupo de trabalho mas que não pode entrar político nenhum. É um grupo de trabalho sem políticos, só com técnicos e que faça um mero levantamento do potencial dos Açores para que depois com esse catálogo de áreas de potencial importância geopolítica e geoestratégica se venha a aprofundar e a fazer outros estudos. Ou seja, e resumindo, nenhum dos peritos contatados concorda com a proposta do PSD. E, portanto, se era isso que

o senhor queria que ficasse no ar, a ideia de que os peritos serviam de argumento, esse argumento está claramente desmentido.

Deputado Francisco César (PS): Esse argumento está mal, Sr. Deputado!

O Orador: Por outro lado, há uma máxima em política que diz, não sei se se poderá qualificar de máxima, mas é um dito em política que é: “Quem não quer fazer, manda fazer um estudo”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Deputado Berto Messias, peça a defesa da honra!

O Orador: E, portanto, o Sr. Deputado, como não... Aliás, isso deve ter sido a máxima que sempre enformou a atividade do grupo de estudos do PSD-Açores, que foi liderado pelo Sr. Deputado Duarte Freitas. E eu tive o cuidado de pesquisar no *site* do PSD se havia alguma produção técnica, algum estudo desse grupo de estudos e não consegui encontrar nenhum. Mas se calhar tem aqui uma boa área onde começar a trabalhar.

E, portanto, nós somos daqueles que temos por responsabilidade, por obrigação, uma vez que somos o partido que suporta o Governo, contribuir, neste domínio, também para a ação, não apenas para a reflexão. Consideramos a reflexão importante, é, obviamente, necessário o apoio técnico à ação política, mas o apoio técnico ou a investigação não substituem a ação política.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, nós temos um património, temos uma orientação estratégica, temos provas dadas, a região tem sabido tirar partido do seu potencial geoestratégico, não estava com certeza à espera desta sua iniciativa feita nestes moldes, que não merece sequer a concordância dos peritos que os senhores indicaram para serem ouvidos.

Muito obrigado.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há aqui uma diferença fundamental entre os pareceres e o PS: é que os pareceres dizem que é necessário fazer-se o estudo, a única diferença dos pareceres é que acham que se deve ir mais longe até, que se deve fazer mais sobre isto...

Deputado Francisco César (PS): Não é mais, é diferente!

Deputado André Bradford (PS): Não é mais, é melhor!

O Orador: ... e a posição do PS é que não se deve fazer nada!

Deputado André Bradford (PS): O PS diz é que não é preciso fazer isso!

O Orador: É esta a grande diferença entre os pareceres! Os pareceres dizem que isto é fundamental e que se deve fazer mais, e que a abrangência deve ser maior e o PS o que diz é que não é preciso fazer nada. Esta é claramente a diferença entre os pareceres e a proposta e entre os pareceres e o PS. É claramente, obviamente isto! Não é mais do que isso, Sr. Deputado André Bradford. E, portanto, quando não se tem argumentos é preferível estar calado do que inventar...

(Burburinho da bancada do PS)

O Orador: ... ou distorcer as situações.

Mas mais do que isso. Sr. Secretário Regional, é, de facto, verdadeiramente curioso que o Governo Regional no passado tenha considerado que a questão da geopolítica e o estudo da geopolítica pela Universidade dos Açores fosse uma questão fundamental e até atribuisse um apoio para esse estudo de 3.990 euros. Despacho 1330/2009, de 13 de dezembro de 2009.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Era um “estudozinho” então!

O Orador: O estudo era “Os Açores na geopolítica do Atlântico”, à Universidade dos Açores. À Universidade dos Açores! *Risos*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Reparem bem! Reparem bem! Ou seja, aquilo que o Governo Regional hoje diz que a Universidade não tem capacidade foi aquilo que no passado disse que a mesma Universidade tinha a capacidade!

Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas (*Rodrigo Oliveira*): Quem é que disse que a Universidade não tinha capacidade?

O Orador: O que é que mudou? Onde havia mérito agora há demérito; onde havia capacidade agora é incompetência. Não, não foi isto que mudou, o que mudou foi que a proposta é do PSD. Esta é que é a diferença. *Risos*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Esta é que é a diferença! Está aqui a prova provada como o Governo Regional reconhece capacidade à Universidade dos Açores para o estudo da geopolítica no arquipélago e até apoia financeiramente a Universidade dos Açores.

E, portanto, não vale a pena denegrir mais a nossa Universidade, Sr. Secretário, não vale a pena.

E depois, Sr. Secretário, eu compreendo que, efetivamente, o senhor tenha dificuldades em defender esta proposta ou outras de igual género, porque, em termos de cooperação externa, e quando nós tentamos avaliar o trabalho externo dos Açores em termos de cooperação, obtemos zero.

Deputado Berto Messias (*PS*): O senhor acabou de dizer que era um estudo à Universidade dos Açores! Encomendar um estudo!

O Orador: Esta Assembleia Regional está constantemente a ser desrespeitada pelo Governo Regional. Não é o PSD que está a ser desrespeitado, são todos os deputados desta Casa. E quando se tenta avaliar a cooperação externa obtém-se isso. Há nove meses que nós esperamos resposta a um requerimento sobre a cooperação externa com Cabo Verde. E sem resposta! Sem resposta! O que é que se faz? O que é que se faz? Por que é que não se informa nesta Casa? E, portanto, claramente há aqui um desrespeito. Estão a ser desrespeitados os senhores também.

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas eles não se importam!

O Orador: Os deputados têm o direito de receber informação e o Governo Regional tem o dever de informar esta Casa e há nove meses que nós questionamos o Governo Regional sobre aquilo que vem apregoando ao longo dos anos: Temos acordos com Cabo Verde, temos cooperação económica em várias áreas, inclusive, em 2007, foi assinado, em Ponta Delgada, um memorando de entendimento, que é o n.º 1/2007, de 5 de junho de 2007, entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo Regional dos Açores. O que é que se fez no âmbito disto? É muito difícil de responder?

Deputado Luís Garcia (PSD): Nada! Propaganda!

O Orador: Nove meses! Mais propaganda? Onde é que estão as respostas? Por que é que se demora nove meses?

Deputado Luís Garcia (PSD): Não há nada!

O Orador: E, portanto, há claramente, em termos de cooperação externa... E depois volta-se outra vez a anunciar, nos vários planos regionais e nas orientações a médio prazo anuncia-se: “Aprofundamento das relações bilaterais com territórios de interesse estratégico com base no desenvolvimento dos acordos existentes, bem como o estabelecimento de novos protocolos”. É *copy/paste* todos os anos. Desde 2004 que se escreve isto. Nós tentamos avaliar, esta Casa não tem avaliação.

Deputado Luís Maurício (PSD): Estão à espera da epidural!

O Orador: Os senhores, nós, deputados de todas as bancadas, estamos diminuídos na nossa atuação, porque não temos o trabalho do Governo Regional para avaliar. É esta a conclusão que se chega.

Deputado Luís Garcia (PSD):Muito bem!

O Orador: E, portanto, sobre política externa nós estamos falados.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: E se efetivamente os senhores não conseguem responder a um simples requerimento em nove meses, obviamente que não querem estudo nenhum, não querem ter esse trabalho. E mais, Sr. Secretário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E a esta Casa, Sr. Subsecretário, cabe assinalar as questões temáticas; a esta Casa não cabe fazer o trabalho técnico. Isto é o Parlamento Regional que assinala os assuntos de interesse e este Parlamento nunca se vai substituir ao Governo Regional! O Governo Regional tem este mandato, o Governo Regional tem os meios financeiros, tem os relacionamentos, tem os meios técnicos e administrativos para, perante esta forma de assinalar do Parlamento Regional da geoestratégia e geopolítica, é que estabelecer quais são as prioridades dentro deste âmbito.

Cabe a esta Casa isso! Não cabe o trabalho técnico a esta Casa!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Cabe este trabalho e o senhor não ponha a responsabilidade nesta Casa, aquela que é a vossa responsabilidade de fazer, de apurar e de trabalhar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É isto que está em causa!

Mas, Sr. Subsecretário, deixe-me também dizer-lhe que o Governo Regional, há uns tempos, em 2009, selecionou uma empresa para fazer *lobby* em Bruxelas, para prestar serviços de *lobby*, como grupo de pressão e favorecimento de imagem.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem! Isso é importante, a imagem!

O Orador: A imagem, os senhores estão habituados a imagem, não é? Sabemos todos que imagem os senhores transmitem diariamente, semanalmente, mensalmente e anualmente.

Deputado André Bradford (PS): A gente já vai falar de imagem, de *outdoors* e imagem!

O Orador: Ora bem, a verdade é que foi selecionada,...

Deputado Berto Messias (PS): O exemplo do barrete de *outdoors* regional!

O Orador: ... foi selecionada...

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir...

Deputado André Bradford (PS): Vamos lá falar de *outdoors* e de imagens!

O Orador: É! A imagem dos vários planos, dos vários programas, das várias ações! E quando se tenta avaliar, não há nada para avaliar!

Deputado Berto Messias (PS): Ou então *outdoors*!

O Orador: Foi selecionada...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Carrega, Ventura!

O Orador: ... a empresa *Worldwide* para fazer esse grupo de pressão.

Deputado Berto Messias (PS): Qual é a empresa? Diga qual é o nome!

Deputado André Bradford (PS): Empresa quê? Não se chama assim a empresa!

O Orador: Oh, Sr. Subsecretário, diga-me agora que trabalho é que foi feito por esse grupo de *lobby* de pressão, desde 2009, já agora, porque está aqui

também para prestar contas a esta Casa, quanto é que foi gasto por esta empresa e que trabalho é que foi feito por esta empresa. Diga-me lá, Sr. Subsecretário.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O que é que isso tem a ver?

O Orador: E, Sr. Deputado André Bradford, eu, para este debate, fiz uma pesquisa sobre...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exhaustiva!

O Orador: ... declarações de geoestratégia e geopolítica de várias personalidades. Encontrei, de facto, várias personalidades do PS e vários deputados a falarem sobre geoestratégia e geopolítica. Curiosamente, Sr. Deputado, não encontrei declaração nenhuma sua. É caso para perguntar o que é que o senhor fez no Governo?

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** O Deputado Paulo Estêvão prescindiu?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Oh, Sr. Deputado António Ventura, permita-me discordar da ideia de que esta...

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

O Orador: É pequenino, mas é um “missalzinho”!

... competência deste ou de outro estudo deve ser incumbida ao Governo Regional, porque eu julgo que a Assembleia deveria, e pode e tem competência para isso, encomendar os estudos que muito bem entender. Aliás, eu julgo até que relativamente a estas questões das relações internacionais, esta iniciativa do PSD se pode enquadrar, deveria ser devidamente acompanhada por uma comissão especializada...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... desta Assembleia.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

O Orador: Muito obrigado!

Aliás, como já existiu, nem sequer seria uma novidade.

O que o PSD pretende com esta iniciativa é encomendar, então, um estudo à Universidade dos Açores, mas, Sr. Deputado António Ventura, perdoe-me que lhe diga, eu acho que este estudo é tão generalista e tão abrangente que, na minha humilde opinião, Sr. Deputado, se tornará ou se torna completamente inútil. Completamente inútil! Porque, de facto, a abrangência que V. Ex.^{as} pretendem dar a este estudo o torna completamente inútil, porque o conjunto de questões que podem ser abordadas neste estudo são de tal maneira vastas...

Oh, Sr. Deputado, é a minha opinião!

E, portanto, não me parece que este seja o melhor caminho, o que não quer dizer que a atenção que esta Assembleia tenha de dar às questões da posição geoestratégica dos Açores não deva ser permanente. Nós consideramos que assim é. Aliás, V. Ex.^a estará certamente recordado, porque estivemos num painel onde se fez alguma reflexão sobre esta questão e, de facto, há pensamento político, há pensamento científico sobre as questões do

posicionamento geoestratégico dos Açores e a importância de dar novas centralidades, ou melhor, potenciar o nosso posicionamento geográfico, que se, de facto, nos remete para a ultraperiferia da Europa e, portanto, e uma enorme distância dos continentes, mas isso pode ser potenciado e podem daí advir vantagens, independentemente e até talvez por isso mesmo, pelos avanços tecnológicos. E, portanto, daí podem advir vantagens.

E, portanto, sendo o assunto importante, a forma como o PSD o pretende abordar é que não me parece que seja a mais adequada, uma vez que lhe dá um aspeto tão generalista e abrangente que o tornaria completamente inútil.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É como o prémio da paz da China ao Fidel! Completamente inútil!

Deputado Luís Maurício (PSD): Seja humilde!

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: Não, é para permitir aos colegas...

Oh, Sra. Presidente, eu sou um homem generoso e, portanto, gosto de dar espaço aos colegas para poderem manifestar...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Dentro dos seus 10 minutos, é livre de fazer aquilo que entender, naturalmente.

O Orador: E, portanto,...

Não, não! Eu fui interrompido e preciso do tempo!

Presidente: Não, não, não! Não há descontos de tempo!

O Orador: Eu fui interrompido.

Eu não gosto é de... E, como sou um homem generoso, gosto de dar espaço aos colegas para que se possam exprimir.

Mas, e para concluir, dizer o seguinte. Há na região muito pensamento produzido sobre esta matéria. Pode até recomendar-se ao Governo Regional a publicação de atas de encontros já realizados onde se produziu reflexão sobre

estes assuntos. Agora, eu não vejo utilidade, pelos motivos que já aponteí, e mais, Sr. Deputado António Ventura, julgo que um estudo deste tipo, com os objetivos melhor definidos, deveria ser feito, não no âmbito do Governo Regional, mas no promovido pela própria Assembleia, até porque, dando razão a V. Ex.^a que os assuntos das relações internacionais são pouco discutidos nesta Câmara, e dando razão a V. Ex.^a nessa perspetiva, a verdade é que V. Ex.^a está a alimentar uma coisa que não quer, está a remeter para o Governo Regional o estudo. Então, porque não ser a Assembleia, por que não delimitar melhor o objeto de estudo ao invés de estar a dar ou de estar a remeter o estudo para a esfera do Governo Regional, do qual V. Ex.^a se queixa, e eu também, de que os assuntos da cooperação e das relações internacionais são aqui pouco discutidos, por responsabilidade do Governo e, eventualmente, também...

Deputado André Bradford (PS): Vocês têm capacidade interventiva!

O Orador: ... por alguma responsabilidade nossa.

Oh, Sr. Deputado! Com certeza, Sr. Deputado! Oh, Sr. Deputado, cá estou eu, que além de ser um homem generoso...

Deputado Francisco César (PS): E modesto!

O Orador: ... modesto, e reconheço as minhas fragilidades e a minha incapacidade, até porque sou um deputado.

Portanto, Sr. Deputado António Ventura, a questão é esta: reformule a proposta, que seja a Assembleia a promover o estudo e delimite o objeto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra agora.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Brevemente não conta!

O Orador: Muito rapidamente...

Deputado Luís Maurício (PSD): Rapidamente ainda menos!

O Orador: ... para, em primeiro lugar, fazer um ponto de situação do debate, uma espécie de tradução do que aqui se está a passar ao Sr. Deputado António Ventura.

Eu não sei se o Sr. Deputado percebeu, mas não é o PS que não gosta da sua proposta, porque a sua proposta é do PSD. É o PS, é o CDS, é o PCP e eventualmente alguns outros partidos que ainda não manifestaram a sua opinião, não gostam da proposta do PSD, não acham a proposta adequada, não percebem a utilidade daquilo que é proposto no ponto resolutivo.

Portanto, Sr. Deputado, não é má vontade do PS,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nós estamos rendidos ao PS!

O Orador: ... quanto muito seria má vontade de toda a gente aqui dentro, menos da iluminada bancada do PSD.

Portanto, o senhor se calhar não percebeu, mas tem o Parlamento todo contra a sua proposta. Isto é só para que o senhor se situe e não insista sempre na ideia de que o PS é que não quer que o senhor faça o seu estudo.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já procurei nos arquivos da Assembleia e não encontro uma intervenção sua!

O Orador: Por outro lado, em relação àquilo que eu fiz ou não fiz enquanto responsável por esta área, no Governo anterior, eu estive aqui, Sr. Deputado, quatro anos. Acho que não falhei uma sessão plenária que fosse.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Infelizmente!

O Orador: Não me lembro (posso estar a falhar) de uma vez que tenhamos tido, Sr. Deputado, eu e o Sr. Deputado António Ventura, um debate sobre qualquer questão relacionada com cooperação externa.

Portanto, o senhor tem capacidade de iniciativa, o senhor tem capacidade de fiscalização e julgamento do Governo. O senhor é Deputado desta Casa há

alguns anos, tinha essa prerrogativa e eu estive aqui sempre disponível para responder ao Sr. Deputado.

Portanto, se tinha alguma dúvida, se tinha alguma avaliação a fazer, tinha tido essa oportunidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E quem fez essa avaliação é que o mudou de bancada!

O Orador: O que eu fiz ou não fiz, foi aquilo que conduziu ou não conduziu aos acontecimentos posteriores, ou seja, em conjunto com o resto do Governo, à vitória do PS nas eleições seguintes.

Para terminar, Sr. Deputado, eu acho inacreditável que o Sr. Deputado tenha feito uma pausa quando falou em imagem e se tenha virado para a bancada do PS e do Governo com um sorriso irónico como quem diz “os senhores só se preocupam com a imagem”.

Olhe, há um partido nos Açores...

Deputado Luís Maurício (PSD): Qual é? Eu só conheço da Ribeira Grande para cima!

O Orador: ... que em plena época de dificuldade, em plena época de crise económica, financeira e social no país, quando ninguém faz, nenhum partido faz porque não pode, porque não tem meios e não está preocupado com isso,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Coitadinho! O PS não tem dinheiro! Estamos muito preocupados com isso!

O Orador: ... faz propaganda política do tipo de *outdoors*,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso só prova o vosso incómodo!

O Orador: ... que achou que esta era a altura ideal para gastar um dinheirão (eu não sei quanto foi, mas os senhores saberão me dizer) a mostrar em *outdoors* de Natal a cara do seu líder e do seu Presidente.

Portanto, esse partido, Sr. Deputado, é que só pensa em imagem, e esse partido é o senhor e todos os outros senhores que estão sentados à sua volta.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições. Vamos passar à votação.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, é para se inscrever?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Rogério Veiros (PS): O salvador do PSD!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu considero que esta matéria é da maior importância para os Açores.

A verdade é que nós estamos inseridos num país que eu considero que tem uma grande tradição do ponto de vista do aproveitamento geopolítico e geoestratégico das suas capacidades. É por isso que Portugal está aqui há 900 anos, com poucos recursos, sobrevivendo em condições e em contextos que outros, com muitos mais recursos do que nós, não sobreviveram.

Quando se olha para o mapa da Europa observa-se sempre uma sobrevivência secular naquele extremo ocidental da Europa, enquanto no resto da Europa e do mundo as alterações político territoriais e geoestratégicas são de enorme dimensão.

Portanto, eu acho que nós temos muito a aprender com aquele que tem sido o percurso nacional. Considero que Portugal é um país que dá cartas do ponto de vista do aproveitamento das suas capacidades geopolíticas e geoestratégicas.

Deputado José San-Bento (PS): E porquê?

O Orador: Porque a questão é esta: aproveitar as capacidades geopolíticas e geoestratégicas significa aproveitar o nosso potencial. Até pode não ser o melhor, o melhor no contexto regional e no contexto mundial, mas o que temos

que conseguir e o que Portugal conseguiu muitas vezes é que essa capacidade podia não ser a maior, mas o aproveitamento foi excelente. É essa a lição que penso que devemos retirar da história nacional.

Ora, eu considero que em relação aos Açores o nosso percurso do ponto de vista da geopolítica é, até agora, pouco transcendental.

Nós temos tido uma visão pequena do ponto de vista geopolítico e penso que não temos tido uma visão também muito estruturada.

Quando digo que penso que não temos, é com a responsabilidade do Governo, com certeza, mas também dos diversos agentes políticos.

Eu devo dizer que temos neste momento e neste contexto boas cartas em cima da mesa. Portugal tem uma área de 4 milhões de quilómetros quadrados de jurisdição no Atlântico. É uma área gigantesca que corresponde a metade da área continental dos Estados Unidos (é uma área gigantesca) e 66% desta área corresponde à jurisdição dos Açores.

Nós vemos nas revistas. Por exemplo no Express, há cerca de dois meses, a Ministra da Agricultura, Assunção Cristas, teve oportunidade de mostrar aos japoneses, e depois aos orientais na Coreia do Sul, o mar, o mar português.

Ora, esse mar português é em grande percentagem, uma percentagem muito significativa, o mar açoriano.

Deputada Zuraida Soares (BE): Quando é que o vão privatizar?

O Orador: Eu penso que neste momento ninguém ainda conseguiu transmitir à população açoriana quais são os verdadeiros vetores de desenvolvimento para o futuro, tentar quantificar, tentar realmente dar uma imagem nítida de que forma é que esse potencial pode ser aproveitado pela Região e que contributo claro terá para o futuro e para a prosperidade dos Açores e da população.

Considero também que devemos estar atentos e que devemos fazer uma análise, uma reflexão sobre o atual momento em que há vários elementos contraditórios. Por um lado, temos a tensão entre a Rússia e os Estados Unidos, que valoriza a

nossa posição geoestratégica, uma vez que nós temos até aviões militares russos perto da Flórida e da costa ocidental americana.

Portanto, temos neste momento uma situação nova de tensão no Atlântico e isto significa que há novas perspetivas do ponto de vista geopolítico.

Por outro lado, temos uma questão estruturante que é a perda da importância do Atlântico em relação ao Pacífico (isso é notório) e também uma menor dependência energética dos Estados Unidos, que aliás, em meados da década de 20, será autossuficiente, o que significa que não depende do mercado do Médio Oriente, e logo as necessidades geoestratégicas dos Estados Unidos não são tão evidentes num quadro em que não são tão dependentes do ponto de vista energético do Médio Oriente.

Portanto, temos aqui várias alterações significativas e temos que as pensar.

Por outro lado, a proposta do PSD refere algumas das áreas em que nós temos que verificar quais são as nossas potencialidades e depois colocá-las em cima da mesa de uma forma articulada.

O PPM nesta legislatura, e também na anterior, insistiu num campo que eu penso que é um campo inovador do ponto de vista da política externa dos Açores, que é sair das organizações meramente de carácter regional e ter uma participação ativa, por exemplo, em organizações que pertencem ao sistema das Nações Unidas.

Propus aqui que os Açores pudessem integrar a UNESCO como membro associado, em termos de identidade, de afirmação internacional, da entrada de mecanismos internacionais de afirmação geopolítica dos Açores, que é da maior importância, porque participar, integrar, embora como membro associado uma organização com a importância internacional que tem a UNESCO, obviamente isto significa um elemento de afirmação do ponto de vista geoestratégico, é evidente, e geopolítico.

Depois, considero também a mesma coisa em relação a outra proposta que aqui trouxemos, da Organização Mundial do Turismo...

Deputado Francisco César (PS): Onde isto já vai!

O Orador: ... novamente estar junto dos Estados, onde é possível do ponto de vista estatutário. Portanto, estar em elementos, estar em fóruns internacionais decisivos e participar.

Ora, até agora o Partido Socialista teve, em relação a estas questões, uma visão pequenina, uma visão provinciana em que pura e simplesmente se demitiu de entrar no novo patamar no âmbito das relações internacionais.

Deputado José San-Bento (PS): Provinciano é o senhor!

Deputado Rogério Veiros (PS): Provinciano não somos nós! O senhor está enganado!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Sra. Presidente, eu tenho estado aqui, do ponto de vista, sério, a dar aquela que é a minha opinião.

O que eu estou a dizer é que tivemos uma visão provinciana...

Deputado Rogério Veiros (PS): Chamou-nos provincianos!

O Orador: ... no sentido de que não é ambiciosa.

Eu considero que o Sr. Deputado San-Bento deve pedir imediatamente desculpa por estar a ofender-me do ponto de vista pessoal, com afirmações que são absolutamente inaceitáveis.

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Portanto, eu termino esta intervenção e aguardo as suas desculpas, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem razão!

Deputado Rogério Veiros (PS): Não tem que pedir desculpas!

Presidente: Sr. Deputado, vamos lá ter um bocadinho de calma e ponderação. Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Provinciano foi no sentido pejorativo!

A Oradora: O Sr. Deputado quer falar ou...

Presidente: Sra. Deputada, faça favor de fazer a sua intervenção.

A Oradora: Muito obrigada.

Einstein dizia que um banqueiro...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Deputado já anda há dias com papel de couve e... O senhor é um insolente!

Deputado Francisco César (PS): Olhe, na escola que o senhor andou já passei!

Presidente: Srs. Deputados, vamos terminar com estes apartes de bancada para bancada, de uma vez por todas.

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente.

Estava eu a dizer que Einstein dizia que “um banqueiro é alguém que nos empresta um chapéu-de-chuva quando faz sol, mas se apressa a pedi-lo de volta quando começa a chover”.

Mutatis mutandis, é exatamente isto que a administração norte-americana está a fazer com os Açores, com a ilha Terceira e em particular com o concelho da Praia da Vitória, porque, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, queiramos ou não – apesar deste projeto de resolução do PSD que no fundo questiona as mais-valias da posição geoestratégica dos Açores e a necessidade de a eliminar de forma objetiva e (até porque não?) criativa – daquilo que nós estamos a falar é da enorme ameaça que impende sobre a nossa região, do ponto de vista económico e social, se e quando a administração norte-americana levar até às últimas consequências o seu brutal desinvestimento no feudo que possui nos Açores e que se chama Base das Lajes, e possui a custo zero, praticamente. E porquê?

Porque a posição geoestratégica dos Açores sempre esteve ao serviço, e até há muito pouco tempo **só ao serviço**, da geopolítica dos Estados Unidos.

Tendo mudado a geopolítica, a nossa posição estratégica corre o risco de ficar condenada à irrelevância, que é como quem diz à sua não rentabilização sobre qualquer ponto de vista, em detrimento do nosso desenvolvimento e da nossa economia, ou então ao uso e abuso de outros senhores do mundo que entretanto possam aparecer.

Este projeto de resolução do PSD, não sendo a descoberta da pólvora, nem sequer o início de um debate necessário e urgente sobre as alternativas de fundo, alternativas ao feudo que referi anteriormente e que parece ameaçado de abandono, tem um sinal muito positivo mesmo que esse sinal seja involuntário, mesmo que não fosse esse o objetivo do PSD.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas é, Sra. Deputada!

Deputado Luís Maurício (PSD): Tenho aqui o despacho!

A Oradora: É que a partir de agora deixou de ser tabu na Região Autónoma dos Açores pensar a rentabilização social, económica e política da nossa posição geográfica, fora do arame farpado da Base das Lajes, fora da exploração militar, fora dos acordos bilaterais com os Estados Unidos, que de bilaterais apenas têm o nome.

Que a Universidade dos Açores possa ser chamada para esta reflexão conjunta, independentemente do respetivo departamento, parece-nos um bom ponto de partida, porque, Sras. e Srs. Deputados, qualquer coisa será melhor e mais digna do que esperar, pedir, esperar e pedir até não haver mais nada nem para esperar, nem para pedir.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Por isso, o Bloco de Esquerda votará favoravelmente...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

A Oradora: ... este projeto de resolução, até porque (e vou terminar, Sra. Presidente, se me permitirem) ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Encerrar a Base das Lajes é a proposta do Bloco de Esquerda!

A Oradora: Eu acho imensa piada que o Sr. Deputado fique tão ofendido e me chame sempre a atenção quando eu não o deixo falar e faça questão de fazer exatamente a mesma coisa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, incomoda!

A Oradora: Chama-se moral de padre!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, pronto! Ou moral de freira!

A Oradora: Posso continuar, Sra. Presidente?

... ou muito me engano, ou os açorianos e as açorianas pouco estarão importadas com este jogo de pingue-pongue entre o PS e o PSD.

O que lhes importa é que medidas vai o Governo Regional tomar para garantir (e esta Casa também, já agora, que medidas vai também esta Casa tomar) que o terramoto económico e social anunciado para a Praia da Vitória, para a Terceira e para a Região Autónoma dos Açores não os vai penalizar mais, não vai infernizar mais as suas vidas e não lhes vai aumentar as preocupações e diminuir os proventos.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu lamento esta atitude recorrente do Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, fiz um aparte!

O Orador: Devia ter tido a coragem de vir aqui pedir desculpa aqui, nesta sala, porque é evidente que os diversos partidos da oposição estão a transmitir aquilo que é a sua opinião, dando um contributo...

Deputado José San-Bento (PS): Claro!

O Orador: ... para a política externa dos Açores. É lamentável que o senhor profira afirmações que são ofensivas da dignidade dos outros deputados.

Deputado José San-Bento (PS): Não! O senhor é que fez!

O Orador: Esse ato fica consigo.

O que eu devo dizer, voltando a fazer aquela que é a minha análise ao serviço dos Açores, é que estas políticas de identidade são fundamentais, tenho-as apresentado aqui. Também tive oportunidade de apresentar uma outra política para um outro projeto no sentido de potenciar a nossa capacidade geopolítica, que foi como bem sabe, o Projeto da Euro Região,...

Deputado Francisco César (PS): Euro região!... Onde isto já vai!

O Orador: ... que criaria um grande quadro de potencial estratégico para os Açores, se nós liderássemos o projeto, que também aqui foi chumbado.

Portanto, considero que estas políticas podiam trazer as nossas relações externas para outro patamar de intervenção.

Penso que é isso que é essencial.

Termino a minha intervenção dizendo o seguinte:

No âmbito da política externa, se nós observarmos aquelas que são as experiências externas e de outros países com sucesso, é muito importante o consenso.

O consenso não significa que os diversos partidos não apresentem os seus projetos, mas é muito importante terem a capacidade de negociar e terem, neste caso, aquilo que vou chamar de patriotismo autonómico, no sentido de conseguirem consensualizar as suas posições, porque um governo, um órgão de

governo próprio que aparece com uma posição desintegrada, que é observada pelos outros, obviamente é menos forte.

Portanto, eu defendo isso. Na política externa é essencial, e penso que Portugal tem conseguido fazer esse caminho a nível da diplomacia portuguesa, e penso que nos Açores nós devemos replicar também essa tentativa de manter-nos unidos naquilo que é essencial e que conseguimos o consenso na política externa.

Aí é fundamental para a afirmação dos Açores, uns Açores mais fortes se tiverem uma voz única, com diversidade, mas que nos momentos essenciais se une, e penso que isso é um património que nós devemos manter para o futuro.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado António Ventura, tem a palavra. Tem cerca de três minutos, julgo eu.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos efetivamente centrar este debate.

Deputado Francisco César (PS): Ah!... Centrar!

O Orador: Nas decisões, o Partido Popular Monárquico e o Bloco de Esquerda votam a favor. O CDS julga que a questão é importante e é tão importante que pretende criar um instituto, um instituto para estudar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é para estudar! É para trabalhar! É diferente!

O Orador: O PCP acha que a questão é fundamental e, portanto, tinha que ser mais específica.

Bom, mas todos os partidos que aqui estão, estes partidos que acabei de referir, são consensuais, são lógicos consigo próprios. Agora, o partido das contradições é efetivamente o PS e o Governo Regional,...

Deputado Francisco César (PS): Ai, a obsessão!

O Orador: ... porque aquilo que já disseram e até apoiaram, é contraditório com o que estão a fazer aqui. Por exemplo, se agora o âmbito da ação do objeto é genérico, então não era genérico quando apoiaram financeiramente o estudo sobre os Açores, a geopolítica do Atlântico?

Deputado José San-Bento (PS): Não é um estudo! É um livro!

O Orador: Não havia generalidade aqui também?

Só há uma conclusão: a ânsia de chumbar as iniciativas do PSD é de tal maneira que até se atropelam a si próprios, se atropelam naquilo que dizem e naquilo que fazem, meus senhores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Félix Rodrigues.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado Berto Messias, e a sua área de relações internacionais?

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Ventura, a ver se nos entendemos:

Já estivemos presentes num fórum e debatemos a diferença de opiniões relativamente ao *modus operandi* para valorizar a geoestratégia dos Açores.

Perante este facto, achamos que a geoestratégia dos Açores necessita de uma coisa que se chama geopolítica.

Ora, o que nós – e não somos incoerentes – defendemos e vamos criar, vamos propor para criar, é um Projeto de Decreto Legislativo Regional e que não pode

ser mal pensado, por isso estamos a trabalhar nele há meses, com cuidado, para que possa responder efetivamente às suas necessidades.

Ou seja, como os conceitos de geopolítica e geoestratégia são coisas de facto difíceis de enquadrar, não podem ser ditas de ânimo leve, porque elas têm significados muito vastos, necessitamos de tempo para apresentar uma proposta muito concreta. É isso que nos diferencia.

Comecei por dizer que concordamos com o preâmbulo da sua iniciativa. A questão é que não concordamos com o ponto resolutivo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Novamente, muito rapidamente.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado António Ventura, o senhor já referiu aí duas vezes que no passado, em 2009, julgo eu, o Governo teria dado um apoio a um estudo da Universidade e agora não queria dar numa atitude completamente contraditória, etc..

O senhor deve ter o *Google* aí no seu computador. Se for procurar esse título, vai chegar à conclusão que se trata de um livro do Professor Luís Andrade, que é Professor da Universidade dos Açores, e que foi apoiado na sua edição.

Portanto, não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Deputado Berto Messias (PS): Ah!...

Deputado António Ventura (PSD): Está aqui!

Deputado Luís Garcia (PSD): Não era genérico!

O Orador: O que aconteceu foi isso. Havia uma proposta, um projeto. Trata-se de um livro e foi apoiado na sua edição.

Se quiser continuar a dizer, pode continuar a dizer. Estou só a explicar-lhe que estamos a falar é disso.

Em segundo lugar, e voltando a recentrar o debate, eu há pouco enganei-me de facto, embora não me tenha atrevido a fazer uma previsão de qual seria o sentido de voto dos partidos que ainda não tinham falado. Tive o cuidado de dizer que ainda faltavam dois partidos falar.

Mas a questão não é só de sentido de votos. A questão é do que é que nós estamos a falar há cerca de uma hora e meia. É que vem o Bloco de Esquerda e fala da Base das Lajes; vem o PPM e fala da UNESCO, da Euro Região, das seleções e da projeção externa da Região;...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Do mar!

O Orador: ... vem o PCP e fala de outra abordagem possível da vossa proposta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda não percebemos é a sua abordagem!

Deputado Luís Garcia (PSD): E a sua abordagem qual é?

O Orador: Portanto, o problema está na vossa proposta. É por causa da vossa proposta que cada um de nós está a falar de uma coisa completamente diferente, porque ela não é clara, não é concreta, não é exequível e não é útil.

O Sr. Deputado não se convence que ela não é útil. Esse estudo que o senhor quer fazer é uma perda de dinheiro, não serve para nada.

Portanto, havendo aqui boa vontade das várias bancadas parlamentares para se encontrar uma solução que permita tornar esta intenção em algo de útil para a região, para esta Casa e para o Governo Regional, eu acho que o PSD devia, na minha modesta opinião, reconsiderar esta sua proposta, retirá-la e procurar então (procurarmos todos!) chegar a um consenso de qual o instrumento ideal para se poder dar corpo a essa nossa preocupação coletiva.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é trabalho de comissão! Não é aqui!

Opiniões é trabalho de comissão!

Deputado José San-Bento (PS): Retirem essa proposta e baixem à Comissão!

O Orador: Todos nós achamos que esta área é essencial. Vamos então encontrar uma maneira de pôr em prática essa nossa preocupação tirando partido e tornando esta intenção útil. Isto é muito simples de fazer.

Sr. Deputado, fica o desafio: retire, repense, fale com as bancadas parlamentares e este assunto voltará de maneira a que todos possamos concordar nesta matéria.

Muito obrigado.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Subsecretário Regional, tem agora a palavra.

(*) Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas (Rodrigo Oliveira): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De um modo muito breve também, resumindo um pouco o ponto de vista do Governo em relação a este debate, não podemos aceitar a tentativa de dizer que o Governo esteve aqui numa postura de não aceitação de qualquer proposta, ou de qualquer questão, ou de consideração sobre esta matéria.

Deputado António Ventura (PSD): Não percebi!

O Orador: Eu comecei por referir exatamente que atrevia-me a considerar que todos nesta Casa estariam de acordo em relação aos pressupostos essenciais que estão na resolução, que estão na sua intervenção, sobre a importância das relações externas, da projeção geoestratégica.

Referi que o Governo estava, como sempre está, e ainda mais nestas áreas, disposto a um trabalho conjunto, a um trabalho, de associação com esta Casa, de informação, um trabalho nestas perspetivas.

Ora, o que está aqui em causa, o que foi centrado, e para recentrar este debate, é uma proposta de resolução que solicita ao Governo, ou recomenda, a elaboração de um estudo que, na nossa perspetiva, é demasiado genérico, é demasiado vago, para que uma entidade, seja a Universidade dos Açores, fosse qualquer outra, pudesse, com objetividade, com critério, proceder ao seu estudo.

Esta é uma posição que foi transversal nesta Assembleia.

Por isso não é, nem colhe o argumento de que por se tratar de uma proposta do PSD tem oposição, por exemplo, do Governo.

O Governo está, como disse, disposto a fazer os estudos que forem entendidos por esta Casa, como já ocorreu, por exemplo, em relação ao projeto de resolução para um estudo para as potencialidades da Base das Lajes que está a decorrer.

Este estudo foi aprovado por unanimidade e foi proposto pelo PSD.

Portanto, Sr. Deputado, não querendo acalorar o debate e para resumir esta que é a posição do Governo, o Governo naturalmente, como sempre nessas áreas das relações externas, está disposto a dialogar, a receber contributos, a trabalhar, mas vamos trabalhar em áreas específicas.

Vamos trabalhar sobre a Base das Lajes, sobre a área da Macaronésia, vamos trabalhar sobre as relações com a Europa. Vamos, com áreas específicas.

A generalidade de um estudo que abrange tudo e ao mesmo tempo não abrange nada, não é na nossa perspetiva a via correta e tão simplesmente isso.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Subsecretário.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação.

Deputado André Bradford (PS): E o PSD não tem nada a dizer?

Deputado António Ventura (PSD): Já não temos tempo!

Presidente: As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Deputado Francisco César (PS): Esta aliança do Bloco de Esquerda é que é uma coisa muito estranha!

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Vamos avançar na nossa Agenda. O ponto 11 refere-se à apresentação...

O Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, a razão da minha interpelação era pedir a V. Exa. se efetivamente deu entrada na Mesa os dados indicadores de educação que a Sra. Deputada Catarina Furtado aqui anunciou na terça-feira e, em caso afirmativo, se é possível nós dispormos de uma cópia desses mesmos elementos.

Presidente: Sim, já deu entrada. Recebi por *email*. Mande para os serviços para dar entrada e está para despacho, mas se há urgência posso pedir aos serviços para virem distribuir. É o que farei então, Sr. Deputado.

Vamos então avançar na nossa Agenda: **apresentação do relatório sobre a “Situação atual e perspetiva futura sobre as cooperativas de laticínios dos Açores”**. É o ponto 11 da nossa Agenda.

Esta matéria está regulada no Regimento pelo artigo 104.º e a Conferência de Líderes deliberou que após a apresentação do relatório cada grupo e representação parlamentar, assim como o Governo Regional, dispõem de cinco minutos, a usar de uma só vez, para intervir sobre esta matéria.

Para apresentação do relatório, tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila, relator da Comissão de Economia... A Sra. Deputada Marta Couto, peço desculpa, relatora do Grupo de Trabalho e não da Comissão de Economia.

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relatório sobre a “Situação atual e perspetiva futura sobre as cooperativas de laticínios dos Açores”

Foi dirigida à Comissão de Economia, a 25 de fevereiro de 2013, uma proposta da autoria do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata recomendando a elaboração de um Relatório sobre a situação atual e perspetivas futuras das cooperativas de laticínios dos Açores, que se debruçasse em especial sobre os constrangimentos económicos e financeiros que o setor atravessa, no seguimento da qual foi constituído um Grupo de Trabalho para o efeito.

COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

O Grupo de Trabalho é constituído pelos Deputados:

- José Ávila - PS - Coordenador
- Marta Couto - PS - Relatora
- Duarte Moreira - PS
- Rogério Veiros - PS
- António Marinho – PSD (substituído pelo Deputado Bruno Belo - PSD)

- Renato Cordeiro - PSD
- Graça Silveira – CDS-PP (substituída pelo Deputado Félix Rodrigues - CDS-PP)
- Zuraida Soares - BE (substituída pelo Deputado Paulo Mendes – BE)

3. AUDIÇÕES REALIZADAS

Reuniu o Grupo de Trabalho com as seguintes cooperativas nas respetivas datas:

- Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial - 29 de novembro de 2013;
- Unileite - União das Cooperativas Agrícolas de Lacticínios e de Produtores de Leite da Ilha de São Miguel – 27 de fevereiro de 2014
- UNICOL – União das Cooperativas de Lacticínios Terceirense (unidade da Ilha Graciosa) – 16 de abril de 2014
- UNICOL – União das Cooperativas de Lacticínios Terceirense (unidade da Ilha Terceira) – 17 de abril de 2014
- LACTICORVO – Lacticínios do Corvo, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade, Lda. – 23 de abril de 2014
- Cooperativa Ocidental CRL – 24 de abril de 2014
- Cooperativa Agrícola de Lacticínios dos Lourais, CRL – 28 de abril de 2014
- Finisterra – Cooperativa de Lacticínios do Topo, CRL – 28 de abril de 2014
- Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Norte Pequeno – 29 de abril de 2014
- Cooperativa de Leitaria da Beira – 29 de abril de 2014
- União de Cooperativas Agrícolas de Lacticínios de São Jorge, UCRL – UNIQUEIJO – 29 de abril de 2014
- LactoPico – Cooperativa de Lacticínios da Ilha do Pico, CRL – 30 de abril de 2014

No dia 15 de maio de 2014 o Grupo de Trabalho procedeu à audição do Secretário Regional dos Recursos Naturais que tutela a Agricultura.

CONCLUSÕES e recomendações

O Setor Cooperativo Agrícola nos Açores assume uma função económica e social da maior relevância, desempenhando-a num espírito de desenvolvimento económico e sustentável que se pretende contribuir para um maior e melhor crescimento da Região, aos seus mais diversos níveis.

As empresas cooperativas são fundamentais de modo que, pela sua dimensão e características, não interessam aos grandes grupos económicos ou a sociedades, permitindo e garantindo assim a existência de atividade económica, cujo fim em si mesmo não é o lucro.

Na esperança de contribuir para uma melhor compreensão de um setor que tem vindo a atravessar algumas dificuldades, decorrentes de uma diversidade de fatores, foi elaborado o presente Relatório, onde se pretende espelhar as atuais condições em que se movem as Cooperativas Agrícolas na Região, muito em particular as da fileira do leite, as suas expectativas, a sua visão sobre o presente e o futuro e as possíveis soluções para melhor desenvolver um setor que, claramente, é estratégico e vital para a Economia dos Açores.

O forte aumento da produção de leite verificado a partir de 1999 e 2000, quando se atingiu pela primeira vez a fasquia dos 500 milhões de litros de leite produzidos num só ano, foi uma natural consequência do incremento da mecanização agrícola e do aumento da superfície agrícola útil verificados no final dos anos noventa. A melhoria genética introduzida nas manadas e o rejuvenescimento aliado à formação desta classe profissional foram também decisivos para o crescimento e consolidação do setor do leite na Região

Autónoma dos Açores que, nesta altura, já representa cerca de 33% da produção nacional.

Deste modo, após as audições realizadas às Cooperativas de lacticínios da Região e da análise dos seus Relatórios e Contas, foram suscitadas algumas questões que, ora comuns, ora específicas, se afiguram relevantes para que sejam expostas a título de conclusão, de modo a que a partir delas se possam inferir estratégias e orientações para que este setor possa prosperar e dar à Região as mais-valias que acreditamos serem viáveis e possíveis.

Na decorrência das diversas reuniões, concluiu-se que, a nível financeiro, na Região Autónoma dos Açores existem duas realidades no âmbito das cooperativas agrícolas que se dedicam à fileira do leite: as que, fruto de uma gestão e especialização produtiva se encontram em boa situação financeira, com um nível de endividamento sustentável e rentabilidade compatível com os desafios prementes que o mercado de lacticínios atualmente coloca, tais como as cooperativas Finisterra e Unileite. Outras apresentam-se com uma situação financeira difícil, decorrente de uma diversidade de fatores, entre os quais se contam a má negociação de financiamentos ao investimento em infraestruturas e também erros ao nível da gestão produtiva fabril que retiraram rentabilidade à produção. Como fator de influência negativa na situação financeira de algumas cooperativas é também a inexistência de produtos de elevado valor acrescentado que sejam compatíveis com as características esperadas de um produto identificado com a Marca Açores, situação que levou a que as fábricas ficassem exclusivamente dependentes dos produtos indiferenciados tipo “marca branca” que, apesar de se afigurarem necessários, não apresentam rentabilidade necessária para a viabilização das unidades.

A falta de matéria-prima foi igualmente uma preocupação demonstrada por um elevado número de Cooperativas. A indisponibilidade dos produtores (por não se dedicarem exclusivamente à atividade agrícola), os condicionalismos de

ordem física (as longas distâncias que têm que percorrer para a entrega da matéria-prima) ou ainda a falta de incentivo que sentem pelo facto de considerarem que o preço do leite não é justo o suficiente, foram fatores que foram indicados como contribuintes para um decréscimo da produção em função da baixa quantidade de leite entregue nas fábricas.

Não obstante, é afirmação comum que o produto do Açores é uma mais-valia para o desenvolvimento da Região e que é essencial que seja incentivada a sua produção e comercialização nos mercados estrangeiros, numa perspetiva de valorização contínua através de publicitação e marketing dos nossos produtos lácteos nesses mercados, através de uma estratégia concertada entre os diversos intervenientes, produção-transformação e comercialização.

Os elevados custos energéticos inerentes ao processo de fabrico foram outro fator de preocupação demonstrado quase unanimemente. As cooperativas têm, invariavelmente, desenvolvido esforços e metodologias para a redução desses montantes mensais, sendo cada vez mais relevante o recurso a energias alternativas para que tal aconteça, estratégia que barra na falta de tesouraria para a sua plena implementação.

O setor não referiu problemas no que respeita à produção e comercialização de queijo pasteurizado, sendo este um produto de rápida produção, de imediata colocação no mercado e que apresenta retornos automáticos às cooperativas por ser um produto que, invariavelmente, é escoado para as grandes superfícies comerciais. Não obstante este fácil escoamento do produto, não há a correspondente valorização como produto dos Açores, já que, inserido na estratégia das chamadas “marcas brancas”, perde individualidade, consequentemente situando-se numa tabela de preços baixos, que não diferenciam o produto oriundo da Região. Deste modo, por diversas cooperativas foi indicado que a colocação da Marca “Açores” nas embalagens de marcas brancas desvaloriza o que é produzido nos Açores e que, não

obstante a disponibilidade de produtos açorianos nas marcas das grandes superfícies ser um mecanismo de supra importância para a sobrevivência do setor, é essencial que tal não seja associado diretamente com a Marca Açores.

No que respeita ao Queijo São Jorge, apesar de ter sido apontado por todas as cooperativas que o produzem que o processo que conduz à certificação é extremamente exigente, transformando este tipo de queijo num produto que demora a trazer retorno para essas mesmas cooperativas, indicam que deve ser continuamente valorizado porque é uma mais-valia para o desenvolvimento económico da Região, sendo mesmo um dos produtos âncora dos lacticínios dos Açores. É imperativo rever e incrementar as possibilidades de exportação deste produto, especialmente para o mercado da América do Norte, tendo sido este Grupo de Trabalho informado que existem produtores que fabricam queijo e identificam-no como São Jorge, não o sendo. Torna-se necessário que, a ser real, seja esta situação acautelada e que se certifique que o único Queijo São Jorge à venda no mercado é aquele que é fabricado em São Jorge. Neste domínio, o papel do Governo Regional torna-se preponderante no apoio e proteção aos produtores da Região nas relações comerciais bilaterais, na assistência na promoção do seu produto, que serve os interesses do nosso desenvolvimento e posicionamento nos mercados comerciais externos.

Foi referido por diversas cooperativas que a existência de três fábricas de laboração de leite na Ilha de São Jorge tem sido adequada à quantidade de matéria-prima existente. No entanto, afigura-se necessário o repensar do sistema de distribuição do leite entre as unidades fabris existentes, de modo a assegurar a subsistência de todas elas.

A solucionar-se o problema da falta de matéria-prima, acredita-se que, em concomitância com a aposta na qualidade do produto e uma correta e articulada rede de comercialização, que a adequação da dimensão das unidades fabris será alcançada.

Opinião praticamente unânime de todas as cooperativas que foram ouvidas no processo de compleição deste Relatório, reporta-se à necessidade de uma gestão profissionalizada em todos os aspetos da vida de uma Cooperativa. A existência de técnicos qualificados, não só a nível da gestão financeira e administrativa, mas também ao próprio nível da produção afigura-se essencial para o sucesso de qualquer Cooperativa. Foi admitido em diversas cooperativas que muitos dos problemas hoje existentes naquelas unidades derivam, efetivamente, de uma falta de gestores qualificados para o efeito e que, na realidade, é inadmissível a contínua injeção de fundos governamentais para resolver os problemas de liquidez, sem uma adequada gestão técnico-financeira. Afigura-se essencial compreender as fragilidades de cada uma das cooperativas e orientá-las no sentido de uma melhor organização e gestão e conseqüente melhoria do produto e incremento do negócio.

No que respeita aos fundos comunitários, revelaram-se, na opinião de algumas cooperativas, um recurso de suma importância, especialmente no que respeita ao desenvolvimento de projetos direcionados para a redução dos custos energéticos anteriormente referidos.

No âmbito das opiniões atinentes ao cenário pós cotas leiteiras, as opiniões divergiram. Enquanto alguns responsáveis de cooperativas com mais produção e menos problemas a nível da matéria-prima consideraram que o fim das cotas leiteiras pode até ser positivo, as cooperativas com maiores fragilidades apresentaram preocupações com o seu posicionamento no mercado.

No que respeita ao atual procedimento de análises ao leite, foi unânime a opinião de que é necessária uma reformulação da metodologia existente, em particular ao que à notificação diz respeito, por se considerar que o praticado atualmente não é adequado.

Deste modo, no enquadramento supra referido, afiguram-se as seguintes recomendações:

- 1) É aconselhável uma promoção da imagem das cooperativas, enquanto empresas que se baseiam em importantes valores éticos, tais como a autoajuda, a democracia, a equidade, a solidariedade e que contribuem para uma maior coesão económica, social e territorial na Região Autónoma dos Açores;
- 2) É importante manter-se a extensão rural nos Açores, de forma assegurar-se a sustentabilidade do setor cooperativo nos Açores, bem como identificar e divulgar estratégias de sucesso para as cooperativas de lacticínios dos Açores, que possam ser partilhadas e prosseguidas por todas as outras cooperativas;
- 3) Afiguram-se necessárias iniciativas governamentais de sensibilização para a produção, para a melhor coordenação do processo produtivo, no âmbito da formação e acompanhamento técnico permanente dos produtores, com particular incidência em ilhas mais pequenas e com maiores problemas em termos de quantidade de leite produzido, de modo a melhor orientá-las no contexto geral em que se movem, sendo particularmente relevante a continuação da prestação de assessoria às cooperativas que até hoje tem sido desempenhada pela Comissão Técnica;
- 4) As cooperativas devem ter serviços de gestão profissional, quer ao nível da gestão financeira, de produção e comercialização;
- 5) Deve fazer-se depender eventuais apoios futuros, no âmbito dos programas comunitários e Regionais, à existência de serviços de gestão profissional;
- 6) Devem ser promovidas políticas públicas que visem a concertação de estratégias comerciais por parte das cooperativas dando assim, a estas, maior eficácia no marketing dos seus produtos e aumentando o seu poder negocial face às exigências dos mercados;
- 7) A Marca Açores não deve ser utilizada nos produtos de “marca branca”;

- 8) As cooperativas devem ter como prioridade a utilização dos novos sistemas de incentivos no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio, no sentido da diminuição dos seus custos energéticos;
- 9) As cooperativas devem ter como prioridade a utilização dos novos sistemas de incentivos no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio, no sentido da diminuição dos seus custos de transportes;
- 10) Deve ser incentivada a diversificação e especialização das unidades industriais de algumas cooperativas, em particular a das ilhas mais pequenas e de menor produção;
- 11) Deve ser incentivada a procura e a entrada em novos mercados, fora dos mercados tradicionais.

A Relatora do Grupo de Trabalho: *Marta Couto*

O presente relatório foi aprovado no Grupo de Trabalho, a 16 de julho de 2014, por unanimidade, encontrando-se em condições de ser remetido à Comissão de Economia para votação.

O Coordenador do Grupo de Trabalho: *José Ávila*

O presente relatório foi aprovado na Comissão de Economia, no dia 16 de julho de 2014, com os votos a favor do PS, CDS-PP e BE e as abstenções do PSD.

Em anexo declaração de voto do PSD.

O Presidente da Comissão: *Francisco Vale César*

(A versão completa do presente relatório encontra-se no link http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI6621.pdf)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada Marta Couto.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Renato Cordeiro, tem a palavra.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Olhar para o setor dos laticínios e das suas cooperativas, é ter consciência e sensibilidade que em cada ilha temos uma realidade.

De uma forma resumida, depois de consultar todas as cooperativas, os problemas apresentados foram as elevadas responsabilidades bancárias, a falta de matéria-prima, o elevado custo energético e a falta de um plano estratégico perante o fim do regime de cotas leiteiras.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nas ilhas como a do Pico, as Flores, Faial e S. Jorge, o sobredimensionamento das indústrias, mostram bem esta falta de sensibilidade, algo que é da inteira responsabilidade do Partido Socialista que sustentou os governos que aprovaram e incentivam estes projetos. Um passado caracterizado por um planeamento megalómano quase sempre resolvido com “dinheiro sobre o assunto”, onde se “varreu o mal para debaixo do tapete”, o que agora de acordo com o secretário em vigor, cito, “não está disponível para pagar dívidas de cooperativas que decorressem de atos de gestão das mesmas”.

Com esta má gestão estratégica, criou-se um ciclo difícil de quebrar para qualquer governante ou secretário que se siga.

O sobredimensionamento e o elevado custo energético obrigou a dívidas bancárias, com este sufoco financeiro há atrasos aos fornecedores e produtores. Resultado de um preço baixo por litro de leite, diminuem a produção, chegando mesmo ao seu abandono diminuindo o fornecimento de matéria-prima para a indústria, reduzindo a sua rentabilidade.

A LACTOPICO é bem este exemplo, onde se incentivou e validou um projeto de uma estrutura gigantesca, preparada para produzir queijos de baixo valor acrescentado, empregando em época de campanha 40 pessoas, quando na realidade só poderia ter metade, realizando depois despedimentos. Brincou-se com a vida dos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Falta de conhecimento de cada realidade, quando se investe em algumas ilhas na aquisição de animais de genética leiteira, e ao mesmo tempo se atribui direitos de vacas aleitantes, criando duas vias que em vez de se complementarem, se dividem. As pessoas também são responsáveis pelos seus atos, mas é o reflexo da falta de extensão rural que existe nas nossas ilhas, trabalho este que é reclamado por todas as cooperativas, esperando os nossos produtores que este serviço fosse prestado por igual em todas as ilhas pelos serviços oficiais.

Ouvi recentemente que S. Jorge tem tudo, bons produtores, bons animais, a marca mais forte dos Açores, mas Sras. e Srs. Deputados, os produtores não têm um preço do leite digno que lhes forneça o devido rendimento às suas famílias e só agora com a conclusão deste relatório, é que o Governo Regional conclui o que já deveria ter concluído: quem deve produzir são os lavradores, quem deve laborar são os técnicos industriais e gerir os gestores.

Deputado José Andrade (PSD): Muito bem!

O Orador: Peca por ser tarde.

Numa época em que se defende uma indústria sustentável com o meio ambiente, onde a Universidade dos Açores teve sempre um papel fundamental, faltam estratégias de redução de custos energéticos a cada uma destas cooperativas, criando assim na área do aproveitamento de biomassa postos de trabalho.

Falta informação dos mercados onde se exportam os nossos produtos lácteos, assim como a possibilidade de alcançar outros locais, onde os apoios ao transporte terão de ser adequados à nova realidade do novo regime, assim como às normas do novo Quadro Comunitário.

A “Marca Açores”, mais que uma mais-valia na diferenciação dos produtos de marca branca, deveria ser uma condição imposta nas grandes superfícies de distribuição como uma salvaguarda do que é nosso. Mas para isso, o processo

de certificação já teria de ter passado do papel e ser uma ferramenta de promoção e não mais uma promessa adiada.

Ou seja, a lavoura progrediu e o Governo fez com que ela chegasse a este momento e regresse.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP valoriza o esforço do Grupo de Trabalho da Comissão de Economia que apresenta este relatório e que coligiu e nos traz aqui dados de grande utilidade e importância.

No entanto, por opção própria ou por outro tipo de dificuldades, acabou, na nossa opinião, por se passar quase completamente ao lado daquilo que é um dos problemas de fundo de todo o setor: a formação do preço, do produtor ao consumidor final, e como se distribui o valor ao longo da cadeia. Sobretudo por isso acabou por revelar-se um documento, em nossa opinião, algo decepcionante por ter o seu alcance limitado, o que lamentamos.

Em relação ao preço pago aos produtores, apenas se obtiveram dados de três das onze cooperativas, sem que isso esteja justificado.

Esta lacuna acaba por impedir que se veja neste relatório uma realidade bem conhecida em várias ilhas e em vários momentos, que é o preço político do leite pago aos produtores, sob incentivo ou gestão direta dos quadros ligados ao

partido do Governo em antecipação de atos eleitorais ou apenas para silenciar descontentamento dos agricultores. Aliás, o Deputado Renato Cordeiro acabou por também referenciar este aspeto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Em nome desse preço político foram tomadas decisões insustentáveis que prejudicaram seriamente...

Deputado Francisco César (PS): Mas eu não ouvi na Comissão referir isso!

O Orador: ... a situação financeira de algumas cooperativas.

Em relação à formação do preço final e à distribuição do valor, o relatório da Comissão nada analisa, o que na nossa opinião é lamentável.

Deputado Francisco César (PS): E por que é que o senhor não disse nada?

O Orador: E lamento porque valia a pena discutir as estratégias de comercialização e as condicionantes financeiras, nomeadamente bancárias e de tesouraria, para onde empurraram as cooperativas para privilegiarem o escoamento rápido através das grandes superfícies nacionais com óbvias e conhecidas perdas de valor, o que se compreende, porque poderia causar algum mau estar no PS, mas também no PSD, porque foram estes os partidos que na Europa, em Portugal e nos Açores defenderam um modelo...

Deputado Francisco César (PS): PS e PSD na Europa! Isto dá para tudo!

O Orador: ... de desregulação quase completo do mercado de produtos agrícolas.

Falamos, ou falo, do fim das cotas leiteiras (é verdade!) mas também da limitação das possibilidades de intervenção do Estado na formação de contratos e preços para poder proteger os pequenos produtores e as pequenas cooperativas.

Hoje não podemos legalmente interferir nesse mercado e nesses preços; não podemos proteger os agricultores açorianos porque o PS e o PSD nos

impuseram este modelo de liberalismo selvagem e quase inteiramente desregular.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: E sem que se altere este quadro de relações comerciais não haverá qualquer solução para o setor leiteiro. Apenas paliativos, mais ou menos eficazes, porque quem tem o poder do mercado não vai deixar de pressionar os preços para os baixar. Esta é a questão de fundo que temos de abordar, se queremos dar sustentabilidade e equilíbrio à nossa agroindústria.

Por isso, a recomendação n.º 6, sem dúvida muito bonita e bem alinhada, não passa de uma bela intenção ou de um ligeiro paliativo sem grande consequência no desequilíbrio da cadeia de valor.

Este é também um problema fundamental que está na origem da questão da falta de produtores e da redução do leite produzido.

Sem uma revalorização do leite na produção não há incentivo nem vantagem para a entrada de novos produtores, nem para os existentes ampliarem as suas produções.

Para além disso, poderia valer a pena avaliar, com rigor, os efeitos que os incentivos à diversificação das atividades agropecuárias, nomeadamente à produção de carne, possam estar a ter sobre o setor leiteiro, em particular se estão a servir para o abandono ou redução da produção de leite na nossa região.

Por outro lado, o relatório tenta passar em claro as responsabilidades diretas do Governo Regional quando se afirma nas conclusões que existem cooperativas que fizeram uma má negociação de financiamentos ao investimento em infraestruturas. Estamos a falar de responsabilidades e participação direta do Governo Regional em negócios ruinosos, pois não se construíram infraestruturas sem a participação, sem o estímulo e sem o aval do Governo Regional.

Portanto, o Governo Regional tem aqui essa responsabilidade que o relatório pretende deixar passar em claro.

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

Igualmente quando nas recomendações 8 e 9 se diz que “as cooperativas devem ter como prioridade a utilização dos novos sistemas de incentivos...”, achamos que deveria ser igualmente o seu inverso, ou seja, que os novos incentivos deveriam ter como prioridade o apoio às cooperativas ou pelo menos majorações substanciais nos apoios a que têm direito.

Quanto aos custos energéticos que todas as cooperativas...

Presidente: Tem que terminar.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente. Eu sei que o Partido Socialista tem alguma dificuldade em...

Deputado Miguel Costa (PS): Em o ouvir!

O Orador: ... ouvir estas coisas, mas a verdade tem que ser dita.

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado, eu espero que...

O Orador: Quanto aos custos energéticos que todas as cooperativas apontam como um dos seus maiores centros de custo, há a apontar a continuada recusa do PS e do PSD em reduzi-lo também para as cooperativas agrícolas. Os custos são estes porque o PS com D, ou o PS sem D, assim o impuseram, são por isso os responsáveis.

Eu tinha mais algumas considerações a fazer sobre esta questão, Sra. Presidente, mas vou terminar, porque já me deu uma margem de tempo para além...

Presidente: Bastante mais, Sr. Deputado.

O Orador: Eu agradeço. E eu vou terminar.

Presidente: Os 5 minutos são para todos.

O Orador: Com certeza, Sra. Presidente e cá estou eu abdicando ainda de mais algumas críticas.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem agora a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quanto ao relatório sobre a situação atual e perspetiva futura sobre as cooperativas de laticínios dos Açores, ao Bloco de Esquerda importa dizer o seguinte:

A Comissão Permanente de Economia realizou um trabalho importante na radiografia deste setor.

Este trabalho exaustivo, que é hoje patente neste relatório, é um excelente instrumento para a partir do diagnóstico sério que exhibe se tomarem as medidas subsequentes para a melhoria da capacidade do setor e da sua rentabilidade.

Acompanhámos de perto as recomendações que o relatório faz, quer no sentido da racionalização da produção, quer na preocupação da diferenciação pela qualidade dos produtos deste setor, numa lógica comercial, quer na preocupação da contínua formação dos agentes do setor, quer na maior rentabilidade dos fundos colocados à disposição deste setor.

Como já assumimos na votação favorável do relatório, o nosso acordo com as recomendações do mesmo é total.

Contudo, este setor está ameaçado não tanto por fatores endógenos, embora também existam, mas sobretudo por fatores exógenos e estou a falar exatamente do fim das cotas leiteiras.

Neste momento, estamos perante as consequências do embargo da União Europeia à Rússia, pequeno percalço comparado com a liberalização do setor do leite na Europa.

O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente, em declarações recentes, assumiu que as medidas do POSEI, que foi uma boa conquista para os Açores, serão suficientes para enquadrar o embate do fim das cotas.

Contudo, foi desde logo desmentido por dirigentes do setor e basta ouvir os Deputados Europeus dos Açores, quer do PS, quer do PSD, para inquietar-nos profundamente com a situação futura (futura, que é já amanhã!).

Se acrescentarmos a tudo isto as declarações de responsáveis políticos, quer da Polónia, quer da Bélgica, quer da Holanda, entre outros, que assumem o incremento da produção leiteira a níveis bastantes mais elevados, é de facto razão acrescida para nos preocuparmos.

É facto que no passado recente o Governo da República não defendeu bem este setor a nível nacional e, por consequência, ao nível regional.

As declarações da Sra. Ministra da Agricultura não passaram de *show-off* político para consumo interno e em particular para consumo regional, porque quando foi a “prova de vida”, alinhou com os interesses das grandes potências do setor contra o seu país e particularmente contra a nossa região, aliás, na esteira de Sevinate Pinto, que vendeu as cotas há anos, quando era Ministro do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

Deputado Berto Messias (PS): É verdade! Sevinate Pinto! Mas eu tenho saudades de o ouvir falar!

Deputado António Ventura (PSD): O que é que ele fez?

A Oradora: O assunto é sério de mais para ser tratado com ligeireza, otimismo infundado e empurrado com a barriga.

Medidas específicas são uma exigência crucial para defender o principal setor económico da nossa região.

Achamos necessário, hoje, unimo-nos em defesa dos Açores nesta vertente e para isso podem contar com o Bloco de Esquerda.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista considera que o movimento cooperativo, de uma forma geral, é de vital importância para a Região Autónoma dos Açores, mas as cooperativas de laticínios, de um modo mais particular, são fundamentais nesta fileira, pelo impacto na economia dos Açores, quer pela via do emprego direto e indireto que suporta, quer pelas mais-valias económicas que gera.

De um total de 104 cooperativas existentes na Região, o sector de laticínios conta com 10 (9,6%).

Em 1992 as ilhas dos Açores produziam 306 milhões de litros de leite enquanto em 2013 essa produção já ultrapassava os 536 milhões de litros, representando um crescimento notável na ordem dos 75%, enquanto as explorações com vacas leiteiras registaram uma redução negativa de 57% (de 7.579 em 1989 para 3.279 em 2009).

A produção de leite nos Açores representa cerca de 1/3 do total da produção nacional.

Em 2013 a indústria de laticínios produziu, nos Açores, 123 milhões de litros de leite para consumo, 297 mil quilos de natas, 8,8 milhões de quilos de manteiga, 22,7 milhões de quilos de leite em pó, 28,1 milhões de quilos de queijo de leite de vaca e 365 mil quilos de iogurtes.

Com exceção de S. Miguel, onde as cooperativas recolhem apenas 46% do leite, em todas as outras ilhas as cooperativas recolhem a totalidade ou a quase totalidade do leite produzido (Corvo – 100%, Flores – 97%, Pico – 72%, S. Jorge – 100%, Faial – 97%, Graciosa – 100% e Terceira – 98%).

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor está a ler o relatório outra vez!

O Orador: Nas visitas que efetuámos a todas as cooperativas de laticínios constatámos alguns constrangimentos que nos foram transmitidos pelos seus dirigentes. A falta de matéria-prima (foi muito assinalada no Faial, S. Jorge, Pico, Flores, Corvo), os elevados custos energéticos, a gestão pouco profissionalizada (na produção, gestão e comercialização), a necessidade de reformulação da notificação das análises, a incerteza do desmantelamento das cotas leiteiras, a produção para Marcas Brancas e,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Quadro negro!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Noé Rodrigues pintava isto de cor-de-rosa!

Deputado Luís Garcia (PSD): Se o Noé Rodrigues ouvisse isso não acreditava!

O Orador: ... no caso de S. Jorge, demasiadas exigências na certificação de queijo, foram algumas questões que nós identificámos.

A proposta da criação deste Grupo de Trabalho mereceu, desde logo e como não poderia deixar de ser, o acordo do Partido Socialista.

O Partido Socialista, ao contrário de outros, e aqui tenho que fazer justiça porque foi só o PSD, não fez desta ocasião um momento mediático. Esta questão é demasiado importante para se resumir a apenas umas parangonas de jornais no dia da sua apresentação.

É preciso mais, muito mais. Para conhecer este sector tão importante para a economia da Região é preciso ouvir, conhecer, estudar e concluir.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Foi isso que fizemos. Foi isso que fizemos com a seriedade que nos é reconhecida.

Trabalhámos afincadamente neste projeto, ouvimos atentamente as direções, aferindo as suas preocupações, os seus anseios e as suas ideias para o futuro e fomos conhecer as suas unidades fabris.

Ouvimos também a tutela desta área, o Secretário Regional dos Recursos Naturais, que prestou todos os esclarecimentos que lhe foram pedidos, e eu repito, prestou todos os esclarecimentos que foram pedidos.

Enquanto os pessimistas carpiam esperando a morte do setor, os diretores das cooperativas com maiores problemas andavam à procura das soluções.

É o que está a acontecer, por exemplo, com a LACTOPICO. Depois da fase difícil porque passou aquela cooperativa, os seus cooperantes e funcionários, a situação neste momento está a inverter-se.

O Plano Especial de Recuperação foi aprovado, o leite está a ser pago regularmente e os funcionários recebem novamente no final de cada mês, coisa que já não acontecia há muito tempo.

A dívida foi reestruturada e serão reduzidos os valores por pagar aos produtores. O grande desafio agora prende-se com o aumento da produção e da qualidade do leite para rentabilizar a unidade fabril, estando felizmente reunidas todas as condições para que isso aconteça naturalmente. Neste momento aquela entidade prepara-se para remodelar a fábrica dotando-a de melhores condições para a receção e transformação da matéria-prima.

É o que está a acontecer com a Cooperativa Ocidental. Foi dito aqui que era uma fábrica sobredimensionada. Pois foi! Foi feita em 1992, projetada para 7,5 milhões de litros...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... enquanto que aquela ilha nunca produziu mais do que 2 milhões de litros. Portanto, a responsabilidade a quem a tem.

Encerrou os postos de venda, prepara-se para diversificar a produção, reforçar o apoio técnico e iniciou o processo de reestruturação da sua dívida à banca.

Deputado Bruno Belo (PSD): Não percebeu! Pior que não perceber é não saber o que diz!

O Orador: É o que está a acontecer com a Cooperativa dos Lourais. O financiamento obtido foi renegociado com a banca, nomeadamente com o aumento do prazo de pagamento.

É o que está a acontecer com a UNIQUEIJO. Esta união de cooperativas realizou um saneamento financeiro, renegociou a sua dívida,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Os senhores é que disseram que eram incapazes!

O Orador: ... e está agora com o pagamento do leite perfeitamente regularizado às cooperativas suas associadas.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente. Dê-me só mais um minutinho, o mesmo que deu ao Sr. Deputado do PCP.

Presidente: Um minutinho, 30 segundos, Sr. Deputado.

O Orador: Resolvidas estas situações o sector cooperativo ficará certamente mais forte e capaz de vencer as dificuldades que se avizinham.

Acreditamos que o PSD esperava encontrar os órgãos de gestão das cooperativas amedrontados com a sua situação económica e financeira, incapazes de resolver os seus problemas e que atirassem as culpas para o Governo. Era isso que o PSD esperava. Mas não foi isso que encontrámos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Os senhores estavam lá. Eles não podiam dizer isso!

O Orador: Encontrámos as cooperativas, umas com mais dificuldades do que outras, é certo, perfeitamente sabedoras das suas situações, cientes das causas e conhecedoras das soluções.

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Por fim, caros Deputados e Deputadas desta Casa, eu lamento que o relatório tenha sido aprovado por unanimidade no Grupo de Trabalho e que o PSD se tenha absterido na Comissão de Economia, porque dizia o PSD que faltavam elementos, elementos que afinal o PSD não os pediu.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Félix Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este não é, para o CDS-PP, um debate sobre agricultura, nem um debate sobre o que está mal na Região Autónoma dos Açores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... no setor cooperativo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Trata-se, pura e simplesmente, de uma apresentação de um relatório...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: ... que teve uma metodologia e que no nosso entender foi discutida, avaliada, ao longo de todo o processo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Quer dizer que os dados que aqui se apresentam são exatamente reproduções do que foi dito na respetiva subcomissão. Daí resultam um conjunto de considerações finais que têm a ver com os problemas que fomos identificando ao longo da Comissão e que estão aqui traduzidos de acordo com

o consenso possível e o consenso possível foi bastante alargado e, como tal, não é um instrumento para ser analisado neste momento aqui politicamente. É um resultado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: E como resultado que é, creio que a única coisa que poderíamos discutir é o que é que devia aqui estar ou não devia estar e se alguma informação foi omitida nesse processo. Não há nenhuma informação omitida nesse processo. A visão política e a crítica política são feitas posteriormente ao relatório.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Faz todo o sentido!

O Orador: Isso quer dizer que, de facto, as grandes conclusões que aqui estão são aquelas que são possíveis retirar com um relatório.

Deputado Berto Messias (PS): Nós somos políticos. Fazemos apreciações políticas!

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, este ponto chama-se “apresentação do relatório sobre a situação atual e perspetiva futura sobre a Cooperativa dos Laticínios dos Açores”.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E... E não podemos discutir?

O Orador: Não é este ponto que está em agendamento, apenas a apresentação do momento atual e perspetivas futuras.

Quer dizer que este documento pode dar azo ao debate político e deve ser feito, mas não é o momento para criticarmos...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O momento é o que nós escolhemos!

O Orador: ... as políticas, porque o que aqui temos é uma análise objetiva dos dados.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor agora quer fazer a minha agenda?

O Orador: O CDS não quer fazer a sua agenda...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah! Pensei!

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo, por favor.

O Orador: A sua agenda faz V.^a Ex.^a. Não quero fazer a sua agenda. A agenda faz V.^a Ex.^a.

Mas é preciso muito bem entendermos do que é que estamos aqui a falar.

O que estamos aqui a falar é de um relatório...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E eu falei de quê?

O Orador: ... que foi feito com a participação de várias pessoas e cujas conclusões são as possíveis tirar com os dados que tinham.

Sendo assim, é impossível chegarmos a conclusões como aquelas que o Sr. Deputado do PCP queria que se chegasse, porque os dados não estavam acessíveis.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É a minha opinião. O senhor tem que respeitar!

O Orador: É a sua opinião, mas é uma opinião infundada e não fundamentada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer que a postura correta em relação à análise deste relatório é fazer uma análise do que lá está e ter a perceção, e eu tive a oportunidade de assistir ao trabalho de forma muito descontínua, mas foi aquilo que me foi possível, de verificar se os deputados que estavam nesta Comissão fizeram um trabalho...

Deputado Francisco César (PS): Meritório! Diga!

O Orador: ... objetivo dos dados, se não os falsearam, se não os esconderam e se fizeram uma análise correta.

Eu considero que fizeram.

Se não se fizer esta apreciação, não vale a pena depois ter seriedade em nada, porque obviamente a partir daí, a partir desse momento em que os deputados que fazem um trabalho, em que há aqui dados que obviamente mostram

vulnerabilidades no setor cooperativo, a partir do momento que se faz uma análise correta, uma análise objetiva, se isso não é reconhecido, depois do ponto de vista político...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Toda a gente reconheceu!

O Orador: ... isso é sempre incorreto, porque há sempre gente que vem aqui falar de tudo menos dos dados do relatório que aqui está.

Portanto, da parte do PPM, a minha postura é exatamente a mesma.

Há coisas incompreensíveis (vou só abrir este parênteses de 10 segundos). O CDS estava aqui a transmitir uma posição que até ia ao encontro de uma análise séria desta situação, e o Sr. Deputado Berto Messias levou o tempo todo a fazer apartes, como que a dizer “eu não quero este salva-vidas, eu não quero este salva-vidas, eu não quero este salva-vidas”. É uma coisa absolutamente incompreensível.

Mas pronto, as bancadas têm a liderança que têm.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): E o senhor quer ser salva-vidas ou não quer ser?!

Deputado Francisco César (PS): É nadador-salvador!

O Orador: Eu devo dizer que ficam evidentes... Por exemplo, na ilha do Corvo, eu, observando estes dados, tenho que concluir as enormes vulnerabilidades e o muito trabalho que nós temos a fazer e o Governo também. É evidente, olhando para cada perspetiva (e eu dou aqui apenas o exemplo do Corvo), olhando para os valores, olhando para a nossa evolução e para o que está em causa, temos uma imagem que não pode ser positiva e isso não é escamoteado. Isso está aqui no relatório.

Depois, se tivermos a oportunidade de olhar para aquelas que são as 11 recomendações, estas recomendações são recomendações que também se reconhece, em diversos setores, que há um esforço adicional que tem que ser

feito e inclusivamente até alterando algum posicionamento do Governo Regional em relação a estas matérias.

Portanto, eu penso que este relatório é um relatório bem conseguido, realizado com seriedade e da sua análise, com certeza, todos podemos fazer leituras diferentes, mas naquilo que foi concebido enquanto relatório, é um bom instrumento de trabalho...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Com certeza, Sr. Deputado!

O Orador: ... e permite que depois os diversos partidos políticos e o Governo Regional o possam utilizar como base de partida para perspetivar políticas que queremos de sucesso para os Açores e para a população dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exatamente. Não sei qual é o problema do Deputado Paulo Estêvão!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para terminar este ponto dou a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Viveiros):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, pretendo renovar mais uma vez a importância que o setor cooperativo tem na nossa região bem demonstrada pela implantação em todas as nossas ilhas de importantes estruturas que se regem pelas regras deste setor, bem como relevar também a sua função económica e social que é da maior relevância em todas as ilhas da nossa região.

Gostaria ainda neste início da minha intervenção de evidenciar a forma como os trabalhos que este grupo que foi nomeado que conduziu a elaboração deste relatório de uma forma séria, de uma forma objetiva, dando cumprimento a uma decisão desta Assembleia e que contou também com a colaboração e com a cooperação de todas as organizações que foram visadas e que foram visitadas.

Reconhecemos (e o Governo reconhece também) que o setor cooperativo nos Açores tem atravessado algumas dificuldades decorrentes de diferentes fatores, como sejam a conjuntura económica em que vivemos, a dimensão das próprias cooperativas, a menor disponibilidade de matéria-prima que naturalmente condiciona a sua gestão, a forma como estas cooperativas, ou pelo menos algumas delas, têm sido geridas e a capacidade de escoamento e valorização dos seus produtos finais.

Posto isto, importa referir que desde o início da presente legislatura este Governo assumiu uma posição muito clara relativamente ao setor cooperativo e a toda a problemática com que o mesmo se defronta, por vezes, ou amiudadas vezes, melhor dizendo, discutida aqui nesta Casa.

Sempre dissemos, e foi esta a nossa postura, que estamos disponíveis para, ao lado das cooperativas, dos seus dirigentes, dos seus cooperantes, encontrar caminhos que conduzam à sua sustentabilidade económica e financeira, promovam uma gestão adequada e estabeleçam parcerias que ajudem a atingir estes desideratos.

Não estamos disponíveis para liquidar dívidas resultantes de atos de gestão menos adequados, nem para injetar dinheiro fácil que apenas perpetua a agonia e nada resolve.

É com esta postura que volvidos dois anos, desde o início da presente legislatura, incutimos em algumas das cooperativas em análise, particularmente naquelas que se encontravam em maior dificuldade, uma nova mentalidade ao nível da sua gestão.

Promovemos o apoio técnico necessário ajudando a encontrar e trilhar novos caminhos, bem como a promover formas de gestão eficazes com vista à utilização racional dos recursos disponíveis e à comercialização eficiente dos seus produtos.

Exemplos desta atuação cuidada e dos resultados que já espelham este esforço, temos aqui, na vizinha ilha do Pico, a LACTOPICO e um pouco mais a norte a UNIQUEIJO e ainda a ser trabalhada uma nova solução para a Cooperativa Ocidental na ilha das Flores.

Por isso, permita-me, Sr. Renato Cordeiro, dizer que não foi consequência do trabalho deste relatório, que é naturalmente meritório, que este Governo iniciou um trabalho particular junto das cooperativas. Foi muito mais atrás, foi logo no início desta legislatura.

Estão os problemas todos solucionados? Perguntar-me-ão as Sras. e os Srs. Deputados.

Obviamente que não! Não estão! Nem era possível que estivessem.

São assuntos que não se resolvem com um clique de dedos, nem sequer com a simples adoção de uma nova forma de gestão, mas estão, sim, criadas condições (queremos, estamos convictos) para que de uma atuação empenhada dos atuais dirigentes das cooperativas, dos compromissos assumidos pelos seus associados, da eficácia com que evoluíram as parcerias e acordos estabelecidos e ainda com o envolvimento das instituições financeiras que também participam neste processo e que importa aqui relevar o seu empenho na busca de boas soluções, que se caminhe paulatina, mas seguramente, no sentido da sustentabilidade deste setor muito relevante na nossa economia.

Não posso deixar de enaltecer os casos de franco sucesso...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

... de algumas cooperativas de lacticínios que depois de ultrapassarem períodos de dificuldade estão hoje modernizadas, administradas com base em critérios de gestão rigorosa e profissional e que contribuem decisivamente para o sucesso da sustentabilidade da fileira de leite nos Açores.

Permitam-me, antes de terminar, de fazer uma referência àquilo que disse a Sra. Deputada Zuraida Soares. Eu nunca em momento algum disse que o POSEI ou que o acréscimo do prémio aos produtores de leite dentro da redistribuição que se fez nos prémios do POSEI resolvia por si só...

Deputada Zuraida Soares (BE): Disse!

O Orador: ... o problema do embargo das cotas leiteiras.

Eu disse que era mais um contributo,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Claro!

O Orador: ... entre outros, que naturalmente têm que ser desenvolvidos e nos quais tem que ser posta muita atenção.

Reforçar o prémio em 4 milhões de euros, obviamente que não resolve o problema.

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente, dizendo apenas isto:

O Governo assumindo os seus compromissos continuará certamente a acompanhar de forma empenhada todo o setor cooperativo em cada uma das nossas ilhas, promovendo as diligências que em cada momento se mostrarem necessárias à consolidação deste objetivo, que é promover a sustentabilidade e a prosperidade do setor cooperativo nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Duarte Moreira, tinha pedido a palavra para?

Deputado Duarte Moreira (PS): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para uma interpelação à Mesa porque quero entregar à Mesa da Assembleia um documento que coloca de forma correta o rendimento das

explorações nos Açores, e que contradiz algumas das declarações que foram feitas aqui por alguns Srs. Deputados da oposição no âmbito desta apresentação, nomeadamente que as explorações agrícolas dos Açores...

Deputado António Marinho (PSD): Sra. Presidente, isto é uma segunda intervenção!

Presidente: Sr. Deputado, não é necessário entrar no concreto da matéria.

O Orador: ... geraram em média 35,5 mil euros de valor acrescentado, o que é um valor superior à média nacional e à média europeia.

Muito obrigado. Era só.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado, obrigada. Pode fazer chegar à Mesa que será naturalmente distribuído.

Sras. e Srs. Deputados, vamos terminar os nossos trabalhos por hoje.

Peço aos líderes e à Sra. Secretária...

(Pausa)

Após esta conferência, vamos continuar os nossos trabalhos.

O que ficou decidido da Conferência de Líderes é o seguinte: faremos os pontos que restam na Agenda, à exceção do ponto nove, que é o Projeto de Resolução 84/X, que será discutido amanhã, às 10 da manhã.

Sendo assim, vamos continuar os nossos trabalhos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então retomar os nossos trabalhos.

O ponto 12 é o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 105/X – "Recomenda ao Governo Regional que, em cooperação com Governo da República de Cabo Verde, ative mecanismos de apoio às populações afetadas pela erupção do Pico do Fogo, na Ilha do Fogo"**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à urgência, eu penso que ela é uma evidência, uma vez que a erupção que já tem algumas semanas e ainda está a decorrer afetou uma população e aquilo que se recomenda, a vir a ser aprovado, teria de ser feito no imediato, para produzir os efeitos que se pretendem.

Penso que a urgência não necessita de mais nenhuma justificação.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há alguma intervenção sobre esta matéria.

(Pausa)

Não havendo, vamos então votar o pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Então agora sim, para apresentar a iniciativa, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que a Representação Parlamentar do PCP está a propor é aquilo, e permitam-me esta expressão, que em crioulo de Cabo Verde se poderia designar como “Nô Djunta Mon”, que quer dizer qualquer coisa como isto: juntemos as mãos, a vontade, para nos auxiliarmos uns aos outros.

Cabo Verde é uma região insular como a nossa, de origem vulcânica como a nossa. Está neste momento a ilha do Fogo e as populações da ilha do Fogo a

sofrerem os efeitos de uma erupção vulcânica que já produziu os prejuízos que são do conhecimento de todos, e aquilo que a Representação Parlamentar do PCP aqui vem recomendar ao Governo é que, “em coordenação com o Governo da República de Cabo Verde, e dentro das possibilidades orçamentais da região, envie ajuda humanitária e material destinada a apoiar as populações afetadas pela erupção do Pico do Fogo, bem como ative outros mecanismos de ajuda e cooperação adequados que permitam minorar as dificuldades dos seus habitantes”.

Portanto, aquilo que se está aqui a solicitar é “Nô Djunta Mon”.

Muito obrigado.

(Neste momento, a Sra. Presidente foi substituída na Mesa pelo Sr. Vice-Presidente, Deputado Ricardo Cabral)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado do Partido Socialista, Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente dizer que o Partido Socialista aprovará este projeto de resolução do PCP, porque entende, aliás, em coerência com aquilo que já foi anunciado e tornado público pelo Sr. Presidente do Governo, naturalmente a solidariedade e a disponibilização de meios para apoio à população de Cabo Verde, especificamente à população da zona atingida por este vulcão.

Também não posso deixar de dizer o seguinte, Sr. Deputado Aníbal Pires:

Julgo que tendo em conta a altura em que entrou este projeto de resolução e tendo em conta também aquela que foi a tomada de posição pública por parte do Presidente do Governo que eu referi, seria adequado e justo uma referência no preâmbulo deste projeto de resolução a esse facto. É um esquecimento que

julgamos que poderia ter sido contornado porque no dia 28 de novembro de 2014 o Sr. Presidente do Governo não só manifestou solidariedade a Cabo Verde, como também disponibilizou “meios humanos e técnicos do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores para ajudar a fazer face à erupção vulcânica que se verifica na ilha do Fogo e apoiar a população atingida” (estou a citar um comunicado do GaCS).

Portanto, parece-nos que concordando com este projeto de resolução e até sinalizando...

(Aparte inaudível da Deputada Zuraida Soares)

O Orador: Já lá vou, Sra. Deputada.

... e não escamotando a importância que tem a sinalização desta matéria por parte deste Parlamento, julgamos que este projeto de resolução não deixa de ser redundante, tendo em conta aquilo que já tinha sido tornado público por parte do Presidente do Governo.

No entanto, o Partido Socialista associa-se a esta questão. Votará favoravelmente este projeto de resolução e continuará a acompanhar esta situação, sabendo também que o Presidente do Governo e o Governo dos Açores estão também a acompanhar esta situação e em contato permanente com aquele país para, caso seja necessário, a disponibilização de meios humanos e técnicos que apoiem aquela população e as zonas atingidas.

Muito obrigado.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

(A Sra. Presidente voltou a ocupar o seu lugar na Mesa da ALRAA)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer que tenho aqui uma notícia, de 28 de novembro, em que diz: “Vasco Cordeiro manifesta solidariedade e disponibiliza apoio a Cabo Verde em nome dos açorianos”.

O que acontece aqui é que (é lamentável, mas tenho que dizer nestas circunstâncias) o Governo, em nome de todos os açorianos, e as diversas entidades, já tinham manifestado a sua solidariedade e já tinham disponibilizado, desde o início, todos os meios ao Governo de Cabo Verde e prestado toda a solidariedade.

O que eu devo dizer em relação a esta matéria é que há muitas coisas em que posso ter discordância com o Governo. Nesta matéria, o Governo Regional já tinha manifestado a posição dos Açores.

Ora, este projeto de resolução coloca-nos numa situação em que é evidente que nas presentes circunstâncias... O PPM vai votar a favor, vai votar a favor para que não saia daqui uma mensagem que seja mal interpretada, mas nós vamos recomendar ao Governo uma coisa que ele já está a fazer.

O Governo Regional já disponibilizou estes apoios e já o está a fazer e sei que o está a fazer com o maior empenho e com total solidariedade, porque é evidente que nós temos muitas afinidades com o povo de Cabo Verde.

Eu não me esqueço que em circunstâncias que nós passámos, a República de Cabo Verde e o povo cabo-verdiano também tiveram essa disponibilidade, mesmo nós sabendo que não têm muitos recursos.

Eu considero que teria sido preferível que o PCP, numa Conferência de Líderes, tivesse abordado também os outros partidos no sentido de tentar fazer um documento mais abrangente...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah! O problema é esse!

O Orador: ... no sentido de dizer e de recomendar alguma coisa que não esteja já a ser feita.

Ora, o que acontece é que o PCP aquilo que está a recomendar é aquilo que o Governo Regional já está a fazer.

Portanto, do ponto de vista político, do ponto de vista afetivo, do ponto de vista emocional, o PPM não pode deixar de votar a favor deste projeto de resolução.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma aliança estratégica!

O Orador: Não pode deixar de o fazer, do ponto de vista afetivo e do ponto de vista emocional.

Do ponto de vista político, isto é uma redundância, não faz sentido absolutamente nenhum, porque é estar a recomendar ao Governo Regional dos Açores para fazer uma coisa que ele já anunciou que ia fazer e que já está a fazer.

Portanto, não faz sentido do ponto de vista político, mas o PPM não deixará de aprovar para que não seja mal interpretado um posicionamento diferente, mas do ponto de vista político é um absurdo, porque se a moda pega...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não pega! Não pega! O Partido Socialista não deixa!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso não é para todos!

O Orador: ... então os partidos para marcarem a sua posição sobre um determinado assunto, recomendam ao Governo que faça uma coisa que ele já está a fazer.

Agora, nós estamos aqui (meus senhores, eu termino já esta intervenção)...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É bom que termine para não dizer mais asneiras!

O Orador: ... numa situação insustentável, porque é óbvio, do ponto de vista do povo de Cabo Verde, do ponto de vista institucional, que estamos aqui

perante circunstâncias em que não podemos deixar de votar a favor com medo de vir a ser mal interpretados, porque o que me apetecia era dizer ao Sr. Deputado do PCP que já vai tarde. Tivesse apresentado este projeto de resolução antes do Governo Regional ter tornada pública a sua posição.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Há razões que a razão desconhece! Esta última intervenção enquadra-se neste princípio: há razões que a razão desconhece!

Digo-lhe uma coisa, Sr. Deputado: perdeu uma grande oportunidade de estar calado, porque aquilo que o PCP aqui propõe é mais do que aquilo que o Governo Regional anunciou.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe que não!

O Orador: É sim senhor! E vamos lá ver.

Sr. Deputado, o projeto de resolução do PCP diz o seguinte: “recomenda ao Governo que em coordenação com o Governo da República de Cabo Verde, e dentro das possibilidades orçamentais da região, envie ajuda humanitária e material destinada a apoiar as populações afetadas pela erupção do Pico do Fogo”.

O que é que o Sr. Presidente do Governo Regional anunciou e disponibilizou de apoio?

“O Presidente do Governo disponibilizou hoje ao Primeiro-Ministro de Cabo Verde meios humanos e técnicos do Serviço Regional de Proteção de Civil e Bombeiros dos Açores para ajudar...”

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi o que Cabo de Verde pediu!

O Orador: A recomendação que aqui é feita, fique V.^a Ex.^a a saber, é muito mais ampla do que aquilo que foi disponibilizado pelo Presidente do Governo Regional.

Portanto, V.^a Ex.^a nem sabe do que está a dizer. É que Cabo Verde ainda nem sequer utilizou a disponibilidade manifestada pelo Governo da Região, fique V.^a Ex.^a a saber. Mas isso é outro assunto, Sr. Deputado.

Depois, há aqui uma outra questão: Sr. Deputado, envolver a Assembleia Legislativa da Região Autónoma num ato...

(Aparte inaudível do Deputado Luís Rendeiro)

O Orador: Qual é que é o problema, Luís? Há algum problema?

É isso que eu estranho na posição,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, para me inscrever. Apenas 30 segundos!

O Orador: ... na atitude manifestada pelo Deputado Paulo Estêvão relativamente à iniciativa e que o fez já na sua intervenção, e como algumas atitudes que estão a ser manifestadas em apartes.

Quer dizer, o facto...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pode falar mais baixo, Sr. Deputado!

O Orador: Qual é que é o seu problema?

Presidente: Srs. Deputados, eu agradeço que não nos dispersemos naquilo que estamos aqui a debater.

Sr. Deputado Aníbal Pires, faça o favor de continuar a sua intervenção.

O Orador: O que é lamentável é a intervenção do Deputado Paulo Estêvão e os apartes que foram manifestados nalgumas bancadas, porque trata-se aqui de envolver aquele que é o principal órgão de governo próprio da região numa decisão de apoio de solidariedade a um povo que tem connosco muitas afinidades.

Portanto, é isso que eu acho estranho que V.^{as} Ex.^{as} coloquem esta questão no plano em que a estão a colocar, ou seja, que a Assembleia Legislativa da Região

Autónoma dos Açores não pode e não deve ter uma palavra a dizer relativamente ao povo cabo-verdiano, sendo nós o principal órgão de governo próprio da região?

E reforço que a recomendação que é feita aqui neste projeto de resolução do PCP é mais ampla do que aquilo que foi anunciado pelo Sr. Presidente do Governo Regional...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se o senhor repete isso muitas vezes, o PS ainda vota contra!

O Orador: ... reconhecendo que efetivamente o Governo Regional tomou a iniciativa de disponibilizar essa ajuda.

Agora, há aqui qualquer coisa que não está bem.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não quero eternizar este debate, obviamente, mas tenho que dizer aqui o seguinte, muito simplesmente: O Governo tem conhecimento. O Governo Regional dos Açores, desde o início, está a prestar o apoio que foi sinalizado.

O Governo de Cabo Verde sabe quais são as nossas potencialidades, as nossas capacidades. Nós transmitimos e o Governo de Cabo Verde sinalizou que estas eram as suas necessidades e está a ser prestado o apoio que nós podemos prestar e que o Governo de Cabo Verde sinalizou ao Governo dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo...

Sr. Subsecretário, tem a palavra.

(* **Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas (Rodrigo Oliveira):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De um modo muito breve, apenas para sinalizar positivamente o facto de estarmos nesta Assembleia a tratarmos de um assunto que reflete o sentimento fundamental da nossa população: a amizade entre os povos, a solidariedade com os acontecimentos que estão a decorrer em Cabo Verde.

Realçar e reforçar aquilo que já foi aqui referido por diversas bancadas: o Sr. Presidente do Governo transmitiu formalmente, no dia 28 de novembro, no início de todo este processo, a disponibilidade do Governo, transmitiu a disponibilidade da experiência, dos meios humanos, dos meios técnicos que forem necessários e solicitados pelo Governo de Cabo Verde.

Felizmente, diversas agências, instituições internacionais e europeias estão no terreno. Foi ativado o instrumento europeu de proteção civil.

Agências das Nações Unidas estão no terreno a fiscalizar, a avaliar as necessidades das populações e, acima de tudo, o que interessa é que o Governo dos Açores, em nome dos Açores, dos açorianos e do pensamento que é transversal também a esta Assembleia, a esta Casa, como parece, demonstrou toda a disponibilidade para a colaboração que for entendida pelo Governo de Cabo Verde no pressuposto fundamental e essencial do respeito pela soberania da República de Cabo Verde, que se assim o solicitar e nos termos em que o solicitar, sabe que tem a solidariedade técnica, humana e a experiência do Governo Regional dos Açores e da população açoriana.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Subsecretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo vamos então votar este projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para o ponto 14: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Anteproposta de Lei n.º 14/X – "Primeira alteração à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o Estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico"**.

Esta iniciativa é subscrita por todos os grupos parlamentares e representações parlamentares e julgo que não haverá necessidade de justificar a urgência pelo que colocarei de imediato à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Relativamente à **Anteproposta de Lei n.º 14/X** em si julgo também que não haverá nenhuma explanação sobre a mesma.

Sendo assim, vamos então passar à sua votação.

Começamos pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A anteproposta de lei, na generalidade, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Esta anteproposta é constituída por dois artigos.

Vou colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos da anteproposta foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global, a anteproposta de lei foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigada, muito obrigada também pela vossa paciência.

Recomeçamos amanhã às 10 com o ponto nove da Agenda.

Boa noite a todos.

Eram 20 horas e 24 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador

As redatoras: Sónia Isabel Maciel Nunes e Maria da Conceição Fraga Branco